



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOANA D'ARC MOREIRA NOLLI

**“O DISCURSO DO PRESIDENTE JK”:
ELEMENTOS DE AUTORITARISMO NA PROPOSTA
DE DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA**

Londrina
2005

JOANA D'ARC MOREIRA NOLLI

**“O DISCURSO DO PRESIDENTE JK”:
ELEMENTOS DE AUTORITARISMO NA PROPOSTA
DE DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Cleide C. Cesário

Londrina
2005

JOANA D'ARC MOREIRA NOLLI

**“O DISCURSO DO PRESIDENTE JK”:
ELEMENTOS DE AUTORITARISMO NA PROPOSTA
DE DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Cleide C. Cesário
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 12 de dezembro de 2005.

NOLLI, Joana D’Arc Moreira. **O discurso do presidente JK**: elementos de autoritarismo na proposta de desenvolvimento e segurança. 2005. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2005.

RESUMO

O trabalho interpreta os discursos do presidente Juscelino Kubitschek através da Análise de Discurso de linha francesa. Embora o período em questão (1956-1960) seja considerado como dos mais democráticos da política brasileira, a intenção é demonstrar a presença de elementos de autoritarismo na proposta de desenvolvimento e segurança do Governo JK. A análise dos discursos do presidente, especialmente os relacionados à Operação Pan-Americana (OPA), indica que, a partir de 1958, momento de intensificação de crises acompanhadas de instabilidade política, JK produziu sentidos autoritários em seus discursos que acabaram por se materializar em ações repressivas. Num contexto de Guerra Fria, ele associou o desenvolvimento à segurança, esta entendida como o combate à “subversão comunista”. Contudo, em 1958, a repressão das Forças Armadas à “Marcha da Produção” – mobilização política de cafeicultores norte-paranaenses contra o plano econômico adotado pelo governo –, é o acontecimento exemplar da conduta do presidente que, a partir da segunda metade do seu mandato, passou a reprimir todo e qualquer movimento que fosse contrário ao seu projeto de desenvolvimento para o país.

Palavras-chave: Governo Juscelino Kubitschek. Discurso. Autoritarismo. Desenvolvimento. Segurança.

NOLLI, Joana D’Arc Moreira. **The president JK’s speech:** authority elements present at the security development proposal. 2005. 122f. (Dissertation) – Masters Dissertation presented to the Social Science Post Graduation Program – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2005.

ABSTRACT

This paper explains the President Juscelino Kubitschek’s speeches through some French lines Speeches Analysis. Although the question period (1956-1960) is considered as the most democratic in Brazilian politics, the intention is show some authority elements present at the security development proposal at JK Government. The president speeches analysis, particularly the ones related to the “Operação Pan-Americana (OPA)”, indicate that, after 1958, moment of intensified crisis, followed by politics instability, JK produced authority senses in his speeches, which finished by becoming repressive actions. In a Cold War context, he associated the security development, is understood as a “communist subversion” combat. However, in 1958, the Army repression to the “Production March” – political mobilization by “norte-paranaenses” coffee producers against the economic plan adopted by the Government –, this is the exemplar happening about the President’s conduct, that, before the second half of his mandate, started repressing each and ever move against his development projects for the country.

Keywords: Juscelino Kubitschek Government. Speech. Authority. Development. Security.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I	12
2 ANÁLISE DE DISCURSO: TEORIA E MÉTODO	13
2.1 SUJEITO E IDEOLOGIA	17
2.2 FORMAÇÕES DISCURSIVAS	21
2.3 SILÊNCIO: NO MOVIMENTO DOS SENTIDOS	26
2.4 INTERDISCURSO: PRÉ-CONSTRUÍDO E EFEITO DE SUSTENTAÇÃO	32
2.5 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DE JK	35
CAPÍTULO II	48
3 O DISPOSITIVO ANALÍTICO E AS QUESTÕES NORTEADORAS DA INVESTIGAÇÃO	49
3.1 DESENVOLVIMENTISMO OU DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE?.....	52
3.2 ORDEM NUMA SOCIEDADE EM MUDANÇA.....	56
3.3 VOCAÇÃO POLÍTICA E TRAÇOS DE DOMINAÇÃO AUTORIDADE	59
3.4 ELEMENTOS DE AUTORITARISMO NA POLÍTICA	64
CAPÍTULO III	70
4 TRAÇOS DE ELEMENTOS DE AUTORITARISMO NO DISCURSO DE JK	71
4.1 FORÇAS ARMADAS: SEGURANÇA E ORDEM	81
CAPÍTULO IV	90
5 O ACONTECIMENTO POLÍTICO. A “MARCHA DA PRODUÇÃO”: RESISTÊNCIA E RESIGNAÇÃO	91
6 CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

As Ciências Sociais nos mostram que a sociedade brasileira ao vivenciar momentos de crise profunda e ao se sentir incapaz de criar imaginativamente um futuro melhor, como num processo sísifco¹, retorna ao passado, procurando encontrar, além de esperança e coragem, alívio para seus infortúnios.

Os anos 1950 entraram para a memória política como uma década de transformações econômicas, ideológicas, políticas e culturais. Não é fortuito que a memória coletiva venha consagrando a identificação desse tempo com a expressão “anos dourados”. E também não é fortuito que ao ouvirmos tal expressão a identifiquemos imediatamente com a figura do presidente Juscelino Kubitschek, designando de “anos dourados” basicamente os anos de seu governo. Assim, JK, figura mítica e central desse processo de retorno ao passado, personifica esses anos, pois, suas falas e atitudes são representadas no imaginário popular, servindo sempre de alento para as desventuras políticas vivenciadas no Brasil.

Desse modo, JK continua presente na vida política brasileira como um exemplo e um legado dos quais os atores políticos buscam se apropriar mesmo depois de tantos anos de seu governo presidencial (1956-1961) e de sua morte. Suas realizações extraordinárias, a cativante e sedutora personalidade o mantêm como o presidente que mobilizou a esperança como recurso de poder, combinando desenvolvimento econômico com democracia e marcando o seu governo como o mais estável do momento canônico² da política brasileira.

¹ Sísifo, personagem da mitologia grega que habita as regiões infernais, tendo escapado astuciosamente à morte, foi condenado ao suplício de rolar uma enorme pedra até o alto de um morro, de onde a pedra, devido ao seu próprio peso, rolava de novo para a planície (BULFINCH, 2000, p. 321). As regiões infernais eram reservadas para os espíritos que ficavam insepultos, por não terem passado pelos devidos ritos fúnebres. Mas, se a tarefa, muitas vezes, era realizada com tristeza, também era, muitas vezes, realizada com uma alegria silenciosa. Enquanto Sísifo observava a rocha rolar para baixo em poucos segundos, em direção ao reino dos mortos, de onde ele teria de empurrá-la novamente em direção ao cume, as imagens da Terra aderiam com muita força à sua memória, acontecia da melancolia aparecer no seu coração, e a esperança de superar o próprio destino o fazia descer para a planície e retornar à sua pedra (CAMUS, s/d. p. 1, 2). Era essa esperança que o mantinha, permanentemente, num movimento de ir-estar-voltar e que não era inútil, pois, se Sísifo, ao ver a pedra descer, pensava na extensão de sua miserável condição, durante a sua própria descida, ele se convenciu de que o universo não lhe parecia nem estéril nem inútil e que ele estava sempre em movimento porque se fazia necessário levar a história até o topo, deixá-la despencar em sua realidade para depois desvendar o seu sentido.

² O período de 1945 a 1964 pode ser interpretado, de acordo com Lamounier (1986, p. 36-38), como um momento canônico no sistema político brasileiro no tocante aos partidos políticos. A partir da Constituição de 1946 a nova legislação partidária possibilitou maior dinamicidade e competitividade destes, ou seja, houve um fator de dinamização do regime político democrático. Pela primeira vez partidos nacionais foram formados e ainda houve a curta legalidade do Partido Comunista (PC). Entender esse momento canônico significa compreender as formações partidárias passadas, presentes e futuras.

Vários autores³ de reconhecido valor acadêmico dedicaram seu tempo interpretando o Governo JK, a sua proposta de desenvolvimento para o país e também a sua história de vida – por não terem como separá-la de sua carreira, de suas ações e aspirações políticas. Mesmo assim, o político JK, com seus projetos, realizações e fracassos é e continuará sendo tema precioso para se pensar a política no Brasil.

Portanto, se essa nostalgia dos “anos dourados” tem fundamentos “objetivos” ou se nada mais é do que uma projeção, não diminui a importância da reflexão que aqui pretendemos empreender. De acordo com Gomes (2002, p. 10), um mito só é criado quando tem um valor explicativo, quando pode nos fornecer possibilidades de compreensão do passado e do presente e até poder abrir com seu dinamismo o tempo para o futuro. O mergulho no passado é sempre um ato de criação da geração presente, que, sem deixar de ser influenciada pelos “tempos imaginários”, objetiva uma análise compreensiva, interpretativa e crítica desse mesmo passado, num complexo esforço de aprendizado político.

Analisar o discurso de JK significa retomarmos esses anos com o objetivo de expandir o campo de compreensão através do próprio discurso do presidente. Partindo da constatação de que, apesar da propalada estabilidade, o Governo JK foi afetado por inúmeras crises, a intenção é revelar elementos de autoritarismo em seus discursos que propõem *desenvolvimento e segurança*. Tais discursos originam-se no primeiro trimestre de 1958, através da Operação Pan-Americana (OPA)⁴, momento em que as crises acirraram-se devido à inflação e ao endividamento externo, causados pela implementação do Programa de Governo de JK e, sobretudo, pela construção de Brasília. Viragem de um discurso até então explicitamente marcado por sentidos democráticos para outro com sentidos autoritários, porém, encobertos.

Assim, o objetivo deste trabalho é apreender, utilizando como teoria e método a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, como JK moveu-se entre a ordem e a mudança; como lidou com as forças políticas e sociais; como alocou recursos e valores para executar o Plano de desenvolvimento que não se concretizaria sem o investimento estrangeiro

³ Entre eles podemos citar aqueles que mais exerceram influência neste trabalho: Miriam Limoeiro Cardoso (1972), Maria Victoria Benevides (1979), Ricardo Maranhão (1981), Celso Lafer (2002), a coletânea de textos organizada por Ângela de Castro Gomes (2002) e Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (2004).

⁴ JK lançou a Operação Pan-Americana (OPA) no início de 1958, logo após a ocorrência de manifestações no Chile e no Peru contra a visita do vice-presidente dos EUA, Richard Nixon. Uma carta assinada por JK (28 maio 1958), foi imediatamente enviada ao presidente dos EUA, Dwight Eisenhower. Nela, JK pedia uma revisão do pan-americanismo, uma recomposição da unidade continental, que, na sua concepção, estava enfraquecida. No desenvolver desse trabalho, veremos que a OPA representava uma finalidade política (a segurança do regime democrático), mas, em sua essência, possuía uma finalidade econômica (trazer mais capital estrangeiro para a concretização do Programa de Governo de JK).

e que enfatizava a autonomia e a soberania; e, como, vendo o seu Programa de Governo ameaçado, não hesitou em agir de forma a materializar os elementos de autoritarismo presentes em seu discurso.

Mas, tal apreensão, que acaba por acentuar a presença de conflitos durante o Governo JK, certamente não diminuirá a sedução do personagem político e tampouco apagará o brilho dos “anos dourados”. Ou melhor, revelar elementos de autoritarismo presentes nos discursos em que JK relacionava o desenvolvimento à segurança e demonstrar como eles deslizaram para a prática não significa negar que houve uma certa estabilidade das instituições políticas e democráticas durante o seu mandato, mas sim compreender que, pela própria conjuntura – a democracia ainda não havia se consolidado no país, as Forças Armadas continuavam a atuar nos órgãos administrativos e o clientelismo e o coronelismo davam forma à política brasileira –, JK viu-se diante do paradoxo de promover a modernização do Brasil, enfrentando as contradições próprias e inerentes à modernização.

Para tanto, utilizamos um conjunto de textos do presidente JK que, no total, formam o *corpus* que permite o contato com o nosso objeto de estudo: os discursos nos quais o par *desenvolvimento e segurança* é mais recorrentes quando comparados com os discursos utilizados durante sua campanha e também na primeira metade do seu governo, nos quais a democracia e a liberdade eram mais enfatizadas⁵.

Assim, no primeiro capítulo desta dissertação, fazemos uma discussão sobre a AD, a opção teórico-metodológica que imprime a este trabalho uma certa singularidade, justamente por elegermos como principal foco de análise o discurso do presidente. Também porque a AD é uma forma de conhecimento que aborda o discurso como o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos. Por não considerar a linguagem como neutra, transparente, a AD questiona *como* o texto produz sentidos, significa, ou seja, a AD permite a interpretação do discurso, trabalha seus limites,

⁵ Desde a campanha para presidente (1955) até o segundo trimestre de 1958, vários textos de JK referem-se à liberdade e à democracia. Podemos citar como exemplos, os seguintes: “Discurso de Juscelino Kubitschek na diplomação do TSE (27 janeiro 1956); “Discurso de Juscelino Kubitschek no Palácio do Catete, ao receber a faixa presidencial” (31 janeiro 1956); “Mensagem ao Congresso Nacional” (15 março 1956); “Mensagem ao Congresso Nacional” (15 março 1957); “Mensagem ao Congresso Nacional” (15 março 1958). Ainda podemos citar a carta que JK enviou no final do mandato ao amigo Gustavo Capanema e a entrevista que JK concedeu à Maria Victoria Benevides em 1974. A partir de maio de 1958, momento em que o desenvolvimento e a segurança aparecem com mais regularidade nos discursos do presidente, podemos citar os textos: “Saudação de Juscelino Kubitschek ao Presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower” (28 maio 1958); “Exposição do Presidente da República às Forças Armadas” (17 junho 1958); “Discurso de Juscelino Kubitschek à Nação e aos Representantes dos Estados Americanos” (20 junho 1958); “Entrevista do Presidente ao New York Times” (06 julho 1958); Mensagem ao Congresso Nacional (1959). Assim, o *corpus* do nosso objeto de estudo é formado tanto pelos textos que se referem ao par *desenvolvimento e segurança* como pelos textos que se referem à liberdade e à democracia. Os mais analisados encontram-se em anexo.

seus mecanismos, como parte do processo de significação, concebendo o discurso como um fenômeno social e político. Enfim, relacionando a língua, a história e a ideologia, a AD problematiza as maneiras de ler, levando o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem.

Desse modo, a AD propicia que o analista “individualize” o seu dispositivo teórico, isto é, propicia que a partir de uma análise específica, ele interprete de acordo com os diferentes instrumentais teóricos dos campos disciplinares nos quais se inscreve. O analista deve sempre pensar que não há uma verdade oculta atrás do texto, mas sim gestos de interpretação que o constituem. Tais gestos de interpretação devem ser compreendidos através da construção de um dispositivo analítico, já que são as questões postas e as diferentes concepções teóricas dos distintos campos disciplinares, que levam o analista a optar pela mobilização dessas ou daquelas categorias oferecidas pela AD, desse ou daquele procedimento, com os quais ele se compromete na resolução de suas questões.

No segundo capítulo, trabalhamos com as questões que norteiam a análise, esmiuçando o dispositivo analítico. Entendemos que na medida que a de-superficialização dos textos de autoria do presidente nos dão acesso a uma discursividade específica, tal discursividade, gradativamente, poderá nos dar acesso às formações discursivas nas quais o desenvolvimento e a segurança inserem-se na exterioridade que lhe dá sustentação. Quando nos referimos à exterioridade, nos remetemos às condições de produção dessas falas (discurso) marcadas por uma sociedade em mudança e por uma proposta de governo que ao mesmo tempo em que propõe a mudança (desenvolvimento) procura manter a ordem (política e social). Também consideramos que ao “falar”, JK constitui-se sujeito. Um sujeito político e vocacionado para a condução de um projeto econômico que também é político.

Assim, neste capítulo, nosso dispositivo analítico convoca concepções e conceitos políticos que, ao mesmo tempo em que servem de instrumento para a compreensão do objeto, podem passar por reavaliação teórica.

A primeira concepção política trata-se da teoria de desenvolvimento-dependente de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), por ser uma análise que trabalha com a idéia de que há possibilidades e formas de desenvolvimento sem reformas bruscas ou métodos revolucionários, com a idéia de que a dependência não constitui empecilho algum ao desenvolvimento. A utilização dessa teoria deve-se mais à sua adaptação ao modelo adotado por JK do que a uma perspectiva crítica radical em relação ao período, já que há uma forte coincidência entre o que Cardoso e Faletto definem como desenvolvimento-dependente e a concepção de desenvolvimento de JK.

Convocamos também a análise de Samuel P. Huntington (1975) sobre a ordem nas sociedades em mudança, pelo fato do autor delinear os fundamentos nos quais julga repousar uma ordem política estável. O nosso objetivo é compreender como JK movia-se entre a ordem e a mudança, uma vez que o período foi marcado por inúmeras crises.

Ainda optamos por trabalhar com os tipos de dominação/autoridade elaborados por Max Weber (1964), uma vez que consideramos importante indicar no discurso e nas ações políticas de JK traços de dominação tradicional, carismática ou racional-legal. Compreendendo que não existem tipos puros de dominação, a intenção é demonstrar que JK surge com uma proposta de mudança que exigia planejamento, racionalidade, num momento em que o clientelismo e o populismo prevaleciam na política brasileira, tendo, portanto, de combinar traços de tradição com traços de dominação racional, trazendo ainda para si o desafio da ação inovadora dos líderes carismáticos.

E, por último – através do conceito de autoritarismo elaborado por Mario Stoppino (1986) –, buscamos elementos de autoritarismo no processo discursivo de JK com a intenção de apontar que esses elementos deslizaram para a prática, resultando em atitudes antidemocráticas durante o seu governo,

Os dois últimos capítulos são compostos pelas análises dos textos. No terceiro analisamos o discurso de JK sobre a OPA, por considerá-la fundante de um novo momento da estratégia política de JK, uma nova fase de alocação de recursos e, principalmente, de valores na política interna e externa. Foi nesse momento que os elementos de autoritarismo, através do par *desenvolvimento e segurança*, fizeram-se mais presentes nas falas de JK e na ideologia desenvolvimentista

No quarto e último capítulo analisamos o acontecimento político – a “Marcha da Produção” – que exemplifica como os elementos de autoritarismo presentes no discurso de JK materializaram-se. O movimento, formado por cafeicultores do norte do Paraná e do oeste paulista, tinha como objetivo marchar em caravana até o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em outubro de 1958, para entregar ao presidente um conjunto de reivindicações contra a política adotada pelo governo, especialmente contra o “confisco cambial”⁶.

⁶ O “confisco cambial” foi criado em 1954 e vigorou até a extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1990. Tratava-se de um mecanismo de geração de poupança interna que tinha como objetivo a transferência de renda do setor exportador (cafeeiro) para o setor industrial. O ato praticado pelo Governo brasileiro consistia na retenção de parte do valor recebido, em moeda estrangeira, como pagamento pela exportação de bens; o confisco ocorria no momento da conversão da quantia recebida em moeda nacional (Termo do mercado financeiro, disponível em: <http://www.ajudabancaria.com.br/>).

A análise provém do fato de a “Marcha da Produção”, noticiada a princípio pelo jornal Folha de Londrina como parte de um conjunto de fatos do cotidiano da vida londrinense, ter tomado aos poucos proporções de um acontecimento político de repercussão nacional. Após conseguir o apoio de Aparelhos Ideológicos de Estado, como a igreja e a imprensa, revelou uma força política até então inimaginável, criando instabilidade num momento em que o governo necessitava de credibilidade para dar continuidade ao Programa de desenvolvimento.

Assim, nesse capítulo, a “Marcha” é analisada por meio da realização de um contraponto entre as falas de JK e as falas de Álvaro Godoy⁷, presidente da Associação de Lavradores do Norte do Paraná (ALNP). Melhor dizendo, interpretamos a “Marcha” através de dois discursos que, embora se inscrevam numa mesma formação discursiva – a anticomunista –, quando confrontados revelam diferenças políticas em relação à ideologia nacional-desenvolvimentista.

⁷ Godoy sempre discursava na Rádio Londrina. O jornal Folha de Londrina, que apoiou o movimento, transcrevia na íntegra os pronunciamentos de Godoy. Os textos selecionados para esta análise são: “Unidos seremos invencíveis e não haverá força que nos dobre” (20 setembro 1956); “Líder da lavoura fala sobre a última reunião da junta do IBC e sobre o esquema do Paraná” (09 maio 1958); “Seria preferível que o Ministro não usasse paletó e gravata, mas que não se precisasse esmolar no exterior” (30 maio 1958); “Álvaro Godoy proclama que não se envolverá com a politicalha” (23 agosto 1958); “Fala novamente sobre a ‘Marcha da Produção’ o Presidente da ALNP” (05 setembro 1958).

CAPÍTULO I

2 ANÁLISE DE DISCURSO: TEORIA E MÉTODO

A opção de trabalhar com a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, influenciada por Michel Pêcheux mostra-se relevante para este trabalho por não significar simplesmente uma opção por uma metodologia de análise, mas sim por uma teoria e método que se apresenta como uma forma de conhecimento que tem o discurso como objeto de estudo, como o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos.

Como uma disciplina que se faz no entremeio, justamente por se apresentar como uma disciplina não acabada, em constante mudança, por não acumular meramente conhecimentos, mas sim discutir seus pressupostos continuamente, materializa o contato entre o lingüístico e o ideológico, mostrando que o discurso representa, no interior da língua, os efeitos das diferentes ideologias.

A sua singularidade é que, por trabalhar no entremeio de disciplinas, ela não é interdisciplinar, mas se faz na contradição da relação entre as outras disciplinas, especificamente entre a Lingüística e as Ciências Sociais. Não que a AD seja mera aplicação da Lingüística sobre as Ciências Sociais ou vice-versa, mas sim que ela se forma no entremeio. Orlandi, na apresentação que faz na obra “Estrutura ou acontecimento” de Pêcheux, descreve que o autor exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios. Os princípios teóricos que ele estabelece se alojam não em regiões já categorizadas do conhecimento, mas em interstícios disciplinares, nos vãos que as disciplinas deixam ver em sua articulação contraditória: [...] *Aí ele faz trabalharem os procedimentos da AD na (des)construção e compreensão incessante de seu objeto: o discurso* (ORLANDI, 1997, p. 7).

Assim, o discurso, como objeto de estudo, abre possibilidades de colocar novas questões para os pesquisadores em Ciências Sociais, uma vez que mostra a ligação entre língua, sociedade/história e ideologia, ou seja, mostra que, para a apreensão do funcionamento da linguagem, enquanto processo significativo, é preciso referi-la necessariamente à sua exterioridade.

Desse modo, tomar a decisão de analisar o discurso do presidente JK através da AD de linha francesa, faz surgir a necessidade de não se limitar ao estudo interno da língua, mas de assumir uma visão da linguagem como interação social – sem esquecer que o político e o lingüístico se inter-relacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos –, mesmo porque uma lingüística imanente que se limite ao estudo interno da língua

não pode dar conta do seu objeto. É nesse sentido que a AD propõe que se articule as noções do político, do histórico e do ideológico, observando que no político o sentido sempre é dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição.

A linguagem enquanto discurso não é neutra, nem inocente, transparente ou natural. Na medida em que está engajada numa intencionalidade, é interação e um modo de prática social. É um elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade, ou seja, é uma forma de engajá-lo na própria realidade. A linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico. Não pode ser estudada fora da sociedade, seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção⁸, uma vez que *ela* (a linguagem) *é o sistema-suporte das representações ideológicas [...], é o 'medium' social em que se articulam e defrontam agentes coletivos e se consubstanciam relações interindividuais* (BRANDÃO, 1993, p.12).

Por considerar que a linguagem não é transparente, a AD não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. Ela questiona *como* o texto significa. Para responder, não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. A partir do próprio texto, ela produz um conhecimento, pois o vê como materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade.

De acordo com Soto (1998, p. 162), a AD provoca, para as Ciências Sociais, um questionamento e uma desorganização de modelos teóricos dominantes. Isso ocorre porque o conceito de discurso rompe com a falsa dicotomia entre o real e o aparente, entre o material e o pensamento. Também, pelo fato de termos de lidar com a ideologia não como uma simples inversão do real e sim como um elemento fundamental que merece ser considerado nas análises. Assim, resta aos cientistas sociais o desafio de repensar o discurso como um fenômeno social.

Constituída desse modo, a AD não se consolida como mero campo da Lingüística. Ela passa a ser concebida como uma disciplina que coloca em relação, de forma complexa, o campo da língua (suscetível de ser estudada pela Lingüística em sua forma plena) e o campo da sociedade apreendida pela história (nos termos das relações de força e de dominação ideológica):

⁸ As condições de produção de um discurso implicam o que é material (a língua sujeita ao equívoco e à historicidade), o que é institucional e o mecanismo imaginário, que trata de identificar os sujeitos trabalhados no discurso.

Eu diria, antes, que a AD é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões da lingüística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam (ORLANDI, 1996, p. 25).

Os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem. Para a AD, a língua é um objeto sócio-histórico em que o lingüístico intervém como pressuposto. No entanto, ela não trabalha com a história e a sociedade como se estas fossem independentes em relação ao fato de que significam. A AD parte da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, relacionando língua-discurso-ideologia.

Assim, a AD além de se constituir herdeira da Lingüística, constitui-se também herdeira do Materialismo Histórico e da Psicanálise. Porém, ela não se constitui herdeira dessas três áreas de conhecimento de forma servil, ou seja, não se reduz ao objeto da Lingüística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e nem corresponde ao que teoriza a Psicanálise. A AD interroga a Lingüística pelo que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente, sem ser absorvida por ele.

Trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, a AD irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo o discurso como um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto. Assim, de acordo com Orlandi (2000, p. 20), para a AD:

a) a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Lingüística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);

b) a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);

c) o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Nesse sentido, a contribuição da AD é não nos deixar acreditar na ilusão de sermos conscientes de tudo, pois, ao nos fazer perceber que podemos estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos; ao problematizar as maneiras de ler, levando o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem; ao nos colocar o simbólico como algo irremediável e permanente (estamos sempre comprometidos com os sentidos e o político), a AD permite que sejamos capazes de ter uma relação muito menos ingênua com a linguagem.

E o mais importante é que se a AD permite que se desfaça a ilusão de transparência da linguagem, também permite que o analista a interprete de acordo com os diferentes instrumentais teóricos dos campos disciplinares nos quais se inscreve. Pois, para a AD, o dispositivo teórico encampa o dispositivo analítico e quando nos referimos a este, estamos pensando no dispositivo teórico já “individualizado” pelo analista em uma análise específica.

Os discursos, as mensagens presidenciais, as cartas do presidente JK selecionados para este trabalho formam a unidade textual, o *corpus* que permite o contato inaugural com o discurso. E como unidade textual, ele é inesgotável, pois não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se pode selecionar e, assim, analisar temas diferentes.

A AD nos possibilita compreender o discurso, interpretar. Mas ela não estaciona na interpretação; trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte do processo de significação. É que para a AD não há como procurar um verdadeiro sentido através de uma “chave de interpretação”. O que há é método, é construção de um dispositivo teórico, pois não há uma verdade oculta atrás do texto, há gestos de interpretação que o constituem, devendo ser compreendidos pelo pesquisador por meio de seu dispositivo analítico.

Desse modo, o dispositivo analítico é construído, pelo próprio analista, a cada análise. O que define a sua forma são as questões postas pelo analista, sendo portanto, de sua responsabilidade as questões colocadas. É a partir da construção do “seu” dispositivo que o analista vai organizar sua relação com o discurso, optando pela mobilização dessas ou daquelas categorias, desse ou daquele procedimento, com os quais ele se compromete na resolução de suas questões. Portanto, sua prática de leitura tem a forma de seu dispositivo analítico.

Os elementos que constituem o dispositivo analítico são: a natureza dos materiais analisados, as questões colocadas – os sentidos que JK dá à segurança e ao desenvolvimento e os elementos de autoritarismo presentes no seu discurso –, e as diferentes

concepções teóricas dos distintos campos disciplinares. Assim, ao desfazer a ilusão da transparência da linguagem, ao expor a materialidade do processo de significação e da constituição do sujeito, o analista retorna para suas questões iniciais. Tais questões são, no início, elementos desencadeadores da análise e da construção do dispositivo analítico correspondente, e, no final, elas retornam gerindo a maneira como o analista deve referir os resultados da análise à compreensão teórica do seu domínio disciplinar.

Como este trabalho analisa o discurso político de JK e como no político o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição, consideramos pertinente para a análise mobilizar as seguintes categorias: *sujeito e ideologia, formação discursiva, implícito e silêncio, interdiscurso: pré-construído e efeito de sustentação*. Ainda consideramos importante buscar na materialidade lingüístico-histórica as *condições de produção do discurso* de JK.

2.1 SUJEITO E IDEOLOGIA

A AD considera primordial a compreensão do papel da *ideologia* e da posição dos sujeitos no discurso. Desde a análise do material bruto (tal como existe) já se responde a questões referentes a como se diz, quem diz, em que circunstâncias diz. As respostas fornecem pistas para a compreensão do modo como o discurso pesquisado se textualiza e como o sujeito se marca no que diz.

Sujeito e ideologia são noções que não se separam, ou seja, podemos dizer que se não há discurso sem sujeito, não há sujeito sem ideologia, pois é a ideologia que fornece as evidências pelas quais todos sabem o que é um operário, um patrão, um presidente, evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado queiram dizer o que realmente dizem, apagando a materialidade e a opacidade do discurso.

Na perspectiva da AD, a ideologia e os efeitos imaginários intervêm no espaço que vai da constituição dos sentidos (interdiscurso⁹) à sua formulação

⁹ Interdiscurso é para a AD a memória discursiva que torna possível todo dizer, mas que afeta o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Segundo Pêcheux (1999, p. 162), é o interdiscurso que produz as formações discursivas, uma vez que seus dois elementos, o 'pré-construído' e o 'efeito de sustentação', indicam, respectivamente, a presença histórica no interdiscurso e os sentidos do discurso que se sustentam sob o que é dito anteriormente.

(intradiscurso¹⁰). Para explicar de forma sucinta o processo de interpretação, consideramos o discurso “Inauguração de Brasília” (Diário de Brasília, 1960) proferido por JK aos operários que construíram a Capital.

No movimento de interpretação o conteúdo aparece como evidência, como conteúdo já-lá. Expressões como *soldados da epopéia; (Brasília) lembra as construções das catedrais da Idade Média; os operários do milagre; capital da esperança; a matéria-prima espiritual; demonstração pujante da vontade de progresso, poemas arquitetônicos* produzem sentidos positivos em relação à construção de Brasília.

Mas, se pensarmos que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos (interdiscurso) e que é daí que eles tiram sua identidade, veremos a construção de Brasília significar o maior projeto de JK, a meta-síntese do seu Programa. Porém, no discurso aos operários isso é apagado, ou seja, apaga-se que aquele era um monumento permanente a seu criador, que considerava as obras como um prolongamento de sua personalidade e de suas aspirações. Apaga-se também a relação de poder com a obra, as relações de classe e a relação capital e trabalho.

Vista desse modo, ideologia é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. São esses mecanismos os responsáveis pela produção das imagens dos sujeitos, assim como do objeto de discurso dentro de uma conjuntura sócio-histórica.

De acordo com Pêcheux (1999, p. 160), o sujeito do discurso se constitui sócio-historicamente, ou seja, o sentido de suas palavras não existe “em si mesmo”, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são produzidas. Essa tese poderia ser resumida da seguinte forma: as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, ou melhor, elas adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

É nesse sentido que Althusser, em sua obra “Aparelhos Ideológicos de Estado” (1983), considera que as ideologias não são feitas de “idéias”, e sim de práticas. Ele fala em ideologias porque distingue “ideologia em geral” e “ideologias particulares”. As “particulares” seriam aquelas que exprimem sempre, seja qual for a sua forma (religiosa,

¹⁰ De acordo com Pêcheux (1999, p. 166) a expressão *intradiscurso* é utilizada para definir o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que eu direi depois; portanto, o conjunto dos fenômenos de “co-referência” que garantem aquilo que se pode chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito). O intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior”.

moral, jurídica, política), posições de classe, enquanto a “ideologia em geral” seria, essencialmente, a abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação do mecanismo geral de qualquer ideologia.

O pensamento de Althusser (1983, p. 82) sobre a ideologia é elaborado pela releitura que faz do Materialismo Histórico. Ele toma como referência a natureza imaginária da ideologia, considerando-a mais que reflexo de uma realidade. Ao defender essa idéia, ele está propondo uma teoria da ideologia em geral, sendo esta “transhistórica”, eterna.

Para explicar esse processo, Althusser (1983, p. 83, 84) sustenta que as ideologias têm uma história sua (embora seja ela, em última instância, determinada pela luta de classes), enquanto a ideologia em geral não tem história. Isto é: não tem história no sentido positivo se considerarmos que a ideologia tem uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade “omnihistórica”, já que essa estrutura e esse funcionamento apresentam-se na mesma forma imutável em toda história. Por história entenda-se como história da luta de classes, conforme definida por Marx e Engels no Manifesto Comunista (1998).

Desse modo, utilizando-se da proposição de Freud de que o *inconsciente é eterno*, Althusser (1983, p. 85) define a ideologia como eterna e acrescenta que a aproximação ao pensamento de Freud justifica-se pelo fato de que a eternidade do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral. Daí em diante Althusser, para simplificar a expressão, passa a utilizar somente o termo *ideologia* para falar em ideologia em geral.

A teoria da ideologia de Althusser é mais valorizada pela AD do que a reprodução ideológica feita pelo Estado através dos Aparelhos Ideológicos, uma vez que aparece como o lugar onde é possível fazer uma leitura de um sujeito que, ao mesmo tempo em que é constituído, também constitui. Althusser argumenta que três teses sustentam esse processo.

A primeira defende a idéia de que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; a segunda que a ideologia tem uma existência material; a terceira que a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos.

Quanto à primeira, Althusser (1983, p. 85-88) contrapõe-se à idéia de que as ideologias (moral, jurídica, religiosa, etc.) sejam “concepções de mundo”. Para ele, essas “concepções de mundo” são em grande parte imaginárias, ou seja, não correspondem à realidade. Assim, é representado na ideologia não o sistema das relações reais que governam a

existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem.

Em relação à segunda, Althusser (1983, p. 88-93) considera que uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Nesse sentido, a existência da ideologia é material porque as relações vividas, nela representadas, envolvem a participação individual em determinadas práticas e rituais no interior de Aparelhos Ideológicos concretos. Em outros termos, a ideologia materializa-se nos atos concretos, assumindo com essa objetivação um caráter moldador das ações.

Na terceira, Althusser (1983, p 93-99) constata que o homem é por natureza um animal ideológico, isto é, há uma articulação entre ideologia e inconsciente que dissimula sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se o último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas nas quais se constitui o sujeito. Essa evidência da existência espontânea do sujeito o coloca como origem ou causa de si e aponta para outra evidência, que é a do sentido.

Sendo assim, pode-se afirmar que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos e recruta a todos, pois todos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história e só porque é afetado por elas é que o sujeito produz sentidos.

O efeito característico da ideologia, ou seja, impor, sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de “evidências”, ocorre porque o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina, pelo assujeitamento ao Sujeito (com S maiúsculo) único e absoluto, uma entidade abstrata que ocupa o lugar do sujeito em cada ideologia: Deus, a Humanidade, o Capital, a Nação, o desenvolvimento, etc.

Pêcheux (1995, p. 173) explica melhor esse processo ao distinguir duas formas de esquecimento no discurso. O esquecimento número um, também chamado de esquecimento ideológico, é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de que somos a origem do que dizemos quando, na verdade, retomamos sentidos pré-existentes. Ele reflete o sonho adâmico, isto é, o de estar na inicial absoluta da linguagem, dizendo que as primeiras palavras que significariam exatamente o que queremos, quando o que ocorre é que, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se apresentam como se originando em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história, e é por esse motivo que significam e não pela nossa vontade. Nos discursos sobre a Operação Pan-Americana (OPA), JK se coloca

na origem do que diz e não menciona que o mentor da OPA foi o seu colaborador e poeta Augusto Frederico Schmidt¹¹.

O esquecimento número dois é da ordem da enunciação, indicando que ao falarmos o fazemos de uma maneira e não de outra. Na mensagem presidencial enviada por JK ao Congresso Nacional, em 1959, a palavra Povo é sempre iniciada com letra maiúscula. Ao se expressar assim, JK produz uma impressão, que é denominada de ilusão referencial, levando todos a acreditarem que o povo possui o mesmo grau de importância dos representantes do Legislativo ou do Executivo, por exemplo. Na realidade, ele estabelece, nesse momento, uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de forma semiconsciente. Para a AD tal forma de esquecimento enunciativo atesta que o modo de dizer nunca é indiferente aos sentidos.

Nesse sentido, para a AD, faz-se necessário também dar conta daquilo que dá a impressão de que só poderia ser dito daquela forma, pois as singularidades na maneira como a língua e a história nos afetam realizam-se em nós em sua materialidade. A posição que o sujeito ocupa é discursivamente significativa, uma vez que existem mecanismos imaginários responsáveis pela produção das imagens dos sujeitos, assim como do objeto de discurso dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Mas devemos lembrar que o modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade que o constitui e a língua não é transparente nem o mundo diretamente apreensível quando se trata de significação.

2.2 FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Para compreender o que é uma formação discursiva (FD), faz-se necessário recorrer a Michel Foucault, que definiu em sua obra “A Arqueologia do Saber” (2002)¹², o que vem a ser discurso, enunciado e formação discursiva – conceitos fundamentais para a AD.

¹¹ Esse esquecimento poderia nos colocar numa posição delicada quanto à questão de autoria, uma vez que dizemos analisar os discursos do próprio JK. A distinção que devemos fazer é que os sentidos relacionados à OPA originaram-se em Schmidt, mas se JK “esqueceu” a sua origem foi pelo motivo de se identificar com a idéia e de fazê-la significar exatamente o que queria, constituindo-se, ao materializá-la, sujeito dos sentidos produzidos. Podemos então dizer que a autoria é uma função do sujeito que se estabelece ao lado de outras funções, estas enunciativas, que são o locutor e o enunciador: o locutor é aquele que se apresenta como “eu” no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói. Assim, segundo Orlandi (2000, p. 76), representar-se como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, a responsabilidade pelo que diz, como diz, etc.

Foucault concebe o discurso como uma prática social, portanto, possível de ter definidas as suas condições de sua produção. Ou melhor, o discurso para Foucault é concebido como uma dispersão, isto é, como sendo formado por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Nesse sentido, o discurso é, para Foucault, mais que um conjunto de enunciados, é o lugar no qual se busca um campo de regularidade para várias posições de subjetividade.

Os enunciados são apropriados pelos sujeitos, compondo os discursos. E como eles se repetem, preenchem o lugar de sujeitos distintos, conforme a posição que ocupam. Portanto, o discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva, sendo esta definida por Foucault (2002, p. 153, 154) como:

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiriam em uma época dada e para determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de existência da função enunciativa.

Assim, o que cabe ao analista de discurso é buscar as regras que determinam uma formação discursiva, sendo que estas se apresentam como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias que caracterizam e possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade. Regularidade que é atingida pela análise dos enunciados constitutivos da formação discursiva. Assim, para Foucault, a análise de uma formação discursiva consiste na descrição dos enunciados que a compõem (BRANDÃO, 1993, p. 28).

JK, detentor do mais alto grau na hierarquia nacional, ocupou o lugar de sujeito nos enunciados sobre desenvolvimento no Brasil. Vários estudos, como o de Celso Furtado (1974), Florestan Fernandes (1987), Raymundo Faoro (1985), apontam uma premissa comum que consiste em considerar o Estado como o condutor do desenvolvimento capitalista no Brasil até a década de 1970. Essa conjuntura permitiu que JK, como sujeito dos enunciados sobre desenvolvimento, aplicasse, definisse e transformasse o conceito, já que o referencial dos enunciados é sempre uma formação discursiva e não um dado pronto para simplesmente ser representado.

¹² O objetivo do autor nessa obra é focalizar as práticas discursivas que formam o saber de uma época. Os arquivos, isto é, os enunciados efetivamente ditos e o funcionamento dos discursos servem para demonstrar que não há neutralidade no discurso, mas sim poder que sempre vem imbuído de saber.

Portanto, o fato de JK ter ocupado o lugar de sujeito nos enunciados sobre desenvolvimento – dando-lhe uma forma peculiar – lhe foi facultado pelas condições discursivas do momento. Tais condições, diferentemente das sociais, econômicas, institucionais e diferentemente do aspecto da pessoa de um autor e seu gênio criador, provêm das práticas que uma época dada dispõe, permitindo que objetos sejam utilizados, transformados e que deles se apropriem determinados sujeitos.

Dessa forma, Foucault considera que os discursos suscitam o desejo de sua posse e, portanto, não são puros nem neutros. A escolha de um tema não provém de uma visão de um dado sujeito, assim como os conceitos não provêm de idéias, e sim dos elementos que uma dada formação discursiva provoca. Mas como nem tudo é dito por todos, fazendo com que o discurso obedeça a uma lei de raridade, torna-se alvo de disputa, de luta mesmo e não uma fonte inesgotável de interpretações. Nas palavras de Foucault (2002, p. 158),

Ele (o discurso) aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparição, mas também suas condições de apropriação e de realização; um bem que põe, por conseguinte, a partir de sua existência a questão do poder; um bem que é, por natureza, objeto de uma luta, e de uma luta política.

Levando em consideração a importância que o conceito de formação discursiva formulado por Foucault tem para a AD, constatamos que a análise dos discursos de JK exige estudos detalhados, exige a escuta da história para localizar as formações discursivas.

Assim, retomando o conceito de formação discursiva sob a perspectiva da AD, verificamos que para Pêcheux (1999, p.161), a formação discursiva é o lugar de constituição do sentido porque é nela que se relacionam todos os elementos lingüísticos, é a partir da formação discursiva que cada elemento adquire sentido pelo processo discursivo. Nesse sentido, Pêcheux define o processo discursivo que compreende as diversas relações que acontecem dentro das formações discursivas como algo que designa o sistema de relações de substituição, paráfrase, sinónímias, etc., funcionando entre elementos lingüísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada.

Vista desse modo, a formação discursiva propicia a compreensão dos diferentes sentidos; os diferentes sentidos produzidos nos discursos se remetem a formações discursivas específicas, que, por sua vez, darão diferentes sentidos às palavras:

[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 1999, p. 161).

Essa apreensão nos remete ao que Orlandi (2000, p. 44) compreende como formação discursiva. Para ela, a formação discursiva é uma regionalização do interdiscurso, uma vez que todo discurso delinea-se na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória. Deixando mais claro: para a autora, as palavras falam com outras palavras, tendo os seus sentidos produzidos pelas formações discursivas inseridas dentro de uma formação ideológica.

O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo pré-construído (o já-dito), aquilo que constitui uma formação discursiva em relação à outra. Isso ocorre por meio de metáforas, que, para a AD, não são concebidas como figuras de linguagem, mas sim como “transferência”, como “superposição”, estabelecendo o modo como as palavras significam, fazendo com que elementos significantes confrontem-se, revestindo-os de sentidos. Para tal, realizam efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos, nos quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório.

JK, em vários de seus discursos, utiliza metáforas (*adversários, inimigos, ideologias extremistas*) para expressar o comunismo. Tais metáforas causam efeitos ideológicos e servem para afirmar, frente ao próprio Brasil e aos EUA, a sua concepção sobre *desenvolvimento e segurança*. Aqui temos, ao mesmo tempo, a constituição do sentido e a constituição do sujeito. E se, tanto um como outro possuem uma evidência aparente é porque a dominação de uma formação discursiva oculta o “exterior”, ou seja, oculta todo o processo material da formação do sujeito e do sentido.

Portanto, é necessário remeter o discurso às suas condições de produção e às formações discursivas para esclarecer as evidências: *Daí a necessidade de uma teoria*

*materialista do discurso*¹³ – uma teoria não subjetivista da subjetividade – em que se possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e também dos sentidos (ORLANDI, 2000, p. 46).

A apreensão da constituição dos sentidos do dizer ocorre por meio da observação do modo de construção, da estruturação, do modo de circulação e dos diferentes gestos de leitura que constituem os sentidos. Ao passar da de-superficialização do texto para o processo discursivo, do delineamento das formações discursivas para sua relação com a ideologia, busca-se desfazer as evidências, recusar a transparência da linguagem e não restringir a análise ao desejo de “verdade”, mas deixar que intervenha também o inconsciente e a ideologia.

Na evidência do sentido, o que não é percebido é a característica material e histórica de sua construção, enquanto, na evidência do sujeito, o que é esquecido é o seu processo de identificação, no qual ele é interpelado pela ideologia em sujeito, sendo inscrito numa formação discursiva que produz, assim, a forma-sujeito. JK, em seus discursos, era veemente na defesa do Ocidente, da democracia, do capitalismo, inserindo-se numa formação discursiva que corresponderia aos interesses americanos do período – conhecido como o da Guerra Fria –, ou seja, a estabilidade política do Ocidente.

Nesse contexto, o relevante é compreender que sempre há no discurso um “projeto”, um futuro silencioso pleno de sentidos; é buscar compreender que a prática discursiva (e o discurso em geral) não é o reflexo da situação, nem está mecanicamente determinada por ela; portanto, não pode ser tomada como evidência, uma vez que os sentidos também não são evidentes.

Assim, para Orlandi (2000, p. 43), *uma formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito*. E, nessa perspectiva, podemos dizer que a produção de sentidos se estabelece na relação direta com a ideologia, inserindo a formação discursiva numa formação ideológica específica. Podemos dizer ainda que as formações discursivas representam, no discurso, as formações ideológicas, pois os

¹³ Quando falamos em uma teoria materialista do discurso não significa que estamos desenvolvendo uma teoria política materialista, mas sim que temos como referência a releitura que Althusser faz de Marx, na qual a ideologia, tema central da análise althusseriana, interpela o indivíduo em sujeito (interpelação que se dá pela linguagem), apagando o caráter material dos sentidos produzidos, produzindo evidências (dos sentidos e dos sujeitos) que levam os homens a terem uma relação imaginária com suas condições materiais de existência. E aí está a diferença entre a AD e a Lingüística, isto é, de acordo com Orlandi (2000, p. 90), enquanto a última trabalha com as marcas (formais) do texto, a AD trabalha com propriedades discursivas (materiais) que referem à língua e à história. Deixando mais claro: a AD trabalha com as formas materiais que reúnem forma e conteúdo, interessando-lhe o modo como elas estão no texto, como elas encarnam no discurso.

sentidos são sempre determinados ideologicamente. Tudo o que é dito tem um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos, e isso não está na essência das palavras mas na discursividade, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.

2.3 SILÊNCIO: NO MOVIMENTO DOS SENTIDOS

A discussão existente sobre o silêncio, na AD, evidencia que ao longo de todo dizer há uma margem de não-ditos que também significam. Pelo fato de o analista de discurso saber que as condições de produção devem ser levadas em conta nas análises, o espaço simbólico (os significados implícitos e o silêncio) não pode ser renegado, pois surge daí o caráter de incompletude da linguagem.

Procurando entender a materialidade simbólica específica do silêncio, podemos alargar a compreensão da nossa relação com as palavras. Essa relação nos indica que não estamos nas palavras para falar delas, ou de seus “conteúdos”, mas para falar *com* elas. Sendo assim, podemos passar das palavras para as imagens (relação do verbal com a metáfora) e fazer ainda outra passagem mais radical, passando das palavras para o “jogo”:

[...] É nessa dimensão do significar, como jogo de palavras, em que importa mais a remissão das palavras para as palavras – desmontando a noção de linearidade e a que centra o sentido nos ‘conteúdos’ –, que o silêncio faz sua entrada. O não-um (os muitos sentidos), o efeito do um (o sentido literal) e o (in)definir-se na relação das muitas formações discursivas têm no silêncio o seu ponto de sustentação. Desse modo é que se pode considerar que todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras (ORLANDI, 1997, p. 15).

Nesse sentido, os discursos que aqui serão analisados, como qualquer outro texto, são considerados “bólide” de sentidos, “multidirecional” e “multidimensional” enquanto espaço simbólico, isto é, os significados e os sentidos são vários e, sendo assim, eles podem dizer através do silêncio.

Portanto, para a apreensão dos sentidos do silêncio nos discursos de JK, faz-se necessário o entendimento de seus principais fundamentos, pois um deslocamento do foco

de análise dos produtos para os processos de produção de sentidos torna o silêncio visível indiretamente por métodos (discursivos) históricos mesmo que este se apresente fugidio.

De início, é preciso diferenciar conceitos que estão próximos mas possuem naturezas diferentes. Segundo Orlandi (1997, p. 67), silêncio e implícito são conceitos que possuem pressupostos teóricos e conseqüências diversas. A noção do implícito é uma forma de “domesticação” da noção do não-dito pela Semântica. Essa “domesticação” faz-se pela exclusão da dimensão discursiva e pela recusa da opacidade do não-dito. Há modos de expressão implícita que permitem deixar entender, sem incorrer na responsabilidade de ter dito.

O implícito, então, aparece como diferentes formas de não-dizer, como o pressuposto e o subentendido. Separa-se, assim, aquilo que deriva propriamente da instância da linguagem (pressuposto) daquilo que se dá em contexto (subentendido). Uma frase de JK que ficou famosa foi *Deus poupou-me o sentimento do medo*. Tal expressão pressupõe que JK era um homem corajoso. O adjetivo não é dito, mas está presente. Porém, o motivo de ele ter se tornado ou de ter de ser tão corajoso fica subentendido. Pode-se dizer que isso se deveu ao fato de que JK, durante a sua difícil campanha para presidente, deixasse claro que iria em frente, mesmo que o ameaçassem de morte. Enfim, o subentendido depende do contexto, não está necessariamente ligado ao dito.

Assim, no implícito, o não-dito remete ao dito; o recorte que se faz entre o dito e o não-dito é feito entre significação atestada e significação manifesta. Já o silêncio não é concebido dessa maneira pela AD, pois se considera que ele tem seus modos próprios de significar, ou seja, ele não tem uma relação de dependência com o dizer para significar. Diferentemente do implícito, o sentido do silêncio não deriva do sentido das palavras. Na definição de Orlandi (1997, p. 106), *o implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído.*

O silêncio pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É inútil traduzir o silêncio em palavras, pois ele não é ausência de palavras. Não se cala o interlocutor, apenas se impede que ele sustente outro discurso que possa causar rupturas significativas na relação de sentidos.

Desse modo, trabalhar o silêncio torna-se fator essencial porque ele não é considerado como algo sobreposto pela intenção do locutor. Há um sentido no silêncio que o destitui do sentido “passivo” e “negativo” que lhe foi atribuído nas formas sociais da nossa

cultura, que liga o não-dizer à história e à ideologia. O real da linguagem, a evidência, o sentido literal de um discurso encontram sua contraparte no silêncio, tendo em vista que ele atravessa as palavras, existe entre elas, indica que o sentido pode sempre ser outro ou, ainda, que o mais importante não se diz.

Nos discursos em que JK propõe *desenvolvimento e segurança*, proferidos para as autoridades brasileiras, latino-americanas ou norte-americanas, a intenção de captar recursos em vasta escala para projetos de desenvolvimento econômico é silenciada, enquanto os aspectos politizantes, que envolvem a segurança e dão sentido ao desenvolvimento, aparecem em nível ideológico e coerente, indicando que aquilo que está sendo dito reflete “verdadeiramente” a situação.

Nesse sentido, podemos dizer que todo dizer é uma relação com o não-dizer, e essa dimensão não é vista como meros acidentes da linguagem, e sim como o cerne mesmo do seu funcionamento, pois leva à análise da *errância dos sentidos (a sua migração), a vontade do ‘um’ (da unidade, do sentido fixo), o lugar do non sense, o equívoco, a incompletude (lugar dos muitos sentidos, do fugaz, do não apreensível* (ORLANDI, 1997, p. 12).

O silêncio visto dessa maneira é movimento e também relação incerta entre mudança e permanência. Analisando-o, é possível compreender, por exemplo, a censura como um fato produzido pela história, o limite do sujeito no percurso de sentidos. Nesse caso, o silêncio é o reduto do possível, do múltiplo, abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito:

O silêncio como horizonte, como iminência do sentido, tal como expressamos no corpo de nosso trabalho, nos aponta que o fora da linguagem não é o nada mas ainda sentido (ORLANDI, 1997, p. 13).

A AD distingue duas formas de silêncio: o silêncio fundador e a política do silêncio. Este último possui duas formas, o silêncio constitutivo e o silêncio local.

O silêncio fundador não é ausência de sons ou de palavras, é o princípio de toda significação, é a própria condição da produção de sentido, o espaço “diferencial” da significação. Aparece não em sua qualidade física mas como sentido, como história (silêncio humano), permitindo a compreensão do “vazio” da linguagem como um horizonte e não como falta. Portanto, significa em (por) si mesmo, não estabelece nenhuma divisão possibilitando compreender que o discurso se apresenta como o projeto – o estado significante – pelo qual o sujeito se lança em “seu” sentido em um movimento contínuo.

Desse modo, o silêncio fundador não é mero complemento da linguagem. Ele a precede, é múltiplo de sentidos e só através do imaginário com o real é possível apreender a especificidade de sua materialidade (simbólica), sua opacidade, seu trabalho no processo de significação. Ele não está apenas “entre” as palavras, ele as atravessa. Partindo dessa concepção de silêncio como condição de significação, observa-se que há uma incompletude constitutiva da linguagem quanto ao sentido, assim como também o sujeito tem uma relação importante com a incompletude.

Isso quer dizer que para falar o sujeito estabelece necessariamente um laço com o silêncio, mesmo que tal relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente. Esse é um dos aspectos da polissemia – característica que aparece com maior intensidade nos discursos de homens políticos –, ou seja, quanto mais se diz, mais o silêncio instala-se e mais os sentidos tornam-se possíveis.

Na mensagem aos membros do Congresso Nacional de 1959, JK comenta as medidas para atenuar as perturbações decorrentes da conjuntura cafeeira em 1958, mas silencia que tais perturbações estavam relacionadas a um acontecimento político de repercussão nacional – a “Marcha da Produção” –, que ocorreu pelo fato da agricultura não ser prioridade em seu governo. A repressão contra o movimento também foi silenciada, pois uma das características da ideologia desenvolvimentista era não problematizar o acontecimento político, não oferecer oportunidade de análise, mas sim apresentar resultados positivos da cafeicultura.

A política do silêncio, na forma de silêncio constitutivo auxilia a melhor compreender esse processo, pois ela se define pelo fato de que ao dizermos algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada, ou seja, ela produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz.

O silêncio constitutivo representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito. É determinado pelo caráter fundador do silêncio, pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem.

[...] se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer (ORLANDI, 1997, p. 76).

Podemos dizer que o mecanismo utilizado no silêncio constitutivo é de “privação” do sentido e que no discurso político o “jogo” de palavras produz efeitos de sentido que apontam para o que é *uno*. É por meio do estudo do silêncio que surge a possibilidade de se perceber que o sujeito trabalha sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a qual aceita o deslocamento que nos deixa ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa.

No jogo político há um universo de coisas que não podem ser ditas. Portanto, a melhor forma de analisarmos os discursos de JK é interpretando todo o processo de produção ideológica, uma vez que os acontecimentos são cercados pelos sentidos ordinários da vida cotidiana e por mais que esses acontecimentos possam parecer transparentes, mostram-se opacos.

Finalmente, se a reflexão sobre o silêncio nos mostra a complexidade da AD, já que por ela podemos nos debruçar sobre os efeitos contraditórios da produção de sentidos na relação entre o dizer e o não-dizer, essa reflexão nos ensina também que, embora seja preciso que já haja sentido para se produzir sentidos (falamos com palavras que já têm sentidos), estes não estão nunca completamente já lá. Eles podem chegar de qualquer lugar e eles se movem e se desdobram em outros sentidos (ORLANDI, 1997, p. 24).

Ao lado do silêncio constitutivo ainda temos o silêncio local, que também faz parte da política do silêncio e é a manifestação mais visível porque se trata da interdição do dizer. Um exemplo do silêncio local é a censura, que nada mais é do que uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos, ou seja, é a produção do interdito, do proibido.

A censura, na AD, é considerada em sua materialidade lingüística e histórica (discursiva), devendo ser analisada como um fato de linguagem produtor de efeitos de sentidos enquanto política pública de fala e silêncio. Ela também pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, pois a identidade resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido.

Ao lançar a idéia da OPA, na qual o desenvolvimento seria a base de sustentação da segurança ocidental, JK inseria-se numa formação discursiva anticomunista e autoritária, contradizendo a formação discursiva em que até então estava inscrito, ou seja, a de

governar com plenas liberdades para todos, para os políticos, para os empresários, para os estudantes, para a imprensa (JK - Entrevista, 1974, p. 1).

Assim, em condições específicas, as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito. Há, na censura, um jogo de relações de força que precisa ser compreendido, uma vez que ela modifica o “dizível”. Para que funcione, a censura joga com o princípio do autor, responsabilizando-o quanto ao que diz, pois, ao falar, o sujeito se divide: as suas palavras são também as palavras dos outros.

Esse movimento ambíguo que separa e ao mesmo tempo integra, demarcando o sujeito em sua relação com o outro, resulta numa relação dinâmica entre identidade e alteridade, tornando o espaço da subjetividade um lugar tenso onde jogam os mecanismos discursivos da relação com a alteridade. Esse é o campo do silêncio, ou seja, é o silêncio significativo que trabalha a relação do sujeito com as diversas formações discursivas, tornando mais visível a contradição entre identidade e alteridade.

A censura também é a interdição da palavra e, nesse sentido, como já dito, ela joga com o princípio de autor, intervindo na relação do indivíduo com sua identidade social e com o Estado, pois, como a função enunciativo-discursiva do autor é a mais sujeita às coerções sociais, o silêncio instala um trabalho que incide sobre a dimensão pública do cidadão.

Tal tipo de censura também ocorreu no Governo JK. Odylo Costa, encarregado do Jornal do Brasil na época, deu uma entrevista ao repórter Gilberto Negreiros da Folha de São Paulo em 11 de janeiro de 1979, na qual relatou que a liberdade de imprensa no período nunca foi total e que ele chegou a ser ameaçado por crime de traição à pátria por causa de uma fotografia em que JK aparecia suplicante diante de Foster Dulles¹⁴. Ainda relatou a abertura de 60 processos contra jornalistas e que Carlos Lacerda ficou por um largo período proibido de ir ao rádio ou à televisão.

¹⁴ John Foster Dulles, Secretário de Estado dos EUA durante o Governo de Eisenhower, de acordo com Bojunga (op. cit., p. 325), era um pregador anticomunista, o messias da contenção, porém, até então alheio aos problemas da América Latina.

2.4 INTERDISCURSO: PRÉ-CONSTRUÍDO E EFEITO DE SUSTENTAÇÃO

Ao pensarmos nos documentos selecionados para este trabalho – que no seu conjunto transformam-se na unidade textual a ser analisada –, a exemplo da AD, os consideramos monumentos. É que por serem a retrospectiva de um “tempo”, e neste caso, relatado por JK, seu personagem principal, aguçam o desejo de interpretação, uma vez que os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. Tais dizeres são antes, efeitos de sentidos, pistas que o analista de discurso aprende a seguir para compreender os sentidos neles produzidos, pondo em relação o dizer com suas condições de produção.

Para a apreensão do que é interdiscurso faz-se necessário entender que as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação e, principalmente, que a memória também faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória faz funcionar as condições de produção é essencial, tendo em vista que se em sentido estrito elas são o contexto imediato, em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico, ou seja, o contexto amplo mostra elementos da sociedade e da história, exteriores ao discurso, mas que o produzem:

[...] nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de ‘pré-construído’, o ‘já-dito’ que está na base do dizível sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2000, p 31).

Segundo Pêcheux, é o interdiscurso que produz as formações discursivas, pois a sua dominação é exercida pelo complexo das formações ideológicas. Por sua vez, é próprio de toda formação discursiva,

[...] dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (ça parle) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1999, p. 162).

Assim, temos no interdiscurso o “efeito do pré-construído” indicando a presença histórica no interdiscurso, fornecendo a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita e o “efeito de sustentação” indicando que os sentidos do discurso sustentam-se sob o que é dito anteriormente.

A característica fundamental do pré-construído é a separação entre pensamento e objeto de pensamento, na qual a pré-existência do objeto de pensamento implica numa [...] *discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito* (PÊCHEUX, 1999, p. 102).

O que Pêcheux está ressaltando é que a noção de pré-construído mostra a discrepância entre os elementos pensados anteriormente e o sujeito autônomo, que julga ser a origem do que diz, que se constitui pelo “esquecimento”¹⁵ daquilo que o determina. Nesse sentido, o pré-construído corresponde ao “sempre já-aí” da interpelação ideológica que não só fornece mas também impõe a “realidade” e seu “sentido” ao sujeito, dissimulando seu assujeitamento sob a aparência de autonomia:

É nesse esquecimento que o sujeito se ‘esquece’ das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa – entendamos que, sendo ‘sempre-já’ sujeito, ele ‘sempre-já’ se esqueceu das determinações que o constituem como tal. Isso explica o caráter não fortuito, mas absolutamente necessário, da dupla forma (‘empírica’ e ‘especulativa’, na terminologia de Th. Herbert) do assujeitamento ideológico, que permite compreender que o pré-construído, tal como o redefinimos, remete simultaneamente ‘àquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e ‘àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’ (PÊCHEUX, 1999, p. 171).

Já o efeito de sustentação – que é considerado por Pêcheux (1999, p. 163) leis psicológicas do pensamento – constitui o sujeito em sua relação com o sentido. Isso ocorre porque há a possibilidade de substituição dos elementos dentro de uma formação discursiva dada e explicada anteriormente. Essa é uma concepção do efeito de sentido, na qual

¹⁵ Sobre as formas de esquecimento discutidas pela AD, podemos adicionar o pensamento de Bethânia Mariani, que no artigo “Imaginário lingüístico: análise do discurso e psicanálise” para a revista Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), n. 132 de 2005, considera que a rede de paráfrases e reformulações características de uma formação discursiva resultam do fato do esquecimento número dois encobrir o esquecimento número um. Assim, encontram-se, no imaginário lingüístico (corpo verbal), os efeitos do inconsciente e da ideologia na constituição do sujeito pelo simbólico, ou seja, é no imaginário lingüístico que o sujeito encontra refúgio, enquanto ilusão necessária de sua unidade.

a substituição entre elementos (palavras, expressões, proposições) pode tomar duas formas: a da equivalência – dois elementos substituíveis, como *democracia/liberdade*, possuem o mesmo sentido numa formação discursiva considerada – e a da implicação – possibilidade de substituição orientada, de modo tal que a relação de substituição *democracia/autonomia* não seja a mesma que *democracia/liberdade* pois, apesar de serem contíguas, possuem funções diferentes.

Explicando melhor: a substituição orientada remete ao discurso transverso, que atua de forma linear no eixo dos elementos substituíveis. O discurso transverso, por sua vez, refere-se à metonímia e por conseqüência ao processo de sustentação. Este constitui uma espécie de retorno do saber no pensamento, produzindo uma evocação sobre a qual se apóia a tomada de posição do sujeito.

Assim, temos no discurso o intradiscurso sendo “atravessado” em seu eixo pelo discurso transverso, ou seja, produzindo o efeito de determinação sobre o sujeito e induzindo neste último a relação do sujeito com o Sujeito (universal) da ideologia, que é evocada, assim, no pensamento do sujeito (“todo mundo sabe que...”, “é claro que”). Enfim, o efeito do discurso transverso evoca a relação de interpelação ideológica do sujeito para o Sujeito na forma de evidências:

[...] E o caráter da forma-sujeito, com o idealismo espontâneo que ela encerra, consistirá precisamente em reverter a determinação: diremos que a forma-sujeito (pela qual o ‘sujeito do discurso’ se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro ‘já-dito’ do intra-discurso, no qual ele se articula por ‘co-referência’ (PÉCHEUX, 1999, p. 167).

Orlandi (2000, p. 33) auxilia no entendimento desse processo, tendo em vista que a compreensão da historicidade e do processo de sustentação do discurso depende disso. A autora coloca o intradiscurso e o interdiscurso em dois eixos: o intradiscurso no eixo horizontal e o interdiscurso no eixo vertical. Temos, assim, o eixo vertical (interdiscurso), no qual teríamos todos os dizeres já ditos e esquecidos em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível, e o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele dado momento, em dadas condições.

Os elementos do interdiscurso na sua dupla forma (pré-construído e efeito de sustentação) vão se delineando no decorrer do discurso de JK. Os efeitos de sentidos

produzidos dão a aparência de evidência. Um exemplo é a ênfase que ele dá ao desenvolvimento e à segurança nos discursos relacionados à OPA. As singularidades remetem ao discurso transversal e, conseqüentemente, ao processo de sustentação do discurso, isto é, enunciados como *A luta contra o subdesenvolvimento, sem excluir a justiça e a lei moral, que condenam como impiedosa a coexistência da miséria e de excesso de riquezas, representam investimento a longo prazo, de rentabilidade segura, para a defesa das Américas* (JK - Discurso, 1958, p. 123) causam efeitos de sentidos que englobam a história e a ideologia.

Na verdade, ocorre no enunciado de JK uma modalização na qual a “incorporação” dos elementos do interdiscurso (pré-construído: discurso jurídico e religioso; e sustentação: desenvolvimento como forma de eliminar a miséria, de manter a segurança das Américas e de defender a civilização ocidental cristã) pode se dar até o ponto de confundi-los, de modo a não haver mais demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito de que é dito (trazer recursos externos para concretizar o Plano de Metas e manter a ordem pública e política), não possibilitando que seja detectado o sujeito cindido, ou seja, o sujeito enquanto efeito do inconsciente e o sujeito que se perde no engano de se julgar como unidade. Mas, ao nos aprofundarmos na análise, podemos perceber o pré-construído indicando a presença histórica e o efeito de sustentação indicando os sentidos que o sujeito pretende evocar como sustentados sob o que é dito anteriormente.

Desse modo, o relevante é refletir sobre o fato de um já-dito sustentar a possibilidade mesma de todo dizer, isso é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia:

[...] Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto ‘pré-construído’ e ‘processo de sustentação’) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 1999, p. 163).

2.5 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DE JK

Considerando que para a AD a escuta discursiva deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de

sentidos, para que seja possível descrever a relação do sujeito com sua memória (interdiscurso), julgamos pertinente buscar na materialidade lingüístico-histórica as condições de produção do discurso de JK, levando-o a adicionar nos enunciados dos últimos anos de seu governo (1958-1960), elementos de autoritarismo.

A intenção é remeter o discurso de JK à sua exterioridade para compreendermos o seu funcionamento, pois, um estudo sobre como a história inscreve-se no texto nos leva a constatar que o homem produz a realidade com a qual ele está em relação; são os dizeres já ditos ou possíveis que sustentam a presentificação do dizer. Buscando na materialidade lingüístico-histórica, nas condições de produção a intervenção da ideologia, do inconsciente, do esquecimento, da falha e do equívoco, podemos demonstrar que um texto só pode ser compreendido pela AD se não o pensarmos em sua organização, mas sim em sua ordem significativa.

O espaço da interpretação no qual o autor se insere com seu gesto – e que o constitui enquanto autor – deriva da sua relação com a memória (saber discursivo), interdiscurso. O texto é essa peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação do ‘sítio significativo’ com a exterioridade. Nesse sentido, o autor é carregado pela força da materialidade do texto, materialidade essa que é função do gesto de interpretação (do trabalho de autoria) na sua relação determinada (historicamente) com a exterioridade (pelo interdiscurso). O sujeito, podemos dizer, é interpretado pela história. O autor é aqui uma posição na filiação de sentidos, nas relações de sentidos que vão se constituindo historicamente e que vão formando redes que constituem a possibilidade de interpretação. Sem esquecer que filiar-se é também produzir deslocamentos nessas redes (ORLANDI, 1996, p. 15).

Poucos presidentes brasileiros tomaram posse sob condições políticas tão pouco favoráveis como JK. Embora tivesse sido legalmente eleito, sua posse teve de ser garantida por um “contragolpe preventivo”¹⁶ organizado pelo Marechal Lott. As divisões políticas deixadas pela queda de Vargas levaram à crise subsequente que se estendia entre os militares, território onde uma minoria aparente de antigetulistas era vista como amargurada pelo golpe do Marechal Lott. Assim, muitas manifestações políticas, sociais e militares

¹⁶ O “contragolpe preventivo”, denominado de Movimento do 11 de novembro, foi preparado com o objetivo de barrar uma conspiração tramada no interior do próprio governo, destinada a impedir a posse de JK e Goulart, que haviam sido eleitos em outubro de 1955. O descontentamento da UDN e de setores militares (aliados a Carlos Luz, substituindo Café Filho na presidência da República) com a vitória da aliança PSD/PTB levou à tentativa do golpe, que só não ocorreu porque o Marechal Lott, considerando legal a posse dos eleitos, passou a chefiar o movimento. Controlada a situação, em 7 de janeiro de 1956, o TSE proclamou os resultados oficiais do pleito, e, no dia 31 do mesmo mês, JK e Goulart tomaram posse.

marcaram o Governo JK, contudo, ele foi o único presidente civil entre 1930-1964 que conseguiu se manter até o fim do mandato por meios constitucionais.

JK nasceu em 1902, em Diamantina, uma das mais tradicionais cidades de Minas Gerais. Embora tenha enfrentado a pobreza durante toda a sua infância e juventude, formou-se em Medicina em Belo Horizonte, mas atuou nessa área por pouco tempo, pois sua vocação real era a política. Desde o início de sua carreira, esteve intimamente associado à elite política de Minas Gerais. Teve Benedito Valadares¹⁷ como um dos seus principais protetores e foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD). JK tornou-se prefeito de Belo Horizonte em 1940 mantendo-se no cargo até a queda dos prefeitos logo após a deposição de Vargas em 1945. A mesma eleição que trouxe Vargas de volta à presidência, o fez governador de Minas Gerais. Durante sua administração destacou-se, especialmente por executar um enorme número de projetos na área de transportes e energia. A semente, tanto desses projetos como do Programa de Metas, como o próprio JK declarou numa entrevista concedida à Maria Victoria Benevides em 1974, nasceu em Diamantina.

Foi do governo de Minas Gerais que JK lançou sua proposta vitoriosa para a eleição presidencial em 1955. Também foi o governo de Minas que, segundo Skidmore (1976, p. 204), lhe preparou para a tarefa maior de governar o Brasil, pois como o mais importante estado interiorano, Minas apresentava em miniatura os mesmos problemas do Brasil, como, por exemplo, a falta de infra-estrutura, especialmente nas áreas de energia e transportes.

Em 1954 já se tornara público que JK pretendia concorrer no ano seguinte ao pleito presidencial. No início de novembro, o PSD decidiu indicar um candidato próprio. O nome de JK impunha-se, quase sem divergências, à consideração da liderança do partido. Teve sua candidatura homologada pela convenção nacional do PSD que se reuniu em 10 de fevereiro de 1955. Após o lançamento oficial de sua candidatura, a movimentação contra as eleições e a favor da intervenção dos militares tornou-se mais evidente. JK era tido como comprometido com as forças getulistas destituídas em agosto de 1954.

Sem dúvida, tanto para os amigos como para os inimigos políticos, JK desde a sua candidatura à presidente foi identificado como um dos “herdeiros” de Vargas. Porém,

¹⁷ Em 1933, Vargas nomeou Valadares interventor federal. Este, ao tomar posse, convidou JK para exercer a chefia de seu Gabinete Civil. Foi nesse momento que teve início a sua carreira política, pois em abril de 1934, por influência de Valadares, filiou-se ao Partido Progressista de Minas Gerais com o objetivo de concorrer ao cargo de deputado federal nas eleições de outubro. Foi eleito, iniciando em maio de 1935 o seu primeiro mandato. Afastou-se da Medicina definitivamente no início de 1945, quando passou a dedicar-se exclusivamente à vida política. Em março de 1945, com o fim do Estado Novo, quando os agrupamentos que dariam origem aos novos partidos políticos já se organizavam, participou ativamente dos trabalhos de criação do PSD, que seria formado principalmente em torno dos interventores, com o apoio de Vargas.

segundo o próprio relato de JK, ele se aproximava de Vargas por reconhecer e respeitar o seu talento e grandeza política, mas se distanciava dele, em busca de um compromisso diferente e mais forte com a democracia.

Alguns autores analisam, cada um a seu modo, a questão da herança getulista. Para D'Araújo (s/d), a herança consiste em JK dar continuidade a um intenso processo de modernização política e econômica, em utilizar o trabalho de planejamento, elaborado pela Assessoria Econômica da Presidência da República criada por Vargas, em 1951, e comandada por técnicos nacionalistas. Segundo a autora, a ideologia desenvolvimentista já ocupava a mente de toda a sociedade, o que JK fez foi adicionar a ótica do otimismo e da tolerância política. A par disso tudo, soube dar legitimidade política às suas ações, prestigiando as instituições representativas e domesticando os descontentamentos militares. Maximizou os recursos que o país possuía e criou fatos novos (como a construção de Brasília), sempre orientado pela visão estadocêntrica de desenvolvimento, tão predominante na época.

Benevides (2002, p. 24) considera que estava claro para JK que *apenas uma sólida bandeira trabalhista-getulista consagraria o apoio popular após o trauma do suicídio*. Foi por saber que uma aliança com o PTB era imprescindível que ele insistiu no nome de João Goulart para vice, apesar de estar ciente que enfrentaria a imediata oposição udenista e militar. Ele tinha consciência que só uma aliança muito forte poderia enfrentar a oposição e sair vitoriosa. Assim, JK e Jango, personificando a herança getulista, consagraram o “ponto ótimo” da aliança PSD/PTB, solidamente reinstalada no poder.

Já para Bojunga (2001, p. 218-221), JK e Vargas eram muito diferentes. Enquanto Vargas possuía um nacionalismo populista que criava dificuldades para uma abertura ao exterior; JK classificava o capital em produtivo e especulativo, não em nacional e estrangeiro. Portanto, não era um nacionalista, não assumia posições contrárias aos recursos internacionais e exibia tendências cosmopolitas, ou seja, tanto Vargas como JK tinham compromisso com a industrialização, mas suas visões de mundo diferiam.

O ponto de vista de cada autor possui importância para a compreensão do momento histórico em que JK assumiu o poder e a forma como ele governou. Mas, cremos que o mais relevante de se compreender é que se antes de JK falava-se em promover o desenvolvimento, com JK a proposta desenvolvimentista ganhou fôlego e até os dias de hoje qualquer sinal de modernidade ou de espírito realizador remete a JK.

Antes mesmo de assumir a presidência, JK enfrentou uma série de dificuldades. As adversidades políticas que marcaram sua indicação como candidato e sua

posse como presidente não deixavam dúvidas quanto à dura oposição que teria pela frente. O novo governo, fruto da aliança PSD/PTB, certamente seria hostilizado por adversários ligados a UDN, para quem JK e Goulart representavam a continuação da política de Vargas. Parecendo não existir possibilidade de meio termo, JK tratou de conseguir o apoio da opinião pública para garantir sua manutenção no cargo. Porém, era preciso ousar, e JK ousou ao anunciar sua proposta desenvolvimentista – “50 anos de progresso em 5 anos de realização”, com pleno respeito às instituições democráticas.

Assim, seu discurso, desde a campanha até a metade do seu governo (1958), revela uma discursividade fortemente matizada pela democracia, na qual a liberdade de expressar opinião não era considerada um delito, mas um direito. Ao mesmo tempo essa discursividade era atravessada por uma outra, que inseria promessas de um futuro melhor através de um plano nacional de desenvolvimento. Esse plano daria continuidade ao plano colocado em prática durante o governo mineiro, só que nesse momento em nível nacional. Seria elaborado com base em estudos e diagnósticos realizados desde o início da década de 1940 por diversas comissões e missões econômicas que tinham como objetivo diagnosticar os entraves do crescimento econômico brasileiro.

Os estudos da Comissão Mista Brasil/EUA¹⁸, assim como os do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) e os da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal)¹⁹, indicavam a necessidade de eliminar os “pontos de estrangulamento” (LAFER, 2002, p. 56) da economia brasileira. Na concepção dos analistas, eram cinco os

¹⁸ A Comissão Mista foi criada a pedido do Brasil em dezembro de 1950, durante a guerra da Coreia, portanto, num momento em que os EUA necessitavam do apoio diplomático de seus aliados. A Comissão era formada por técnicos brasileiros e norte-americanos, e em seus trabalhos estabeleceu um diagnóstico da economia brasileira, detectando os pontos de estrangulamento desta. O desenvolvimento e a industrialização foram aceitos como os objetivos principais, bem como a priorização dos investimentos em infra-estrutura, sobretudo transportes e energia, dois dos mais graves problemas. A Comissão fazia parte do conjunto da política externa e articulava-se intimamente às demandas do desenvolvimento, porém, o Governo Eisenhower, a partir de 1952, tratou logo de extingui-la (VIZENTINI, 2004, p. 48-50).

¹⁹ A Cepal, órgão das Nações Unidas criado em 1948 com sede em Santiago do Chile, reunindo um quadro de ilustres economistas, como, por exemplo, Celso Furtado, desenvolveu a primeira explicação precisa e articulada sobre o desenvolvimento capitalista da América Latina. Esboçando um modelo baseado na industrialização pela substituição de importações; na deterioração dos termos de troca; na necessidade de proteção do mercado interno; no papel fundamental do Estado no processo de desenvolvimento, lançaram as bases do nacional-desenvolvimentismo. Mas essa nova matriz, elaborada a partir da análise econômica, iria transbordar para outros campos do conhecimento. O grande tema passou a ser a Mudança Social. A sociologia voltou-se para a pesquisa sobre os condicionantes sociais do desenvolvimento; as resistências à mudança; a dicotomia arcaico *versus* moderno. "Como a sociedade se desenvolve" passou a ser questão central das ciências sociais da época – como definir claramente a oposição entre tradição e modernidade; como encontrar os substitutos funcionais da ética protestante para localizar as modernizações que teriam condições de dar certo; como entender as diferentes etapas desse processo. As mazelas sociais – personalismo, familismo, patrimonialismo – explicariam por sua pré-modernidade as dificuldades e diferenças nas etapas do desenvolvimento. Tudo isso valeu para a América Latina e para o Brasil e conformou o pensamento e as propostas dos intelectuais e cientistas sociais (OLIVEIRA, s/d, p. 01).

setores críticos: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. Assim, a premissa do plano, esboçado pouco antes da posse de JK por uma equipe do BNDE, era a superação desses obstáculos estruturais. As metas deveriam ser definidas e implementadas em perfeita harmonia entre si, para que os investimentos em determinados setores pudessem refletir positivamente na dinâmica de outros. O crescimento ocorreria em cadeia. A meta de mecanização da agricultura, por exemplo, indicava a necessidade da fabricação de tratores, prevista na meta da indústria automobilística.

Desse modo, o projeto desenvolvimentista, denominado de Plano ou Programa de Metas, foi consolidado num conjunto de 30 metas a serem alcançadas nos setores acima citados. Na última hora, cumprindo uma promessa de campanha, JK incluiu no Plano mais uma meta, a meta-síntese, que seria a construção de Brasília e a transferência da capital federal, o grande desafio para JK. Os recursos para a implementação do Programa viriam, internamente, da cafeicultura, o único setor capaz de obter divisas para a expansão industrial e, externamente, viriam em forma de financiamentos em bancos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Eximbank e bancos privados.

As metas eram audaciosas e, em sua maioria, alcançaram resultados positivos. Para Lafer (2002, p. 119), o Programa de Metas foi, de modo geral, um exemplo bem sucedido de implementação de um plano de desenvolvimento. Entretanto, se o crescimento da indústria de base foi de praticamente 100%, se as metas dos setores de energia e transportes foram, em alguns casos (ferrovias e rodovias), até superadas, o mesmo não ocorreu nos setores de educação e alimentação, estando incluído neste último setor metas que visavam ao fortalecimento da infra-estrutura agrícola.

Porém, se o plano em si pode ser considerado, de acordo com Lafer (2002, p. 25), como o enquadramento concreto da decisão e pode ser examinado à luz de critérios econômicos, ou seja, do enfoque técnico, entrando no jogo o quanto de recursos precisou ser alocado²⁰, a decisão de planejar e a implementação do Plano são fenômenos essencialmente políticos; pois a decisão de planejar consiste na tentativa de alocar explicitamente recursos e implicitamente valores e a implementação do plano significa conseguir avaliar a efetividade da alocação de recursos e a alocação de valores, isto é, nesta fase revelam-se as interações entre política e administração no sistema. Portanto, a compreensão da natureza dessas interações é importante, pois nenhum tipo de burocracia pública pode ser estudado independentemente do sistema político do qual faz parte.

²⁰ Os recursos financeiros para a implementação do Plano de Metas foram algo em torno de, em valores da época, R\$ 237 bilhões e de US\$ 2,3 milhões (JAGUARIBE, apud LAFER, 2002).

Nos dois primeiros anos de seu mandato, JK conseguiu alocar recursos e valores em nome do desenvolvimentismo. O período representaria, segundo Benevides (2002, p. 25), um equilíbrio instável, graças aos ‘mecanismos de compensações’ entre variáveis como: a cooptação dos militares²¹; a forte aliança PSD/PTB, indispensável no Congresso em virtude das disputas orçamentárias; o desenvolvimento do Programa de Metas; e a ‘administração paralela’, formada por Grupos Executivos²² e Grupos de Trabalho²³, com membros espalhados pelos órgãos criados ou selecionados especialmente para a implementação do Plano, ou seja, um módulo de eficiência que reduzia o poder do Parlamento mas que mantinha a administração formal.

Nesse sentido, e sob o amparo dos poderes concentrados nas mãos do presidente da República, o Executivo conseguiu implementar uma política inovadora sem romper com o clientelismo já tradicional na administração brasileira. Procurando a conciliação entre o velho e o novo, entre as elites e as massas, a política de JK evitava o imobilismo do sistema sem contestá-lo, pois os novos órgãos funcionavam como centros de assessoria e execução, enquanto os antigos continuavam a corresponder aos interesses das clientelas políticas, sobretudo regionais.

Assim, a política do Governo JK representava – ao lado de uma posição renovadora quanto à industrialização e ao crescimento econômico – uma aliança política conservadora, que reunia os interesses da burguesia comercial, da oligarquia rural e da classe

²¹ Não podemos deixar de apontar que a participação dos militares na política estava no período vinculada à conjuntura política. Desde os anos 1930, tendências estruturais, como o lento crescimento da participação substantiva – e não apenas arbitral – dos militares na política eram apontadas por cientistas políticos e historiadores. O que fez a diferença, segundo Benevides (2002, p. 26), foi o contexto. Ocorreram acontecimentos tão imprevisíveis quanto a personalidade de JK, ora na tentativa de demonstrar o valor que dava ao regime democrático, anistiando revoltosos (como fez com os militares envolvidos no golpe de 11 de novembro de 1955 que tentaram impedir a sua posse), ora reprimindo manifestações sociais reivindicatórias (como fez com a “Marcha da Produção”, mobilização de cafeicultores contra o “confisco cambial” em maio de 1957 e outubro de 1958).

²² De acordo com Lafer (2002, p. 101-103), os Grupos Executivos eram unidades de planejamento setorial incumbidas de determinadas metas. Esses grupos eram subordinados ao Conselho de Desenvolvimento e formados por representantes de todas as agências responsáveis pela oferta e utilização dos incentivos para o desenvolvimento econômico durante o Governo JK. O objetivo dos Grupos era tornar possível a tomada de decisões centralizada, que coordenasse em um órgão todas as agências empenhadas (Cacex, Carteira de Exportação do Banco do Brasil, BNDE, Sumoc) na concessão dos incentivos a um determinado setor. O primeiro Grupo Executivo foi o Geia (encarregado da implementação da indústria automobilística – meta 27), o segundo foi o Geicon (responsável pela implementação da indústria de construção naval – meta 28) e o terceiro foi o Geimape (encarregado da indústria mecânica e de material elétrico pesado – meta 29).

²³ Os Grupos de Trabalho ficavam encarregados de padronizar os incentivos especiais para as demais metas. Eles eram formados dentro do Conselho de Desenvolvimento para estudar metas específicas e tinham sempre um representante da Sumoc, da Cacex, do BNDE e de outros órgãos encarregados da captação e alocação dos recursos externos. Os Grupos de Trabalho funcionavam mais como órgãos de consulta e assessoria ao Governo para a implementação das metas em estudo. Segundo Lafer (2002, p. 104), esses Grupos reconheciam a interdependência da economia como um todo, tornando-se bolsões de eficiência e racionalidade no contexto da burocracia federal.

média tradicional aos do operariado, representadas no PSD e no PTB. Tal composição de forças significava o apoio da industrialização modernizadora, aliada à manutenção da paz no campo; a criação de empregos e a mobilização do voto urbano; e o controle sobre as reivindicações sindicais, principalmente através do vice-presidente, João Goulart, que dominava o Ministério do Trabalho.

A política de JK ainda se identificava com um novo tipo de nacionalismo, que, por contar com o capital estrangeiro, diferenciava-se do nacionalismo getulista. O ingresso desse capital constituía o principal motivo da crítica das esquerdas ao governo. Tal nacionalismo chegava a se confundir com desenvolvimentismo em termos de mobilização de recursos e de apoio, como também no nível ideológico, graças ao grupo dos intelectuais articulados em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)²⁴.

Segundo Skidmore (1976, p. 207), *a estratégia de JK merece o rótulo de 'nacionalismo desenvolvimentista', e não apenas 'desenvolvimentismo'*, como na fórmula apresentada ao povo brasileiro, pois havia, nos seus discursos, um forte apelo ao senso de nacionalismo que reforçava os propósitos e as ações do governo, isto é, a solução para o subdesenvolvimento nacional, com todas as suas injustiças sociais e tensões políticas, deveria ser a industrialização urgente.

Portanto, uma das ambigüidades explícitas nos discursos de JK refere-se à conjugação entre o nacionalismo e um novo modelo de desenvolvimento atrelado ao capital estrangeiro. Essa contradição compõe o perfil do Governo JK, inserindo-se no projeto político que, no seu caso, era o projeto de desenvolvimento econômico, não como crescimento tradicional, mas crescimento com mudança estrutural, dependente de planos específicos de execução num prazo determinado.

A construção da ideologia desenvolvimentista recorre a estratégias diversas durante os cinco anos de mandato de JK, mas sempre deixando clara a proposta de futuro, de construção do novo país por meio da industrialização. Cardoso (1978, p. 98- 112) identifica os principais recursos utilizados por JK na construção da ideologia desenvolvimentista, enfatizando o crescimento econômico como um dos recursos principais de fomento dessa

²⁴ O Iseb, instituição cultural criada em 1955, destinava-se ao estudo e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. O Iseb, como um dos núcleos mais importantes de elaboração da ideologia nacional-desenvolvimentista, impregnou todo o sistema político brasileiro desde a morte de Vargas, em 1954, até a queda de Goulart, em 1964 (ABREU/FLAKSMAN, 1984, p. 1617, 1618). O nacional-desenvolvimentismo do Iseb objetivava levar o país – por meio da ação estatal (planejamento e investimento público) e de uma ampla frente classista – à superação do atraso econômico e da alienação cultural. Uma nação desenvolvida e soberana estava, assim, no horizonte ideológico da maioria dos seus integrantes (NAVARRO DE TOLEDO, 2005, p. 1).

ideologia, já que a resolução dos problemas econômicos significaria, para JK e para aqueles que auxiliavam na construção da ideologia desenvolvimentista, desenvolvimento social e político.

Realmente, vemos nos discursos de JK um otimismo exacerbado quanto ao modelo de desenvolvimento por ele proposto, já que não havia, na sua concepção, países condenados irremediavelmente à pobreza, nem territórios destinados ao desamparo, muito menos o Brasil, que *pela sua extensão, pelas suas riquezas, pelo valor de seus filhos* (JK - Mensagem ao Congresso Nacional, 1960, p. 28), poderia crer num futuro melhor, mesmo que fosse preciso suportar os sacrifícios e dificuldades do momento. Desse modo, JK criava o sentimento de que o subdesenvolvimento não era uma condição imutável. Além do mais, superando a condição de subdesenvolvimento pela industrialização, superaria-se, também, a miséria. Esta era entendida por JK como ameaça àquilo que ele mais prezava (por precisar manter para cumprir o seu mandato até o fim): a ordem democrática.

É nesse sentido que, dentre outros elementos presentes nos discursos de JK, encontramos de forma recorrente o apelo à ordem e à possibilidade do governo assegurar ao país condições de desenvolvimento.

Quando o assunto era soberania ele dizia que esta era a soma da prosperidade com a democracia. Os efeitos de sentidos provocados por essa discursividade indicavam que, apesar de o Brasil ser um país subdesenvolvido, éramos democráticos e que, para estarmos à altura das grandes nações, precisávamos manter a democracia, defendendo-a da ameaça sofrida pela existência da miséria. Daí que a luta contra a miséria deveria ser travada dentro dos moldes da democracia, garantindo, assim, a soberania.

Temos, desse modo, uma ideologia baseada na proposta de possibilidade de desenvolvimento dentro da ordem, dos princípios democráticos em que as oportunidades são iguais para todos. Ideologia que molda a mente da população do país, uma vez que o desenvolvimento pode eliminar a miséria e ainda afirmar a Nação soberanamente perante o mundo em decorrência do sucesso econômico.

Para JK, a riqueza era condição da soberania. Portanto, não se tratava de resguardar a soberania, mas de construí-la. Na mensagem de 1957 ao Congresso Nacional ele produz efeitos de sentidos que explicitam a sua forma de pensar ao dizer que estancar o processo inflacionário, reduzir o *déficit* financeiro e melhorar a balança de pagamentos seria dar começo a realizações que considerava essenciais, não apenas *para mitigar transitórias tribulações de um país em crescimento, mas sobretudo para assegurar-lhe prosperidade duradoura, e conferir-lhe a pujança e prestígio a que pode (o Brasil) aspirar, pela vastidão e*

riqueza de seu território e pela capacidade de seu povo (JK - Mensagem, 1957, p. 12). Portanto, é importante notar que JK compreendia questões referentes ao social e ao político, à manutenção do regime democrático e à afirmação da soberania como sendo todas da esfera do econômico. E era pensando somente no crescimento econômico que ele enunciava freqüentemente que todos deviam estar integrados no esforço pelo desenvolvimento.

As questões discutidas acima fizeram parte da discursividade de JK até a primeira metade de seu governo. A alocação de recursos e valores funcionou otimamente, possibilitando à execução da primeira parte do Programa de Metas uma aparente estabilidade política e a cooperação social quanto ao desenvolvimentismo. Porém, em 1958, as crises, que já vinham ocorrendo²⁵, mas sem comprometer o projeto de desenvolvimento de JK, acirraram-se e novos elementos foram incluídos no processo discursivo da ideologia desenvolvimentista.

Em 1958 a inflação chegou a ser considerada como “galopante” (12,2%) para os padrões da época. A forte e persistente queda da receita das importações de café, o aumento de pagamentos de amortização e serviço da dívida externa, bem como o declínio do ingresso dos capitais estrangeiros, a construção de Brasília, foram fatores que tornaram impossível cobrir o *déficit* com a utilização das reservas como havia sido feito em 1957. Além do mais, o FMI solicitou ao governo brasileiro uma política de austeridade fiscal, que foi apresentada por Lucas Lopes, Ministro da Fazenda, em 15 de outubro de 1958, na forma do Programa de Estabilização Monetária (PEM).

As medidas adotadas²⁶ pelo PEM representavam efetivamente um freio ao desenvolvimento econômico. O PEM contrariaria fatalmente o ritmo das obras e impediria a construção de Brasília. JK desmentiria a razão mesma de seu governo se aceitasse o PEM, o que significaria abandonar as metas e renunciar, concretamente, às proposições desenvolvimentistas dos “50 anos em cinco”. Como industriais, parlamentares nacionalistas,

²⁵ Até 1958, apesar de não comprometerem o Programa de Metas, várias manifestações sociais e militares ocorreram. Em 1956 houve a rebelião de Jacareacanga liderada por oficiais da FAB (momento em que JK declara anistia a todos os oficiais acusados de “atos revolucionários” desde o 11 de novembro), a greve dos transportes coletivos em São Paulo, a manifestação estudantil-popular no Rio de Janeiro contra aumento das tarifas de bondes e outras. Em 1957 houve a primeira tentativa de protesto dos cafeicultores (“A Marcha da Produção”) contra o “confisco cambial”, a greve dos metalúrgicos no Rio de Janeiro e a grande greve de São Paulo com participação de seis categorias de empresas privadas, cujo resultado foi um aumento salarial de 25%.

²⁶ O PEM envolvia providências em quatro setores: moeda e crédito, com limitação de crédito e controle operacional sobre bancos particulares; finanças públicas, com equilíbrio orçamentário acarretando aumento nos impostos de renda e de consumo; salários, com revisão do salário mínimo e restrição aos aumentos; balanço de pagamentos, com controle cambial e monetário para impedir grande ampliação da importação de bens e serviços estrangeiros, desburocratização do setor exportador, eliminação gradual de subsídios cambiais para evitar estímulo ao consumo de bens importados e investimento em equipamentos importados (BENEVIDES, 1979, P. 221).

cafeicultores²⁷ também se posicionaram contra o PEM, JK rompeu em 1959 com o Programa e também com o FMI e decidiu prosseguir com a execução do Plano de Metas (ALMEIDA, 2004, p. 82-92).

Mas, antes mesmo do PEM, a inflação, o aumento do custo vida, as mobilizações sociais²⁸, as pressões e críticas dos grupos nacionalistas, dos sindicatos trabalhistas, os redobrados ataques da UDN e dos grupos exportadores (cafeicultores), o acentuado endividamento externo demonstraram que o “milagre²⁹” desenvolvimentista havia chegado ao fim. JK, preocupado, externamente, com a possível escassez do investimento estrangeiro e, internamente, com a ordem social e política – fatores fundamentais para a concretização do Programa de Metas –, percebeu a necessidade de alocar mais recursos e mais valores para a concretização do seu Programa.

Aproveitando o contexto de Guerra Fria e as manifestações contra o vice-presidente dos EUA, Richard Nixon³⁰, na Venezuela e no Peru, lançou a Operação Pan-Americana (OPA) – idéia que saiu do Palácio do Catete em 1958 diretamente para as mãos do presidente americano, Dwight Eisenhower, pedindo uma revisão do pan-americanismo – que, apesar de ser fundada no econômico possuía uma finalidade política: a segurança ocidental. A OPA, na concepção de Vizentini (2004, p. 94), representou um ponto de inflexão diplomático e o fato mais importante da conjuntura que se abria, isto é, a política exterior como instrumento fundamental das necessidades do desenvolvimento brasileiro.

Matizando mais os discursos marcados pelos pares *desenvolvimento e segurança*, mudança e ordem, JK deu ao conceito de segurança um sentido ideológico. Ampliou-o para além de a defesa militar da Nação, das questões de fronteira e ameaças de

²⁷ Em 11 de novembro de 1958 foi publicado pelo jornal Folha de Londrina um telegrama que a Associação de Lavradores do Norte do Paraná (ALNP) e a Associação Rural de Londrina enviaram ao presidente da República, ao Ministro da Fazenda e ao Congresso Nacional protestando contra o PEM. O telegrama continha o seguinte enunciado: “A Associação de Lavradores do Norte do Paraná vem manifestar formal repulsa ao Plano de Estabilização Monetária, principalmente ao capítulo da Tributação Agrícola, que é contrário aos interesses da lavoura: a classe agrícola não poderá mais suportar esse ônus”.

²⁸ Só no ano de 1958, segundo Benevides (1979, p. 279-282), ocorreram as seguintes manifestações: greve nacional dos marítimos (janeiro); greve dos têxteis em Jundiá (janeiro); greve nacional dos telegrafistas (maio); manifestação hostil da UNE: “Go Home Dulles” (agosto); a “Marcha da Produção”, mobilização de cafeicultores norte-paranaenses e paulistas contra a política cambial do Governo (outubro); greve dos empregados da construção civil em São Paulo (dezembro).

²⁹ Vizentini (2004, p. 98) usa a expressão ‘*milagre*’ desenvolvimentista para designar o biênio 1956-57. Também define os últimos anos do Governo JK como o fim do ‘boom’ econômico, período que exigiu a retomada de uma ativa política externa face aos EUA, bem como um discurso de tom nacionalista na política interna.

³⁰ No início de 1958, uma visita do vice-presidente americano aos países da América Latina para expor aos vizinhos do Sul as boas razões da política de Washington para o continente, quase acabou em desastre. Ocorreram manifestações populares na Venezuela e no Peru que expressavam o descontentamento com a falta de recursos para amenizar o subdesenvolvimento latino-americano. Para proteger o seu vice, Eisenhower enviou tropas para um eventual desembarque e resgate de Nixon em Caracas, gerando uma onda de protestos políticos em todo o continente (MOURA, 2002, p. 52).

guerra, transcendendo a órbita nacional, usando-o no sentido de assegurar o sistema democrático à civilização ocidental.

Internamente, o desenvolvimento seria apresentado pelo presidente como a base de sustentação para a segurança, uma vez que por meio dele a pobreza, causadora de idéias subversivas, seria eliminada. Externamente, o desenvolvimento significaria integrar definitivamente o país no sistema capitalista, já que na ideologia desenvolvimentista, o Brasil era parte do sistema global, devendo pleitear uma maior parte do “bolo”, importando tecnologia, acima das barreiras nacionais. Nesse sentido, para JK, a entrada de capitais estrangeiros – causadora do debate interno sobre as relações exteriores –, não iria interferir na soberania do país, ao contrário, contribuiria para que ele a alcançasse.

Assim, em todos os discursos sobre a OPA³¹ vemos JK produzir efeitos de sentidos anticomunistas disseminando a idéia de que pobreza gera subversão. No plano externo, os efeitos de sentidos produzidos nos discursos da OPA possuíam objetivos implícitos como: assegurar as boas relações com os EUA; colocar o Brasil numa boa posição de liderança entre os países latino-americanos; e captar recursos em vasta escala para projetos de desenvolvimento – já que o comunismo poderia se instalar em países onde imperassem a fome e a miséria.

Já no plano interno, o objetivo era controlar as tensões políticas e sociais, ou seja, manter a ordem, em qualquer um dos seus sentidos (como lei, como ordem pública, como ordem do regime democrático). O momento comprometia a concretização do Programa e JK anunciava que não seria possível desenvolvimento na desordem, pois ameaças de greve (dos comerciários, metalúrgicos, ferroviários, etc.), de mobilizações sociais (como a dos cafeicultores norte-paranaenses que desde o início de 1958 falavam em greve de produção e em marchar em caravana até o Palácio do Catete para entregar ao presidente um conjunto de reivindicações) eram noticiadas.

Foi nessa conjuntura que JK, ao lançar a idéia da OPA, teve de alocar valores dentro das Forças Armadas. O que ficava explícito nessa tentativa de alocação de valores era a sua intenção de levar os militares a entenderem que a luta contra o subdesenvolvimento não se limitava mais só ao Brasil, mas implicava na segurança do Ocidente e que esse contexto exigiria um programa de defesa do hemisfério e também

³¹ Os documentos sobre a OPA utilizados neste trabalho são: “Saudação de Juscelino Kubitschek ao Presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower” (28 maio 1958); “Exposição do Presidente da República às Forças Armadas” (17 junho 1958); “Discurso de Juscelino Kubitschek à Nação e aos Representantes dos Estados Americanos” (20 junho 1958); “Entrevista do Presidente ao New York Times” (06 julho 1958).

cooperação econômica, portanto, resultaria em ligação política com os EUA. O que ficava implícito era o fato de JK estar buscando apoio no Aparelho Repressivo de Estado em relação à OPA e também tentando manter os militares comprometidos com o desenvolvimento econômico³².

Ao se dirigir às Forças Armadas, JK enfatizava a questão da soberania, produzindo efeitos ideológicos que davam a entender que a relação Brasil/EUA seria de igual para igual, ou seja, uma relação de interdependência e não de subserviência. E o mais importante: sabendo que o legalismo militar era defendido veementemente pelo Marechal Lott, JK produzia em seu discurso sentidos que indicavam que a lei e a manutenção do Estado de Direito garantiriam ao Brasil a transição para o desenvolvimento, porém, adicionava, ao que antes significava um legalismo constitucional militar, de respeito à Constituição e subordinação à lei, uma postura basicamente anticomunista que consideraria como “subversiva” toda e qualquer manifestação social contrária ao Programa de Governo.

Enfim, JK transmitia às Forças Armadas que o desenvolvimento tudo explicava e resolvia e que qualquer ação que viesse a ameaçar o programa de desenvolvimento teria de ser reprimida, pois a desordem era contrária ao governo e também à Nação.

Assim, compreendendo que a ideologia não é apenas um elemento que garante a dominação, mas que também dá a aparência de evidência ao discurso, permitindo que o sentido tome certa direção, o objetivo é apreendermos como se deu o processo de construção da ideologia desenvolvimentista após 1958, isto é, após a segunda metade do Governo JK, momento em que ele percebeu a necessidade de alocar mais valores e recursos para complementar a implementação de seu Programa de Governo, precisando encontrar meios para controlar as tensões sociais e políticas que se opunham ao mesmo.

³² De acordo com Benevides (1979, p. 239-241), o desenvolvimento era indispensável para as Forças Armadas, pois transportes, comunicações, energia, material bélico em geral eram essenciais em termos de defesa nacional. Além disso, os militares haviam sido cooptados pelo Governo JK desde o Movimento 11 de novembro e muitos ocupavam cargos nos órgãos administrativos, opinando, sob a chefia do Marechal Lott, Ministro de Guerra de JK, sobre todos os problemas atinentes ao desenvolvimento econômico do país.

CAPÍTULO II

3 O DISPOSITIVO ANALÍTICO E AS QUESTÕES ORTEADORAS DA INVESTIGAÇÃO

Embora existam inúmeros trabalhos de reconhecido valor acadêmico sobre o Governo JK, a nossa intenção é expandir o campo de compreensão através do próprio discurso do presidente, uma vez que ele consagrou, definitivamente, o vocábulo desenvolvimentismo, um vocábulo carregado de ideologia, que alocou recursos e valores, moldando a mente da população do país.

Portanto, o desenvolvimentismo possui sentidos contraditórios que evocam interpretação, pois o Governo JK encampou o nacionalismo como desdobramento ideológico do desenvolvimentismo, sendo, na realidade, uma forma de consagração do Estado, uma transfiguração teórica do populismo. Um nacionalismo que se confundia com desenvolvimentismo em termos de mobilização de recursos e de apoio, dando ênfase ao capital estrangeiro.

Um nacionalismo que, no nível ideológico, orientava-se pelas idéias produzidas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), órgão criado em 1955, formado por um grupo de intelectuais desejoso em participar da vida pública, convicto de que, por meio do debate e confronto de idéias, seria possível formular um projeto ideológico comum para o Brasil. Com a eleição de JK e já situado no aparelho do Estado desde o Governo Café Filho, esse grupo transformou-se em um centro de pensamento nacionalista e desenvolvimentista, devendo ser lembrado, segundo Navarro de Toledo (2005, p. 1), como uma instituição cujos intelectuais comprometeram-se com a defesa de causas reformistas e de caráter democrático e com a defesa do desenvolvimento capitalista, única alternativa viável à superação do subdesenvolvimento brasileiro (WEFFORT, apud. BENEVIDES, 1979, p. 241).

Assim, o desenvolvimento, para o Iseb, significava industrialização, mas, mais do que isso, era o processo através do qual o país realizaria sua revolução capitalista, ou seja, era o processo de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico e elevação dos padrões de vida da população, que se iniciava com uma revolução capitalista e nacional; era o processo de crescimento sustentado na renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica do Estado nacional e tendo como principais atores os empresários nacionais. O desenvolvimento era nacional porque se realizaria nos quadros de cada estado nacional, sob a égide de instituições definidas e garantidas pelo Estado (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 2).

A concepção de desenvolvimento do Iseb era coerente com a ideologia nacional-desenvolvimentista do Governo JK. Tanto JK como grande parte dos militares, dos tecnocratas, dos industriais e mesmo da sociedade civil, compartilhavam da idéia de não desnacionalizar o Brasil. A questão da soberania aparecia como primordial. JK falava sobre interdependência, em vínculo sem subordinação. A Operação Pan-Americana expressava a tentativa de colocar o Brasil em condições de falar de igual para igual com os Estados Unidos. O termo soberania ganhava sempre mais ênfase ao ser tratado internamente e significava para JK a soma da democracia com a prosperidade.

A diferença entre a orientação do governo e as diretrizes formuladas pelo Iseb é que para o primeiro a vinda do capital estrangeiro não era vista com maus olhos. Tanto é verdade que, quando JK percebeu que o Plano de Metas estava ameaçado, depois de ter rompido em junho de 1959 com o FMI e sem recursos internos para dar continuidade ao Plano, recebeu Eisenhower no Brasil em 1960 e também um empréstimo de 48 milhões de dólares do FMI, dando sinal verde para a “comunidade financeira internacional”.

Desse modo, apesar de o Governo JK compartilhar com o nacional-desenvolvimentismo do Iseb, na prática, a direção que o presidente dava ao país rumo à dependência expressava o jogo de interesses dos grupos sociais envolvidos, indicando que o desenvolvimento, a política e a dependência externa não se circunscreviam apenas no âmbito do processo econômico. Enfim, JK, no terreno dos interesses econômicos e das disputas políticas, redefinía as idéias do Iseb, imprimindo-lhes um caráter pragmático.

Em 1958, Hélio Jaguaribe publicou a obra “O Nacionalismo na Atualidade Brasileira”, que acabou resultando em sua saída do Iseb. Nesse livro Jaguaribe reconheceu que os investimentos estrangeiros estavam se dirigindo para a indústria. Ao fazer essa afirmação ele contrariava uma tese comum à esquerda e aos nacionalistas brasileiros, representados pelo próprio Iseb, pela Cepal e pelo Partido Comunista (então na ilegalidade no Brasil). A tese dos nacionalistas e dos grupos de esquerda sustentava que o capital estrangeiro associado ao setor primário-exportador seria o principal obstáculo à industrialização brasileira.

Segundo Bresser-Pereira (2004, p. 4), Jaguaribe, ao reconhecer um papel positivo para os investimentos estrangeiros diretos na indústria, estava antecipando uma tese da teoria da dependência, que seria formulada nos anos 1960³³ e que se tornaria dominante na América Latina nos anos subsequentes.

Esse processo explicita que a política nacional e a exterior eram contraditórias. Se havia elementos nacionalistas no discurso de JK, isso não significava oposição à colaboração do capital estrangeiro, este ajudaria, uma vez que o objetivo último era o desenvolvimento econômico; o desenvolvimento político e social seria apenas consequência deste (CARDOSO, 1978, p. 194, 195).

A partir de 1958, com a intensificação das crises em decorrência da inflação e do endividamento externo, o que se tornou mais importante foi concretizar o Plano de Metas dentro da ordem. Aspirações nacionalistas, soberania, liberdades para todos passariam a fazer parte apenas da ideologia desenvolvimentista, pois, no real da história, apesar de ter promovido transformação capitalista, o desenvolvimentismo não trouxe transformação social e política, uma vez que, internamente, o modelo político tradicional foi preservado e a ordem democrática foi imposta por uma ideologia autoritária que teve suas repercussões na prática; e, externamente, o desenvolvimentismo aderiu de vez ao capital estrangeiro, contradizendo o discurso predominante no período sobre autonomia, insubordinação, interdependência.

Assim, neste capítulo, o objetivo é buscar, através de concepções e conceitos políticos, a compreensão de questões relevantes que nos norteie na investigação do desenvolvimentismo proposto por JK.

O estudo de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) nos ajuda a entender pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas de desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista e que aspiram a soberania, permitindo, portanto, que

³³ Os anos 1960 foram férteis para as Ciências Sociais. Vários autores, como Celso Furtado, Raymundo Faoro, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e outros se preocuparam em compreender o Brasil, a América Latina e sua posição frente às nações centrais e hegemônicas nas diferentes fases do desenvolvimento capitalista. Grande parte desses autores, embora tentasse sublinhar a dimensão política, acabava por dar ênfase ao econômico, o que convergia com o desenvolvimentismo. Uma das exceções foi Florestan Fernandes, que fez uma leitura do desenvolvimento capitalista no Brasil, considerando que o subdesenvolvimento e a dependência são intrínsecos ao modelo de transformação capitalista adotado. Tal modelo engendra uma forma típica de dominação burguesa, adaptada estrutural, funcional e historicamente, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno, quanto às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa. “Daí resulta um capitalismo típico, extremamente ‘moderno’ (uma vez que extrai sua modernidade do capitalismo industrial avançado) e por vezes extremamente dinâmico e flexível (já que reflete as estruturas e os dinamismos do capitalismo monopolista), mas que é um capitalismo difícil (escravo de uma acumulação espoliativa que constitui um processo sem fim e sem compensações) e, por isso mesmo, um capitalismo selvagem” (FERNANDES, 1995, p. 140).

questionemos como JK equacionava a questão da dependência com a questão da soberania nacional.

A análise de Samuel P. Huntington (1975) sobre a ordem nas sociedades em mudança, propicia que questionemos como JK movia-se entre a ordem e a mudança, tendo em vista que manutenção e transformação eram temas freqüentes em seu discurso; propicia a compreensão da intervenção dos militares na política; e contribui para a averiguação da estabilidade ou instabilidade política e social do período.

Os tipos de dominação (tradicional, carismática, legal/racional) elaborados por Max Weber (1964) possibilitam indicar os tipos de autoridade exercidos por um sujeito dotado de vocação política como JK. O carisma é uma qualidade sempre destacada quando se trata de JK, mas traços de legalidade e de tradição são perceptíveis no seu governo, portanto, merecedores de análise.

E, por fim, o conceito de autoritarismo elaborado por Mario Stoppino (In: *Dicionário de Política*, 1986, p. 94-104) nos norteia na busca de elementos de autoritarismo no processo discursivo de JK, uma vez que para o autor o conceito serve não apenas para denominar os regimes autoritários, mas também para apontar atitudes antidemocráticas.

3.1 DESENVOLVIMENTISMO OU DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE?

No estudo sobre a noção de desenvolvimento-dependente, Cardoso e Faletto desenvolveram uma análise integrada³⁴ no intuito de fornecer elementos que dessem respostas de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento, respondendo às perguntas decisivas sobre seu sentido e suas condições políticas e sociais.

As razões que encontraram para explicar o fato do processo histórico-social não ocorrer como o previsto foram localizadas na desvalorização dos elementos políticos em favor dos econômicos.

Desse modo, não desprezaram o econômico, mas procuraram dar mais ênfase à política, ressaltando que as possibilidades de desenvolvimento abertas historicamente para um país como o Brasil fundamentam-se em formas do jogo social, em configurações

³⁴ Análise integrada significa para os autores que não é suficiente substituir a interpretação econômica do desenvolvimento por uma análise sociológica, mas sim construir uma análise que integre a ambas.

políticas capazes de aproveitar ou não momentos especiais da vinculação brasileira com o exterior. Os autores estão mais preocupados com as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial, pois consideram que uma sociedade pode sofrer transformações profundas em seu sistema produtivo sem que se constituam, ao mesmo tempo, de forma plenamente autônoma os centros de decisão e os mecanismos que os condicionam.

Não terão sido os fatores inscritos na estrutura social brasileira, o jogo das forças políticas e sociais que atuaram na década ‘desenvolvimentista’, os responsáveis tanto do resultado favorável como da perda do impulso posterior do processo brasileiro de desenvolvimento? (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 14).

O resultado favorável da década desenvolvimentista provavelmente seja, para os autores, a tentativa que JK fez para transformar a sociedade no quadro das instituições existentes, por meio de reformas, sem mudanças bruscas ou métodos revolucionários. O desfavorável foi que o processo de crescimento econômico sofreu uma diminuição de velocidade nos fins dos anos de 1950, pois a taxa de aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) alcançou limites apenas suficiente para promover a reorganização do sistema econômico.

Entretanto, nem o sistema social nem o sistema político reorganizaram-se na direção esperada. Muitos grupos tradicionais, apesar de terem sido obrigados a estabelecer um sistema complexo de alianças com os novos grupos que surgiram, não perderam o controle do sistema de poder: *Assim, pois, com a diminuição do ritmo de crescimento, que se iniciou em fins dos anos 50, teriam reaparecido os antigos problemas do Continente com novos protagonistas ou com os mesmos de sempre, revestidos agora de aparência moderna* (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 15).

Para os autores tais condições envolvem tanto fatores externos (relacionados à cooperação econômica), como fatores internos, cuja compreensão deve ser buscada na estrutura social do país e nos “jogos das forças políticas e sociais” aí engendradas. Portanto, o processo econômico do desenvolvimento capitalista deve ser pensado e analisado como um processo igualmente político e social, ou seja, o fundamental é caracterizar o modo de relação entre os grupos sociais no plano nacional. Assim, mais importante que ressaltar o funcionamento do sistema econômico ou o comportamento dos grupos sociais como “fator de modernização”, importa realçar as características histórico-estruturais geradoras dos processos de semelhante natureza e reveladoras do sentido mesmo que pode ter tal modernização.

A discussão dos autores leva à definição do conceito de dependência. Na verdade, eles enfatizam muito mais o desenvolvimento do que a dependência, uma vez que a noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, demonstrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno do país quanto ao externo.

Precisamente o conceito de dependência, que mais adiante será examinado, pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em momento dado e busca-se estabelecer, por seu intermédio, as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relações entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, posto que o conceito de dependência utiliza-se como um tipo específico de conceito ‘causal-significante’ – implicações determinadas por um modo de relação historicamente dado – e não como conceito meramente ‘mecânico-causal’, que enfatiza a determinação externa, anterior, que posteriormente produziria ‘conseqüências’ internas (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 23).

O Governo JK ocorreu em um momento de ampliação da participação política. Foi necessário um sistema de aliança que incorporasse todas as classes, como forma de manutenção do populismo iniciado no período Vargas. Como a liderança populista pode ser uma liderança de tipo empresarial, o Estado era a “empresa” que conduzia o desenvolvimento. Assim, no nível econômico, as camadas populares reivindicavam empregos e, no nível político, pressionavam pelo fortalecimento do Estado, o que coincidia com os interesses dos grupos que chegavam ao poder sem uma sólida base econômica própria. Esse tipo de aliança, na concepção dos autores, favoreceu ao nacionalismo e ao estatismo, porém de forma alguma a participação do setor privado foi excluída e o Estado, através de sua atividade, consolidou o mercado nacional.

Segundo os autores, o fim do processo de substituição de importações e o início da produção de bens de capital, permitiram que o Brasil alcançasse determinado grau de maturidade econômica. Mas isso não ocorreu de forma autônoma, ou seja, mesmo sem superar o subdesenvolvimento e a condição de país periférico, o Brasil modificou seu sistema produtivo, logrando algum desenvolvimento sem que os laços de dominação externa fossem cortados. Para eles, a consolidação nacional não exige o questionamento da estruturação do sistema capitalista internacional, pois a Nação acomoda-se a esse sistema.

Portanto, a dependência não constitui empecilho algum, ou seja, a construção de uma sociedade nacional pode ser feita mesmo que os laços da dependência não possam ser desatados. Os autores citam a irrupção do capitalismo monopolista no Brasil como exemplo. Para eles, nesse momento teria se dado uma articulação entre interesses nacionais e internacionais, que desencadeou um processo no qual, de um lado, os setores burgueses industriais nacionais retiravam de cena os grandes latifundiários que até então possuíam hegemonia política, e do outro, os capitais internacionais encontravam novas áreas de exploração e valorização (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 52-108).

Assim, os autores sustentam a tese de que o sistema capitalista internacional foi se modificando ao deixar de lado a exportação de capitais do capitalismo concorrencial e adotar o fomento de mercados internos em países dependentes mediante a “internacionalização de mercados” e a penetração do capitalismo monopolista, demonstrando que podemos, desse modo, passar a ver que industrialização e desenvolvimento capitalista não conflitam com monopólios e com dependência.

Tal contexto expressa que a nova etapa do capitalismo internacional abriu “possibilidades estruturais” para o desenvolvimento capitalista dos países dependentes, constituindo o que eles denominam de “dependência de outra índole”, ou seja, os laços de dependência não foram eliminados, mas sim redefinidos na forma de “desenvolvimento associado”. Daí ser legítimo falar de países periféricos, industrializados e dependentes. Esse é o caso do Brasil, que manteve a dependência estrutural e externa apesar de considerável industrialização.

Enfim, a teoria da dependência enfatiza muito mais o desenvolvimento do que a dependência. Deixa transparecer que a dependência não impede a consolidação das sociedades nacionais; o processo de constituição da Nação não implica no questionamento do sistema capitalista internacional. A construção e o fortalecimento da sociedade nacional e seu lugar no sistema capitalista internacional não são relevantes no processo, mesmo porque se há limites para o desenvolvimento capitalista brasileiro, está nas mãos da vontade nacional superar esses limites, a depender apenas dos corretos arranjos políticos.

3.2 ORDEM NUMA SOCIEDADE EM MUDANÇA

A interpretação dos discursos de JK revela que o desenvolvimento pretendido por ele era o econômico. Tanto para ele como para os intelectuais do Iseb o desenvolvimento econômico levaria ao desenvolvimento político, econômico e social, portanto, à estabilidade. Mas, ao realizarmos estudos sobre o período reconhecemos que a estabilidade em seu governo foi aparente, uma vez que as crises intensificaram-se, especialmente nos últimos anos de seu governo. O tripé de segurança, formado pelas Forças Armadas, possuía a função de demonstrar que o lema da ideologia desenvolvimentista “mudar dentro da ordem” teria de ser cumprido.

Diante dessas constatações outras questões mostraram-se relevantes. Assim, procuramos compreender como JK se movia entre a ordem e a mudança, tendo em vista que manutenção e transformação eram temas freqüentes em seu discurso; quais foram as conseqüências da intervenção dos militares na política em um período considerado como dos mais democráticos; e como a estabilidade e a instabilidade política e social alternavam-se no período.

A análise de Huntington (1975) sobre as sociedades em mudança possibilita a compreensão dessas questões, pois, à luz da teoria e de casos concretos estudados, ele delinea os fundamentos nos quais julga repousar uma ordem política estável. Na realidade, o estudo de Huntington constitui-se em um subsídio para a compreensão do processo de mudança em geral.

Para Huntington (1975, p. 13), a estabilidade política de um país depende de instituições políticas fortes, adaptáveis e coesas, cujas características são: burocracias eficientes, partidos políticos bem organizados, um grau elevado de participação popular nos assuntos públicos, sistemas viáveis de controle civil sobre os militares, extensa atividade do governo na economia e procedimentos razoavelmente eficazes para regular a sucessão no processo eleitoral e controle do conflito político.

Quando uma sociedade chega a esse nível, é considerada como desenvolvida. O autor considera as sociedades que não atingiram tal nível como tradicionais (sem nenhum grau de complexidade) ou em mudança. Aqui, vamos nos dedicar às sociedades em mudança, uma vez que o Brasil durante o período passava por tal processo.

Para o autor, o que geralmente ocorre em sociedades em mudança é que as mudanças social e econômica – urbanização, aumento da alfabetização e da educação,

industrialização e expansão dos meios de massa – fortalecem a consciência, multiplicam as demandas e ampliam a participação política. Tais mudanças minam as fontes de autoridade e as instituições políticas tradicionais; complicam imensamente os problemas de se criar novas bases de associação e novas instituições políticas que combinem legitimidade e eficiência. Temos, assim, instabilidade política e desordem, pois essa situação causa um solapamento da autoridade, da eficácia e da legitimidade de qualquer governo.

Assim, segundo Huntington (1975, p. 99), a instabilidade política é, em parte, resultado de um processo muito rápido de mudança social e mobilização política, enquanto a institucionalização desenvolve-se lentamente.

As condições políticas no Governo JK foram estas: a legitimidade de seu governo foi questionada desde que ganhou as eleições; os partidos ainda correspondiam ao padrão do sistema coronelista e clientelista, possuindo um sistema de partidos de quadros e não de massas, propiciando o aparecimento de relações diretas massa/elites; as instituições não eram fortes o suficiente para se adaptarem às mudanças necessárias, nem autônomas o bastante para não cederem às pressões externas; os militares ainda eram presença atuante na vida política brasileira.

Nesse contexto, alcançar estabilidade política, governar com autoridade e eficiência não foi tarefa fácil. Mesmo porque a intenção de JK era modernizar o Brasil e modernização, segundo Huntington, possui dois aspectos relevantes no que diz respeito à política, que podem ser agrupados em duas categorias:

[...] Uma mudança nas atitudes, valores e expectativas do povo até então associados ao mundo tradicional e que passam a ser comuns ao mundo moderno. É uma consequência da alfabetização, educação, desenvolvimento das comunicações, exposição aos meios de massa e urbanização. A segunda é o desenvolvimento econômico e se expressa pela atividade econômica total e da produção de uma sociedade. Pode ser medido pelo produto nacional bruto *per capita*, nível de industrialização e nível de bem estar individual, disponibilidade de médicos e hospitais. A mobilização social envolve mudanças nas aspirações dos indivíduos, grupos e sociedades; o desenvolvimento econômico envolve mudanças em suas capacidades. A modernização exige as duas coisas (HUNTINGTON, 1975, p. 46).

JK pretendia o desenvolvimento econômico, pois considerava que este traria o desenvolvimento social, melhorando a vida da população em todos os sentidos. Tanto é que para alocar valores para colocar o Plano de Metas em prática, vinculou os aspectos sociais (eliminação da pobreza, melhora na qualidade de vida, etc.) e os políticos (manutenção da

ordem democrática, soberania, etc.) ao desenvolvimento. Para ele, prosperidade traria desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, político e social.

Huntington (1975, p. 43-48) demonstra em seu estudo, que para ocorrer modernização, além de desenvolver instituições sociais que canalizem, interpretem, definam e mobilizem a vontade pública, é preciso haver a racionalização da autoridade; a substituição de um grande número de autoridades políticas tradicionais, religiosas, familiares e étnicas por uma única autoridade política, secular e nacional; a afirmação da soberania externa da nação-estado contra as influências transnacionais e da soberania interna contra poderes locais e regionais.

Tudo isso, ao seu ver, gera instabilidade. No Brasil, as instituições no período de JK não eram fortalecidas o suficiente para se adaptarem às mudanças, ou seja, não eram autônomas o bastante para não cederem às pressões externas, não expressarem apenas o interesse de determinados grupos, evitarem a violência e a corrupção. A relação elite/massas significava apenas atender à demanda por empregos em troca de votos. Por isso várias crises foram geradas. É a partir desse contexto que a ordem passa a ocupar, depois do desenvolvimento, o lugar mais importante do período JK.

No plano interno, JK produziu, em seus discursos, um efeito ideológico que consistia em considerar que a causa da instabilidade se devia mais à pobreza do que às reivindicações dos estudantes, cafeicultores, udenistas e mesmo de uma facção dos militares, tendo em vista que a população pobre, por estar fragilizada com a miséria, poderia aderir ao comunismo. No plano externo, esse mesmo efeito ideológico tomou a forma de uma ameaça, ou seja, em um contexto de Guerra Fria, eliminar a pobreza significava assegurar a ordem ocidental, democrática.

Segundo Huntington (1975, p. 53-54), o que gera a instabilidade é a modernização. A pobreza não é a causa persistente da instabilidade. Países passando por esse processo devem esperar um alto nível de inquietação civil por algum tempo. O comunismo e outros movimentos radicais foram mais fortes nas regiões mais ricas do que nas mais pobres, nas áreas mais urbanizadas dos países menos urbanizados. A relação entre pobreza e extremismos políticos não se valida. O comunismo foi mais resistente em países ocidentais mais ricos, foi mais atraente para os alfabetizados do que para os analfabetos, portanto, a participação política da população pobre e analfabeta era menos perigosa para as instituições políticas democráticas do que a participação dos ricos e alfabetizados.

Na ideologia desenvolvimentista, o desenvolvimento associava-se à estabilidade do sistema político, à ordem social, à ordem Ocidental. O conceito de segurança

adquiriu uma nova definição e passou a ter como base de sustentação o desenvolvimento. O regime democrático foi defendido através da atuação repressiva e ideológica das Forças Armadas, que compartilhando com JK a idéia de que o desenvolvimento econômico levaria ao desenvolvimento político e social, reprimiam manifestações sociais, comunistas ou não, que viessem ameaçar a aparente estabilidade, ou seja, que não compactuassem com a ideologia desenvolvimentista.

Portando, o estudo de Huntington nos ajuda a compreender que a instabilidade no período não estava somente relacionada à pobreza associada à infiltração comunista como queria JK, mas era inerente ao processo de modernização pelo qual o país estava passando. No Brasil, a instabilidade acentuou-se durante o processo de modernização ocorrido no Governo JK por causa do modo como o sistema político funcionara. Tal sistema, nas palavras do autor, não dava nem para ser classificado pela sua forma de governo, uma vez que haviam sido realizadas aqui eleições, mas evidentemente não fora um país democrático no mesmo sentido que a Dinamarca e a Nova Zelândia, casos estudados pelo autor. Possuía governantes autoritários, mas não fora ditadura efetiva como os Estados comunistas. Fora dominado por governantes altamente personalistas e carismáticos ou por juntas militares,

Não pode (o Brasil), portanto, ser classificado em termos de nenhuma forma particular de governo porque sua principal característica é a fragilidade e a transitoriedade de todas as formas de autoridade. O líder carismático, a junta militar, o regime parlamentar e o ditador populista se sucedem um ao outro numa ordem imprevisível e desconcertante (HUNTINGTON, 1975, p. 95).

3.3 VOCAÇÃO POLÍTICA E TRAÇOS DE DOMINAÇÃO AUTORIDADE

Ao levarmos em consideração que Cardoso e Faletto analisam os resultados do desenvolvimento por meio dos arranjos políticos, surge a necessidade de verificar que tipo de autoridade um ator dotado de vocação política exercia para equacionar esses arranjos.

Por ter sido criativo e portador de inovações, JK aparentou ter qualidades extraordinárias e extracotidianas, sendo, portanto, considerado por alguns autores³⁵ como carismático. Não podemos negar que ele trouxe propostas inovadoras, foi criativo, singular, mas também não podemos negar que encontramos em seu discurso traços de legalidade e de

tradição merecedores de análises. Os tipos de dominação elaborados por Weber possibilitam apreender em que momentos as ações políticas de JK revelavam traços de dominação tradicional, carismática ou legal/racional. Mas, consideramos importante deixar claro que nossa intenção neste trabalho não é a de conceituar o Governo JK como um todo, mas sim procurar entender suas ações políticas referidas às tipologias weberianas.

Segundo Weber (1964, p. 170), deve-se entender por dominação a probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para delegações específicas. A dominação não é toda forma de exercer poder sobre outros homens. O poder está mais relacionado à coerção. A dominação significa autoridade. Para que se estabeleça um tipo de dominação é preciso que haja vontade de obediência, o interesse em obedecer é essencial em toda relação autêntica de autoridade. A ação política, portanto, tem sempre uma probabilidade de se efetivar, probabilidade porque a dominação é um caso especial de poder que requer obediência, aceitação ou consentimento.

Em “A política como vocação” (1963, p. 98), Weber afirma que *todo homem que se entrega à política aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas; seja porque deseje o poder ‘pelo poder’, para gozar do sentimento de prestígio que ele confere*. Desse modo, a política para Weber é resultante de ações individuais, ou seja, o indivíduo é sempre um agente, pois o sujeito da ação é a única entidade na qual os diversos sentidos nas diferentes esferas de ação encontram-se e relacionam-se, isto é, é o terreno no qual os atores individuais tentam participar dos núcleos do poder político, exercendo o mando ou simplesmente influenciando na divisão desse poder. As ações individuais estão, contudo, referidas a processos associativos de conteúdo político que ora se concentram numa entidade máxima – o Estado –, ora se manifestam por meio de mecanismos institucionais como os partidos e as eleições com vistas a influir também no poder do Estado (CESÁRIO, s/d, p. 5).

O Estado funda-se na força. A violência não é o único instrumento de que se vale o Estado, mas é seu instrumento específico. Assim, segundo Weber, o Estado, como todos os agrupamentos políticos que historicamente o precederam, consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima. Portanto, só pode existir sob a condição de que os homens dominados submetam-se à autoridade dos dominadores.

³⁵ Maria Victoria Benevides (1979), Ângela de Castro Gomes (2002), Sheldon Maran (2002), Cláudio Bojunga (2001) indicam em suas obras elementos que apontam para o perfil carismático de JK.

Weber ainda destaca que além da coerção e da obediência há a necessidade de um quadro administrativo no exercício da dominação. Esse quadro administrativo pode estar ligado à obediência de seu senhor por costume, de um modo puramente afetivo, por interesses materiais ou ideais. A natureza dos motivos determina em grande medida o tipo de dominação. Mas não se pode esperar que nenhuma dominação se sustente por motivos puramente materiais ou afetivos ou racionais. Todos os tipos de dominação procuram despertar e cultivar a crença em sua legitimidade:

De acuerdo com la experiencia ninguna dominación se contenta voluntariamente con tener como probabilidades de su persistencia motivos puramente materiales, afectivos o racionales con arreglo a valores. Antes bien, todas procuran despertar y fomentar la creencia en su 'legitimidad'. Según sea la clase de legitimidad pretendida es fundamentalmente deferente tanto el tipo de la obediencia, como el del cuadro administrativo destinado a garantizarla, como el carácter que toma el ejercicio de la dominación. Y también sus efectos. Por eso, parece adecuado distinguir las clases de dominación según sus pretensiones típicas de legitimidad (WEBER, 1964, p. 170).

Weber descreve de que modo as forças políticas dominantes conseguem afirmar sua autoridade e esclarece porque os homens submetem-se a alguns tipos de dominação; também em que justificações internas e em quais meios externos apóia-se a dominação. Para ele, os homens submetem-se à dominação porque existem três razões internas que a justificam – dominação legal-racional, tradicional e carismática – e três fundamentos de legitimidade que são respectivamente a crença na validade de um estatuto legal e de uma competência positiva, fundada em regras racionais estabelecidas; os costumes santificados; a devoção e confiança depositada no chefe.

Segundo Weber, a dominação legal-racional com administração burocrática é a forma de administração especificamente moderna. A vigência de sua legitimidade é de caráter racional, baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação. Obedece-se, portanto, à ordem impessoal, objetiva e legalmente estatuída e aos superiores por ela determinados em virtude da legalidade formal de suas disposições e dentro do âmbito de vigência destas.

Um forte traço político de JK era o seu compromisso radical com a legalidade democrática. Para ele, a estabilidade do regime resultava do fato da Nação encontrar-se, de forma definitiva, integrada na legalidade. Seu desejo era o desenvolvimento

econômico acelerado, porém, sem quebra das normas constitucionais. Em seus discursos, desde a sua campanha e por toda a sua gestão, a ordem política era colocada em destaque. No discurso da diplomação no TSE, do dia 27/01/1956, JK enuncia que *só se podem considerar de fato constituídos em nação os povos para os quais a lei é objeto de acatamento, de limitação de sentimentos bruscos de desgoverno*. Assim, percebemos uma relação de sua conduta com o tipo de ação racional e legal, marca do Estado moderno.

Contudo, ainda é possível encontrar traços de dominação tradicional no Governo JK convivendo com esse tipo de legitimidade própria do Estado moderno. JK, ao criar órgãos administrativos – a chamada “administração paralela” – baseados na competência e racionalidade, portanto, traços do Estado moderno, deu mostras, ao subordinar esses órgãos diretamente à sua pessoa, de que traços de dominação tradicional também se faziam presente.

A dominação tradicional é baseada na crença cotidiana das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade. Obedece-se à pessoa do senhor nomeada pela tradição e a ela vinculada, em virtude de devoção aos hábitos costumeiros. O dominador, segundo Weber, não é um superior, mas senhor pessoal. Seu quadro administrativo não se compõe primariamente de funcionários, pois, o que determina as relações entre o quadro administrativo e o senhor é a fidelidade pessoal do servidor.

Ao combinar ações políticas do tipo racional com elementos de tradição, JK acabou por impor limites à democracia, isto é, reduziu objetivamente o poder do Parlamento e deixou mais longe das forças políticas civis (e particularmente das forças populares) o sistema de decisões.

Além disso, o PSD, partido do presidente, expressava traços de tradição e de conservadorismo que não se alterariam durante o período, ou seja, a nomeação de coronéis para os cargos políticos nas bases locais. Esse contexto permitia que a estrutura de poder no campo se mantivesse intacta. Também no Congresso, qualquer projeto de reforma (tributária, agrária, etc.) que contrariasse os interesses oligárquicos do PSD, partido com maioria no Congresso, era arquivado.

A dominação carismática possui legitimidade baseada na aceitação extracotidiana do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das propostas reveladas ou criadas. Obedece-se ao líder carismaticamente qualificado como tal, em virtude de confiança pessoal em revelação, heroísmo ou exemplaridade.

O carisma é, segundo Weber, a grande força revolucionária nas épocas com forte vinculação à tradição. Diferente da força revolucionária da *ratio*, que ou atua de fora

para dentro – pela modificação das circunstâncias e problemas da vida e assim, indiretamente, das respectivas atitudes –, ou então pela intelectualização, o carisma pode ser uma transformação com ponto de partida íntimo, pois significa uma modificação da direção da consciência e das ações, com orientação totalmente nova de todas as atitudes diante de todas as formas de vida e diante do mundo, em geral. Nas épocas que precedem o tipo de dominação racional, a tradição e o carisma dividem entre si a quase totalidade das direções e orientações das ações.

Não há dúvida que o carisma é uma característica acentuada em JK e que ele viveu para uma causa. Desde o momento em que assumiu o cargo de deputado estadual (1934 e 1937), fechou o consultório e encerrou a sua carreira de médico, dedicando-se exclusivamente à política. Isto é, segundo Weber, uma das peculiaridades dos chefes com qualidades carismáticas, pois,

Quem vive ‘para’ a política faz dela a sua vida, num sentido interior. Desfruta a posse pura e simples do poder que exerce, ou alimenta seu equilíbrio interior, seu sentimento íntimo, pela consciência de que sua vida tem sentido a serviço de uma ‘causa’. Nesse sentido interno, todo homem sincero que vive para uma causa também vive dessa causa (WEBER, 1963, p. 105).

JK, por toda a sua vida política, vai abraçar a causa do desenvolvimento. Essa causa dava sentido à sua vida porque o remetia às dificuldades por que passou na infância, ao atraso, ao subdesenvolvimento de sua cidade natal e mesmo de seu Estado. Mas, temos de considerar que JK surgiu num quadro propício à realização de uma proposta de mudança, uma vez que assumiu num momento em que era forte a crença no Brasil “país do futuro”, em que se buscava uma forma de consolidar a identidade nacional e o equilíbrio entre os “dois Brasis” (o atrasado, agrícola, e o moderno, industrializado); em que a dúvida entre a intervenção do Estado e a “sedução da tutela”, o papel dos militares “salvacionistas” e conjugação entre liberdades públicas e desenvolvimento eram motivos de debate político e mesmo popular. Assim, se JK pretendia ou não uma ação transformadora, o certo é que o momento era fecundo para uma proposta de mudança.

Desse modo, JK lançou durante a sua campanha o *slogan* “50 anos em cinco” e prometeu transformar, durante esse período, o Brasil agrícola em um país altamente industrializado e inserido no primeiro mundo. Para processar essa mudança combinou tradição com um projeto racional de desenvolvimento, trazendo para a sua pessoa a

centralidade. Mas foi a memória política que cristalizou a condição de carisma, atribuindo-lhe características de líder carismático e de estadista.

3.4 ELEMENTOS DE AUTORITARISMO NA POLÍTICA

Se tivermos no Governo JK um regime hoje considerado como o mais democrático do momento canônico da política brasileira, podemos afirmar que foi um governo, de acordo com Benevides (2002, p. 22), tão democrático quanto possível nos limites óbvios de uma democracia de elite, com forte tradição oligárquica e militarista³⁶.

A defesa pela causa democrática foi ponto de honra do Governo JK, mas, contraditoriamente, o esforço, as formas utilizadas para que a ordem não fosse ameaçada indicam que elementos de autoritarismo estiveram presentes na ideologia desenvolvimentista e deslizaram para a prática, centralizando o poder no Executivo e reduzindo a participação da sociedade civil através do emprego de meios coercitivos.

Conhecer algumas características do autoritarismo pode nos auxiliar a compreender que nada exclui a probabilidade de que crenças democráticas sejam instituídas através de idéias que possuem, em sua essência, elementos de autoritarismo. Partindo da afirmação de Stoppino (1986, p. 94) que *não existe coerência plena de significado entre o autoritarismo em nível de ideologia e o autoritarismo em nível de regime político*, nos aproximamos de seu texto para dele extrair não uma teoria sobre o autoritarismo ou sobre a ideologia autoritária, mas sim elementos que nos possibilitasse melhor compreender os sentidos antidemocráticos presentes tanto no discurso como nas ações de JK.

Embora o autor trate do autoritarismo enquanto regime, ideologia e personalidade, não é nossa intenção analisar o Governo JK por essas perspectivas, mesmo porque o nosso principal foco de análise é o discurso do presidente e os sentidos por ele produzidos quando, através de prática discursiva ou ação propriamente dita, revela elementos de autoritarismo.

³⁶ Raymundo Faoro destaca em sua obra “Os donos do poder” (1987, p. 730-735) que não é possível desenvolvimento capitalista enquanto houver a preservação da ordem hierárquica na sociedade brasileira, uma vez que o Brasil adotou do capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, mas manteve o formato patrimonial de gestão do Estado nacional, promovendo uma fusão entre a modernidade e a tradição, na qual o Estado e o seu ‘estamento burocrático’ exercem um papel ativo na gestão administrativa e na acumulação de riquezas.

O autoritarismo coloca em destaque o princípio hierárquico, além de exaltar como virtudes alguns atributos de quem governa. O autor fala de personalidade autoritária quando quer denotar a disposição em tratar com arrogância e distanciamento os inferiores hierárquicos e em geral todos aqueles que não têm poder e autoridade, já que a personalidade autoritária tende a pensar em termos de poder, a reagir com grande intensidade a todos os aspectos da realidade que tocam, efetivamente ou na imaginação, as relações de domínio.

Embora JK não seja reconhecido como uma personalidade autoritária, sempre que se fazia necessário, reagia para garantir as relações de domínio. Mantendo distância da discussão política, não polemizando com os segmentos descontentes da sociedade civil, JK encontrava na própria ideologia desenvolvimentista – na qual a ordem era essencial – justificção para medidas de caráter autoritário sempre que o desenvolvimento ou a segurança o exigisse. Na realidade, substituindo a necessidade de discussão política, o discurso de JK trazia para a cena a imagem de riqueza, de progresso, de grandeza e, especialmente, de segurança, já que sem esta o desenvolvimento não poderia prosseguir. Portanto, se a segurança fosse ameaçada seria em nome do próprio desenvolvimento que a ideologia justificaria a sua garantia mesmo que por outros meios.

Além disso, Almeida (2004, p. 93) destaca que o Governo JK não se colocava em qualquer relação de “simbiose” com o povo. Este, ao contrário, era visto, em larga medida, como elemento externo, cujo comportamento poderia se tornar problemático caso houvesse determinados fatores negativos (em geral nomeados como “elevação do custo de vida”). Para lidar com a situação, JK recorria a duas estratégias discursivas, isto é, recorria a um discurso de caráter ideológico que não discernia grupos ou classes sociais com diferenciação de aspirações, interesses, projetos, mas que evocava todos à cooperarem para depois serem beneficiados pelo desenvolvimento e, quando necessário, recorria a um discurso autoritário, que intimidava grupos ou classes que pretendessem ameaçar a ordem. Considerando a sua proposta de desenvolvimento baseada na industrialização como a única proposta viável para o país, JK enunciava que *na desordem não há desenvolvimento* e que *não seriam permitidas perturbações da ordem nem que se alterassem as direções tradicionais da política brasileira* (JK apud. ALMEIDA, 2004, p. 95).

Do ponto de vista dos valores democráticos, o autoritarismo é uma manifestação degenerativa da autoridade. O conceito surgiu da pretensão mesmo de acentuar parâmetros antidemocráticos, servindo não apenas para designar os regimes autoritários mas também para designar atitudes antidemocráticas.

De acordo com Stoppino (1986, p. 96), não podemos considerar o problema da ordem como um monopólio do pensamento autoritário. O problema da ordem é um problema geral de todo sistema político, pois mesmo nas ideologias liberal e democrática, a exemplo do que já discutimos por meio da teoria de Huntington, há uma valorização da importância da autoridade como agente da ordem social. O que não pode ocorrer é o fato da ordem ocupar todo o espectro dos valores políticos, tornando-se uma preocupação constante.

A interpretação dos discursos de JK, especialmente aqueles provenientes dos períodos críticos, mostra como evidências são produzidas por um ator que agia sempre nos limites da autoridade e de um tipo de autoritarismo traduzido pela enfática e intransigente defesa da ideologia desenvolvimentista que, se não degenerava a autoridade³⁷, no mínimo limitava o exercício democrático.

Enunciados sobre liberdade e democracia eram recorrentes no discurso de JK. Ele inclusive alegava ter conseguido a consolidação do regime democrático através da tolerância política – vista por ele como um instrumento de obtenção de paz política –; da liberdade de opinião manifestada pelo povo através do voto; da livre expressão por meio da palavra aos que queriam, mesmo que compusessem oposição ao governo. Mas nenhuma expressão de opinião poderia perturbar a ordem legal, pois o regime democrático, na concepção de JK, era compreendido como inseparável das garantias e liberdades constitucionais, portanto, opiniões que trouxessem perturbações ao poder constituído eram consideradas um delito.

Já a preservação da ordem hierárquica no Governo JK pode ser explicada, segundo Maranhão (1981, p. 264), pelo fato de que no plano das decisões internas, o Estado, mantendo uma autonomia relativa³⁸ diante das forças sociais em conflito, redireciona a economia sem alterar essencialmente os padrões de funcionamento dos setores econômicos preexistentes, sem alterar a correlação de forças entre as classes dominantes, sem tocar no

³⁷ Quando nos referimos à degeneração da autoridade, temos como referência o conceito de Hannah Arendt, que articula autoridade à idéia de *augere* ou seja, à idéia de aumentar a fundação do poder e de hierarquia. Mais que isso: a noção arendtiana opõe autoridade à coerção e violência. De acordo com Arendt (1992, p. 129), *visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida com alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou.*

³⁸ Fala-se em autonomia relativa do Estado para expressar o crescimento decisivo do poder de uma burocracia de Estado sobre o conjunto da sociedade. De acordo com Maranhão (1981, p. 264, 265), a autonomia relativa do Estado no período de JK foi determinada no plano das decisões internas, mas também por uma determinação externa, a de expansão do grande capital monopolista em direção ao investimento industrial direto nos países subdesenvolvidos, que configurou a nova fase do imperialismo e exigiu maior controle estatal, pois a política vigente poderia ser mudada se não atendesse as exigências e necessidades criadas para garantir a reprodução ampliada do capital monopolista.

delicado equilíbrio de alianças e compromissos entre setores produtivos. Um grupo de poder nascido das peculiares alianças do pacto populista³⁹, permitiu ao Governo JK usar como moeda de legitimação popular o próprio desenvolvimentismo industrial; as concessões aos trabalhadores, embora restritas, fizeram o restante em matéria de legitimidade, reforçando entre as massas a noção de que um Estado poderoso, mesmo sem a participação popular nas decisões, pode formular uma proposta de governo que resolva suas necessidades imediatas e históricas.

É nesse sentido que o conceito de autoritarismo não serve apenas para quando se quer designar toda a classe de regimes antidemocráticos. A oposição entre autoritarismo e democracia está na medida em que é transmitida a autoridade, e no grau de autonomia dos subsistemas políticos (os partidos, os sindicatos e todos os grupos de pressão em geral). Quando há o predomínio do poder executivo impõe-se limites à democracia, já que há um crescimento decisivo do poder de uma burocracia de Estado sobre o conjunto da sociedade. Assim, a autonomia de grupos politicamente relevantes só é tolerada enquanto não perturba a posição do poder do chefe ou da elite governante (STOPPINO, 1986, p.100).

A “administração paralela” do Governo JK demonstra que um módulo de eficiência foi criado, como o nome indica, paralelo à administração oficial já existente que devia ser mantida. A criação dos órgãos administrativos diretamente subordinados à presidência no Governo JK demonstra como o aumento da autonomia e da eficácia dos aparelhos de Estado permitiram aos seus ocupantes um desempenho mais decisivo e maior competência para traçar estratégias do próprio Estado. Um exemplo foi a presença de oficiais

³⁹ Segundo Weffort (1978, p. 17-28), o populismo foi um fenômeno que teve suas raízes em todas as crises que desde 1945 assinalaram a história política do Brasil. Por força das transformações sociais e econômicas que se associam ao desenvolvimento do capitalismo industrial e que assumem um ritmo mais intenso a partir de 1930, a democracia que começa a se instaurar no pós-guerra defronta-se com a tarefa trágica de toda democracia burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político. O crescimento das cidades e do proletariado lança à vida política amplos contingentes da população e o processo de absorção das massas passa a constituir uma dimensão política essencial do novo período. Portanto, o populismo é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos em massa. Porém, a partir do Governo JK até o início dos anos 1960, mesmo com a aparição de lideranças populistas como Goulart, discípulo direto de Vargas eleito vice-presidente pelo PTB em 1956 e conquistando a presidência após a renúncia de Quadros em 1961, ou mesmo com a vitória de um populista notório como Ademar de Barros nas eleições de 1962 para governador de São Paulo, o populismo foi considerado como um fenômeno pré-político ou para-político, isto é, teve seu sentido ideológico recusado, pois o nacionalismo constituiu-se em centro de polarização ideológica, generalizando-se a tal ponto que a expressão “populismo” esmaeceu, dando a impressão de ter esmaecido o fato que pretendia designar.

das Forças Armadas em postos governamentais⁴⁰, que, sob a chefia do Marechal Lott, além de se ocuparem da manutenção da ordem, opinavam sobre todos os problemas atinentes ao desenvolvimento econômico do país. Os organismos paralelos de desenvolvimento ligados diretamente ao poder Executivo são, segundo Maranhão (1981, p. 265), *uma velha e atual desculpa para práticas antidemocráticas no Brasil, pois permitem ao Presidente da República 'passar por cima' de seus limites constitucionais e adquirir mais poderes para execução de políticas econômicas e sociais.*

Ao analisarmos os discursos de JK, percebemos uma discursividade que desde a sua campanha para presidente até a primeira metade do seu governo era composta de elementos que remetiam aos valores democráticos, apesar da ordem aparecer sempre como um requisito para o desenvolvimento. Mas após 1958, com a intensificação das crises, JK inseriu em sua discursividade elementos autoritários. Afirmando que a subversão originava-se da miséria, através da OPA, ele definiu ideologicamente a segurança, identificando-a com o combate à subversão. As suposições fundamentais dessa ideologia eram que o processo de desenvolvimento contrariaria ideologias opostas, portanto, determinaria a segurança e garantiria a ordem estabelecida, isto é, o regime democrático (CARDOSO, 1978, p. 153, 154).

Porém, na prática, os resultados foram mesmo o que não estava evidenciado no discurso, isto é, os elementos autoritários implícitos, silenciados, mas subentendidos materializaram-se. Assim, o modo como ocorreram as repressões reflete o que JK pretendia da ideologia desenvolvimentista no plano da política interna: repressão ideológica aos comunistas e à população como um todo, já que no seu discurso anticomunista incluía valores morais e cristãos, enquanto, através de seu Aparelho Repressivo, JK dava um tratamento meramente policial àqueles que, a seu ver, afetavam negativamente o processo de desenvolvimento promovendo mobilizações políticas.

Enfim, atitudes autoritárias resultam em coerção tanto moral como policial e acabam impedindo que as forças sociais influam no processo decisório. Mesmo quando explicadas, como no caso de JK, como a única maneira de defender os valores ocidentais

⁴⁰ Alguns exemplos de militares nos postos governamentais durante o Governo JK são: Ministério da Viação e Obras Públicas – Capitão de Mar e Guerra Lúcio Meira (de 1956 a 1959); Ministério da Agricultura – Marechal Ernesto Dornelles (somente em 1956, porém filiado ao PTB); Diretor-Geral dos Correios e Telégrafos – Coronel Alberto Bittencourt; Diretor do BNDE – Capitão de Mar e Guerra Lúcio Meira (a partir de 1959); Presidência da Petrobrás – Coronel Janari Nunes, Coronel Idálio Sandenberg; Conselho Nacional de Petróleo – Coronel Alexinho Bittencourt, Brigadeiro Fleiuss, Marechal Ernesto Geisel, Marechal Jair Dantas Ribeiro. Ainda podemos citar a presença de representantes do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e dos Ministérios Militares nos seguintes órgãos: SUDENE e Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste; Conselho Nacional de Desenvolvimento; Comissão Brasileira para a OPA no Ministério das Relações Exteriores; Grupo de Trabalho de Brasília (BENEVIDES, 1979, p. 187, 188).

cristãos, entendidos e traduzidos por ele como democráticos, não atenuam os resultados. Ao produzir efeitos de sentidos autoritários incluindo valores cristãos, JK impunha o desenvolvimentismo através da coerção moral, levando toda a sociedade a assumir a identidade da civilização ocidental cristã.

Enunciados como *E também não é justo nem concebível que nos intitulemos defensores e nos declaremos dispostos a lutar pela moral cristã, se não fizermos um esforço conjunto no sentido de erradicar o sofrimento que pesa sobre tantas vidas* (JK - Discurso, 1958, p. 122); *Somos e desejamos continuar uma nação cristã... Ser uma nação cristã nos dias que correm é considerar a injustiça social o que ela é realmente, um grande pecado contra o Cristo* (JK - Discurso, 1960, p. 385) eram recorrentes no discurso de JK e explicitam os efeitos ideológicos de coerção moral produzidos por ele.

Também conceber como “inimigos” de toda a Nação qualquer grupo ou classe que se contrapunha ao seu modelo de desenvolvimento indicava o que havia de autoritário na ideologia desenvolvimentista: considerar a sua proposta como a única solução viável para o país, impondo-a como a certa e reprimindo policialmente em nome do desenvolvimento, da segurança e da ordem democrática, as manifestações políticas, como fez com a “Marcha da Produção”.

CAPÍTULO III

4 TRAÇOS DE ELEMENTOS DE AUTORITARISMO NO DISCURSO DE JK

O discurso de JK sobre a OPA, tanto para a política interna como para a política externa, produziu sentidos sobre o desenvolvimento e a segurança. O pan-americanismo, movimento que na sua origem defende a aliança política entre todos os países da América, no Governo JK adquiriu um sentido eminentemente econômico e um significado implicitamente político com forte conteúdo simbólico.

Portanto, a apreensão dos sentidos produzidos através da OPA significa a compreensão do que a ideologia desenvolvimentista conseguiu alocar em termos de recursos, mas, principalmente, em termos de valores, o que é muito significativo para este trabalho, uma vez que buscamos os elementos de autoritarismo presentes no discurso de JK.

Segundo Moura (2002, p. 51), a OPA foi uma idéia que saiu do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em maio de 1958, para as mãos do presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, possuindo os seguintes objetivos: assegurar as boas relações com a superpotência americana que, deveria ser, em última análise, a fonte de recursos para esse ambicioso projeto; captar recursos em vasta escala para projetos de desenvolvimento econômico; e colocar o Brasil numa boa posição de liderança entre os países latino-americanos.

O argumento que justificaria a OPA seria a Guerra Fria, conflito que se originou das desavenças entre EUA e URSS durante a Segunda Guerra Mundial, adquirindo caráter de conflito permanente, a partir de 1947, quando as diferenças entre os dois países, emergidos da guerra não apenas como os grandes vencedores, exacerbaram-se. O conflito amedrontava todo o Ocidente em função de sua natureza estratégica e militar, sendo também revestido de aspectos econômicos e político-ideológicos. Essa conjuntura dividia o mundo em dois grandes blocos, o capitalista, cujo modelo de organização política tendia a ser a democracia de cunho liberal, e o socialista, cuja organização político-social reproduzia, em maior ou menor medida, o socialismo planificado vigente na URSS.

O Brasil era parte do bloco ocidental, do denominado Terceiro Mundo emergente e, apesar de a América Latina inserir-se plenamente como “zona de influência” dos EUA, desde o final da Segunda Guerra Mundial, o relacionamento entre a superpotência e seus aliados hemisféricos vinha sendo marcado por crescentes divergências, principalmente no terreno econômico, uma vez que os países latino-americanos encontravam-se assolados por

problemas econômicos crônicos e precisavam de recursos para superar sua condição de subdesenvolvimento.⁴¹

Pouco antes de assumir a presidência da República, JK visitou os EUA. Eisenhower, preocupado com a aliança JK/Jango⁴², ofereceu-lhe assistência técnica para a criação de uma agência de análise e filtragem de informações estratégicas, à imagem da CIA, criada por Truman, em 1949, (BOJUNGA, 2001, p. 326). JK desdobrou-se para demonstrar que o comunismo não constituía nenhum perigo real para o Brasil, porém, insinuando que o melhor antídoto contra ele seria o desenvolvimento econômico e o fortalecimento das instituições democráticas.

Mas em 1958, numa visita de Richard Nixon, vice-presidente dos Estados Unidos, aos países da América Latina, ocorreu manifestações populares antiamericanas que expressavam o descontentamento com a falta de recursos para amenizar o subdesenvolvimento. Esse acontecimento levaria JK a enviar uma carta ao presidente americano, Dwight Eisenhower, lamentando o grau de deteriorização das relações hemisféricas e propondo uma revisão do pan-americanismo, que, em sua opinião, continuava sem conteúdo real, mantendo-se no plano das teses, da abstração e da retórica:

Permita-me Vossa Excelência, que lhe adiante, porém, que a hora soou de revermos fundamentalmente a política de entendimento deste hemisfério e procedermos a um exame do que se está fazendo em favor dos ideais pan-americanos em todas as suas implicações. Estaremos todos – nos é a hora de perguntar – agindo no sentido de se estabelecer a ligação indestrutível de sentimento e interesses que a conjuntura grave aconselha e recomenda? (JK - Carta, 28 maio 1958, p. 106, 107)

Nascia assim a OPA, com ela uma nova definição para a segurança. O discurso de JK, a partir desse momento, relacionaria sempre o desenvolvimento da América Latina à segurança ocidental. Pois a pobreza que assolava a América Latina poderia contaminar a população com idéias comunistas. No discurso à Nação e aos representantes dos Estados Americanos, JK expressou essa idéia com um enunciado bastante convincente.

⁴¹ Para uma compreensão mais aprofundada sobre A Guerra Fria e a relação do Brasil com os EUA nesse período, ver Vizontini, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

⁴² A preocupação com a aliança e com o comunismo também afetava os brasileiros. Durante a campanha de JK, o arcebispo de Diamantina, José Newton Batista, expediu um documento que refutava a acusação de que JK teria ligações e simpatia ao comunismo, atestando sua fidelidade e dedicação à Igreja. (BATISTA, 1955, p. 1).

Não há tempo a perder, nem gastos irreprodutivos no combate à doença do subdesenvolvimento. Se procedentes alguns cálculos que apresentam índices de um crescente desenvolvimento dos países opostos ao nosso sistema democrático, não há de fato imprudência maior do que a de não atacar de frente a anemia econômica que debilita zonas inteiras deste lado do mundo. Sanear essas zonas, revigorá-las, torná-las mais prósperas equivale medidas preventivas e estratégicas de grande sabedoria, alcance e segurança. Para atingirmos esse alto objetivo poderíamos valer-nos de corretivos há muito preconizados, mas cuja aplicação plena não deve ser mais retardada (JK - Discurso, 20 junho 1958, p. 122, 123).

Ao relacionar segurança e desenvolvimento, JK produziu em seu discurso efeitos de sentidos que vinculavam a manutenção da democracia ao desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento dos países pobres passaria a ser a base de sustentação da segurança do bloco ocidental. Nesse contexto, o conceito de segurança foi ampliado para além de a defesa militar da Nação, das questões de fronteira e das ameaças de guerra e passou a estar relacionado com o desenvolvimento da América Latina.

Na realidade, o que JK pretendia era tentar convencer os EUA quanto à necessidade de investir recursos no Brasil, uma vez que depois de dois anos de sucesso, o seu plano de desenvolvimento estava comprometido e a hostilidade americana era evidente, pois, conforme destaca Benevides (1979, p. 237), os americanos estavam muito mais preocupados com o combate à “subversão comunista” do que com o desenvolvimento latino-americano.

[...] certos fatos recentes, que vieram pôr à mostra um elo vulnerável na cadeia ocidental e patentearam a necessidade de que algo se faça para reforçar a nossa capacidade de resistência. Tais fatos tiveram lugar em nosso próprio continente. Constituíram a eclosão de um latente estado de coisas. Foram sintomas, signos aparentes de uma situação larvada. Ninguém ignora as manifestações agressivas de que foi alvo um estadista do nosso hemisfério em visita a países sul-americanos amigos. Ninguém ignora que esses incidentes foram provocados e canalizados por uma minoria interessada em fomentar discórdias na família continental (JK - Discurso, 17 junho 1958, p. 112, 113).

Como já dissemos, foi a visita do vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, que fez surgir a idéia de uma revisão do pan-americanismo. O episódio constituiu um evento traumático que possibilitava a alteração do padrão vigente das relações interamericanas. Nixon foi insultado no Peru e atacado na Venezuela por uma multidão furiosa. Eisenhower mobilizou tropas para um eventual desembarque e resgate de Nixon, em Caracas, gerando uma onda de protestos políticos em todo o continente. O evento acentuou a distância entre

EUA e América Latina, realçando a dicotomia do discurso de seus respectivos grupos dirigentes: os latino-americanos falando a linguagem do desenvolvimento econômico, e os norte-americanos apegados ao discurso da segurança. Assim, a OPA adquiria uma dupla finalidade: a de resgatar o fortalecimento das relações interamericanas e a de associar o desenvolvimento à segurança.

Ciente de que a preocupação dos EUA era só com o comunismo, JK decidiu inserir-se na formação discursiva dominante do primeiro mundo – a da segurança Ocidental – e relacioná-la à formação discursiva dominante do seu governo – a do desenvolvimento. Com isso conseguiu chamar a atenção dos EUA. Eisenhower enviou ao Brasil o Secretário de Estado Adjunto para assuntos americanos, Roy Richard Rubottom Jr., que entregou pessoalmente a carta-resposta (05 junho 1958, p. 108, 109) do presidente a JK, na qual Eisenhower pedia que fosse acertada a época mais propícia para uma visita do Secretário de Estado, John Foster Dulles, que, segundo Bojunga (2001, p. 325), era um pregador anticomunista, o messias da contenção, porém, até então alheio à América Latina.

De início, foi tímida a receptividade de Washington à idéia lançada por JK (na verdade por Augusto Frederico Schmidt, assessor especial de JK), mas isso não desanimou o presidente, pois logo depois conseguiu que a embaixada em Washington produzisse um plano geral da OPA e fez com que Eisenhower verificasse que ele recebia apoios na região e constituía-se em núcleo político com potencial de aglutinação. Desse modo, em nome da segurança ocidental, JK passou a deslocar elementos da esfera econômica para a esfera política e, como detentor do mais alto cargo político do país, disseminou essas idéias.

O princípio do desenvolvimento como base para a segurança Ocidental coube muito bem no projeto de JK e os argumentos para legitimá-lo foram eloqüentes. JK produziu sentidos sobre o desenvolvimento, argumentando que este era necessário porque pobreza gerava subversão, mas, que a pobreza era um estágio, um retardamento na longa rota do desenvolvimento que poderia ser superado se todos estivessem convictos da necessidade da urgência de detido exame da conjuntura Pan-Americana, pois sozinhos não haveria como superar o subdesenvolvimento. Depois, argumentou que o desenvolvimento garantiria a segurança, pois, em nações desenvolvidas não se infiltravam ideologias extremistas. A pobreza sim, seria potencialmente geradora de intranqüilidade, de revolta e, conseqüentemente, de instabilidade. Para manter a ordem democrática era preciso elevar o nível de vida do povo dos países subdesenvolvidos, pois, com os focos de insatisfação

eliminados, não haveria perigo de a inquietação passar para o plano político. Nesse sentido, a ordem ficaria assegurada:

Consentir que se alastre o empobrecimento neste hemisfério é enfraquecer a causa ocidental. Não recuperar, para um nível de vida compatível com os foros da dignidade humana, criaturas que englobamos na denominação de povos irmãos, é semear males em terreno propício para as mais perigosas germinações (JK - Discurso, 20 junho 1958, p. 123).

Como podemos observar, a fala de JK expressava que o subdesenvolvimento deveria ser uma preocupação e um interesse de todos. Ao produzir esses sentidos, ele não explicitava com que tipo de pobreza estava lidando, quem era atingido por ela e em que circunstâncias. Afirmava simplesmente a sua existência, alegando que o subdesenvolvimento era o problema principal e que, se não fosse solucionado, a segurança do hemisfério americano poderia ser abalada. O máximo que fez foi apontar a exportação de produtos primários, característica da sociedade tradicional, como o fator que não permitia a expansão econômica. Na entrevista que concedeu ao New York Times (6 julho 1958) apontou como o subdesenvolvimento deveria ser caracterizado:

[...] Teremos de caracterizá-lo como uma condição que interessa igualmente a todos os países do hemisfério, qualquer que seja o estágio de sua evolução econômica e industrial, e teremos de apontar medidas concretas e positivas capazes de manter certa estabilização no preço das matérias primas e dos produtos de base no mercado internacional e de incentivar o comércio interamericano e o fluxo de investimentos (JK - Entrevista, 06 julho 1958, p.2).

Em todo discurso há uma ligação entre língua, história e ideologia. A necessidade de se compreender a linguagem como socioideológica indica que o discurso é construído socialmente e que a ideologia, função necessária entre linguagem e mundo, naturaliza o que é produzido pela história através de efeitos de evidência que apagam a materialidade do discurso e constroem transparências, como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade.

Os efeitos ideológicos no discurso que relacionava pobreza e subversão aparecem como uma verdade que indica que o lugar a partir do qual o sujeito fala se torne constitutivo do que diz. Quem está falando é o presidente, sua fala funciona para assegurar

permanência de representações, imagens que se sustentam no poder e que se fazem valer no dizer.

Porém, Huntington demonstra em seu estudo que a pobreza não é a única geradora de instabilidade e tampouco a principal causadora de subversão. Países pobres aparecem como instáveis também por estarem em transição ou em modernização. A aceleração do impulso para a mudança e o desenvolvimento social e econômico estavam diretamente relacionados com a crescente instabilidade política e com a violência que caracterizaram a América Latina nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Desse modo, a tese pura e simples de que a pobreza gera instabilidade perde a validade, pois, a instabilidade política nos países em modernização é um fator desencadeado mais pela desintegração dos agrupamentos sociais tradicionais do que pela pobreza: [...] *Assim como a mobilização social é necessária para proporcionar o motivo da instabilidade, um grau mínimo de desenvolvimento econômico é indispensável para proporcionar meios para a instabilidade* (HUNTINGTON, 1975, p. 66).

As análises de Huntington ainda demonstram que o comunismo foi mais forte em regiões mais ricas do que nas mais pobres, nas áreas mais urbanizadas dos países menos urbanizados e nos países com maior índice de alfabetização. Cuba, quando se tornou comunista, era o quarto país com maior índice de alfabetização da América Latina. O Brasil, entre 1950 e 1960, elevou a taxa de alfabetização de 42,7% para 53,2%, mas é necessário verificar que a população rural mesmo, em 1960, ainda era maioria, ou seja, 54,9%, cujo voto era controlado pela elite no poder através do sistema coronelista. Segundo Lafer (2002, p. 32), esse era um sistema de barganha política, em última instância desejado por todos que, ao favorecerem o alistamento eleitoral ‘das ordens menores’ nas áreas rurais, visavam, na verdade, a preservar a estrutura de poder vigente.

Bourdieu (2001, p. 164-175) nos auxilia a compreender tal questão. Para ele, no campo político existem mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os “agentes politicamente ativos” e os “agentes politicamente passivos”. O capital político⁴³ acaba se concentrando nas mãos de um pequeno grupo; o restante dos cidadãos é reduzido ao estatuto de “consumidor” e enfrenta dificuldades para acessar o campo de ação, que exige competência social para a política e instrumentos próprios de produção de discursos

⁴³ Segundo Bourdieu (2001), possui capital político aqueles que se apossam de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política. O capital econômico e o cultural servem de exemplo de instrumentos materiais.

ou atos políticos. Quando o acesso ao campo de ação ocorre, resta às massas, muitas vezes, o papel de coadjuvante.

Assim, podemos dizer que as manifestações contra Nixon ocorreram menos por estar a população aderindo ao comunismo e mais por tal população alimentar esperanças de que os EUA assumissem algum tipo de acordo que implicasse capitais destinados a amenizar suas mazelas e acelerar o crescimento econômico. Para Eisenhower, o desenvolvimento latino-americano era um problema interno ao continente, devendo ser resolvido através da adoção de políticas econômicas “responsáveis” e através da criação de um ambiente favorável ao investimento privado, nacional e estrangeiro. Assim, os recursos públicos dos EUA continuariam concentrados naquelas regiões do mundo que eram vistas como prioritárias dentro da competição global da Guerra Fria, primeiro a Europa e posteriormente a Ásia.

Como pode ser constatado, JK beneficiou-se da *fortuna*⁴⁴. Os EUA viam as massas descontentes da América Latina como um perigo de subversão à segurança do Ocidente. Esse contexto serviu para JK dizer que ideologias extremistas poderiam se infiltrar nas mentes da população pobre da América Latina naquele período.

A fala de JK também remetia, em termos gerais, à *valorização do homem*, ou seja, ele enunciava que com o desenvolvimento viria a prosperidade e que ela não atingiria apenas grupos particulares, mas a sociedade inteira. Porém, a própria formulação de seu discurso, os objetivos da OPA, o plano de desenvolvimento, etc. confirmam que a finalidade do Governo de JK, em termos objetivos, era eminentemente econômica. Ao se efetuar um plano de desenvolvimento econômico são necessários recursos, portanto, o mais indispensável era fazer os dirigentes dos EUA associarem subdesenvolvimento à subversão e levá-los a acreditar que o regime democrático só vigoraria em países que se afirmam economicamente⁴⁵.

Esses dizeres produzem efeitos de sentidos que explicitam como linguagem e ideologia articulam-se. A forma utilizada serve para integrar uma sociedade e sua história, particularmente à do subdesenvolvimento que assola a América Latina. Ao apontar o comunismo, JK demonstrava como o modo de dizer nunca é indiferente aos sentidos. Daí a

⁴⁴ *Fortuna* é um termo utilizado por Maquiavel (1994) que designa a oportunidade criada pela sociedade para se fazer a história. O príncipe ideal para Maquiavel não corteja nem implora a *fortuna*, mas, ao abordá-la, agarra-a virilmente e faz dela o que quer. Porém, se houver apenas a *fortuna* sem *virtù* (perspicácia, coragem do príncipe para impor a sua vontade em situações difíceis) ou vice-versa, a história não se faz.

⁴⁵ Sobre a política econômica brasileira e a relevância da conjuntura internacional no período ver LEOPOLDI, Maria Antonieta. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do Governo JK (1956-60). In: *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2002, p. 109-111.

necessidade de desfazer as evidências contidas no discurso, de buscar compreender o seu funcionamento na materialidade lingüístico-histórica e nas condições de produção.

Os enunciados que articulam a pobreza, a miséria, o subdesenvolvimento às manifestações ocorridas na América Latina foram mecanismos utilizados por JK para que os EUA assumissem um compromisso político com a erradicação do subdesenvolvimento latino-americano, compromisso político que incluiria a alocação de investimentos públicos. Ao relacionar a segurança do Ocidente à democracia e, conseqüentemente, ao capitalismo, JK inseria-se numa formação discursiva que corresponderia aos próprios interesses americanos, sem deixar que a formação discursiva dominante do seu governo, a do desenvolvimento, fosse suplantada pela da segurança.

Em todos os discursos analisados, tanto nos que se referiam à política externa como nos que se referiam à política interna, como também nas mensagens presidenciais, o desenvolvimento ocupa o primeiro plano. A ideologia desenvolvimentista era a dominante no país e se a OPA foi capaz de definir uma orientação político-ideológica, foi porque JK deu uma dimensão política à participação econômica. E entendendo a política em grande parte como segurança, a ênfase da ideologia significou o político recobrando o econômico, ou seja, a ideologia dominante tornou-se cada vez mais fortemente econômica.

Assim, silenciar que um dos objetivos da OPA era captar recursos externos para desenvolver a América Latina fazia parte do jogo político de JK. Mas o diagnóstico do subdesenvolvimento elaborado por uma comissão do Itamaraty, com base num círculo vicioso de escassez de poupança, falta de investimentos e baixa produtividade, fatores encarados ao mesmo tempo como causa e efeito do mal maior que se pretendia combater, previa o aporte de US\$ 3,1 bilhões até 1967, com juros fixos de 4,25% ao ano, somente para o desenvolvimento do Brasil.

Washington evitava comprometer-se concretamente com a definição do montante de recursos e tinha a seu favor a inexistência de projetos nacionais integrados de desenvolvimento econômico na América Latina, que pudessem ser postos em prática de modo imediato. Também favorecia a resistência norte-americana à OPA certa intensificação e até uma duplicidade tática do governo brasileiro, resultante da dicotomia entre a condução propriamente diplomática (Itamaraty) e a condução política (Catete) das iniciativas brasileiras. Assim, dramatizar o perigo comunista na América Latina e o poder soviético no mundo serviu como chave para abrir os cofres norte-americanos.

Na Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional de 1959, JK comenta sobre os resultados da OPA.

[...] Teve a iniciativa grande repercussão, como é fato público. E, nos entendimentos que, desde então, se têm processado, novos esquemas de cooperação econômica se formularam, em torno de problemas comuns, suscetíveis de serem imediatamente considerados em bases multilaterais. Pode dizer-se, pois, que a Operação Pan-Americana triunfa em tôda linha (JK - Mensagem ao Congresso Nacional, 1959, p. 11).

É nesse sentido que para a AD o discurso é prática. As formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas. Entretanto, tal prática discursiva não é o reflexo da situação nem está mecanicamente determinada por ela. Um acontecimento é cercado pelos sentidos ordinários da vida cotidiana. Por mais que esse acontecimento possa parecer perfeitamente transparente, mostra-se profundamente opaco, pois, no jogo político há um universo de coisas que não podem ser ditas, portanto, para se compreender o discurso político é preciso analisar todo o processo de produção ideológica.

Além da finalidade econômica, a OPA possuía um objetivo político com forte conteúdo simbólico que JK tentava silenciar. No discurso ele sempre explicitava que a sua intenção era apenas dar ao Brasil o direito de opinar sobre a direção política do continente.

[...] O não compartilharmos, senão simbolicamente, da direção de uma política, o não sermos muitas vezes ouvidos nem consultados mas ao mesmo tempo estarmos sujeitos aos riscos dela decorrentes, tudo isso já não é convincente ao Brasil. Apesar das muitas dificuldades de caráter econômico ligadas ao nosso processo de crescimento, já atingiu este país um grau, no plano espiritual e material, que é forçoso reconhecer-se-lhe, não apenas o direito, mas a obrigação de fazer-se ouvido (JK - Discurso, 20 junho 1958, p. 120).

O seu desejo era realmente colocar o Brasil numa melhor posição no sistema interamericano e no sistema mundial, mas outros interesses também faziam parte do jogo político. Tornar o Brasil líder da América Latina e colocar em prática o Plano de Metas, visando eleições futuras, fazia parte daquilo que não podia ser dito no discurso político de JK. Mas, através de um discurso que não era puro nem neutro, ele pode explorar o acontecimento, ou seja, a Guerra Fria, adaptando-o a tais interesses⁴⁶.

⁴⁶ Vários autores indicam que a política de JK sempre visava eleições futuras. Como exemplos podem ser citados BOJUNGA, Cláudio. *O artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001 e MARAN, Sheldon. Juscelino e a política presidencial. In: *O Brasil de JK*, 2002, p. 144-169.

Minha iniciativa, considerada isoladamente, perderia seu sentido. Ela só existe na medida em que expressa a unanimidade do continente latino-americano; só é poderosa porque tanto podia ter tido origem no Brasil como em qualquer outra República do hemisfério. [...] É imperativo atacarmos juntos o sub-desenvolvimento, para, juntos, salvarmos o Pan-Americanismo (JK - Entrevista, 06 julho 1958, p. 1).

Assim, manter as boas relações com os EUA, captar recursos externos e transformar o Brasil em condutor do desenvolvimento latino-americano eram objetivos da OPA. Se qualquer um deles não se concretizasse, o projeto ficaria comprometido, mas se tudo se encaminhasse, o capital simbólico/político que o Brasil e particularmente JK iriam acumular, teria repercussões por todo o Ocidente.

Os resultados diretos de tal contexto é que, ao associar segurança e desenvolvimento, JK conseguiu, através da OPA, que se formasse dentro das Organizações dos Estados Americanos (OEA) um Comitê das 21 Repúblicas Americanas, o chamado “Comitê dos 21”, incumbido de estudar os principais “pontos de estrangulamento” das economias latino-americanas e formular novas medidas de cooperação econômica interamericana.

Mesmo quando JK rompeu com o FMI, em 1959, em função do aumento da inflação que a implementação do Plano de Metas e a construção de Brasília geravam, contradizendo, desse modo, a política de austeridade fiscal imposta pelo Fundo, Eisenhower veio ao Brasil buscar diálogo, demonstrando que as relações exteriores do país, principalmente com os EUA, agora eram tratadas num plano multilateral, o Comitê dos 21, que buscava dar voz às aspirações coletivas dos países latino-americanos, com base na temática comum do subdesenvolvimento. Além disso, a OPA também representou a busca de uma política externa brasileira mais autônoma em relação às diretrizes emanadas de Washington, apontando para um tríplice alargamento de horizontes que seria retomado, a seguir, pela diplomacia brasileira: multilateralismo, desenvolvimento, autonomia.

A OPA atingiu seu ponto máximo na política externa com a eclosão da Revolução Cubana e, a partir de 1960, especialmente na gestão de Kennedy, na qual se

operaria plenamente uma revisão radical de sua política de “negligência benigna”⁴⁷ em relação à América Latina. Os resultados não foram melhores porque a ausência de uma articulação prévia com os países vizinhos transformou a OPA mais em uma declaração de intenção ou um desejo genérico de mudanças do que propriamente uma iniciativa política com suficiente capacidade de pressão.

4.1 FORÇAS ARMADAS: SEGURANÇA E ORDEM

Ao lançar a idéia da OPA, JK também teve de alocar valores no plano interno. O comprometimento das Forças Armadas com o desenvolvimento econômico era de fundamental relevância no Governo JK. É preciso não esquecer que o período foi tumultuado, marcado pela grave crise que antecedeu e culminou com o suicídio de Vargas. Os ânimos políticos, apesar de abalados com o desfecho trágico, acirraram-se com a ascensão PSD/PTB à Presidência da República. As forças políticas que combatiam Vargas não eram poucas e nem estavam dispostas a fraquejar na luta: [...] *O candidato Juscelino, o eleito Juscelino, o Presidente Juscelino tiveram que enfrentá-las sem esmorecimento e com toda a habilidade que a sua escola política – o PSD mineiro, lhe ensinara* (Cardoso, 1978, p. 157).

O comprometimento prioritário do governo com o desenvolvimentismo trazia a ordem como premissa básica para sua concretização. O *slogan* famoso no período “mudar dentro da ordem, para garantir a ordem” significava manter o regime vigente, isto é, consolidar a segurança do sistema político. Assim, além do tripé político, formado pela aliança PSD/PTB e pelo Congresso (já que contava com a maioria dos parlamentares), JK possuía também o tripé de segurança, formado pelo Ministério da Guerra, chefiado pelo Marechal Lott; pelo comando do I Exército, exercido pelo Marechal Odílio Denys; e pela chefia de Polícia do Distrito Federal, que garantiria os poderes constituídos e a ordem social.

Isso indica que JK reconhecia que não conseguiria governar sem um aparato militar bem estruturado, reconhecendo também que a manutenção da ordem política no Brasil

⁴⁷ “Negligência benigna” designa a política adotada pelos EUA em relação ao desenvolvimento econômico da América Latina, isto é., significa que a América Latina ocupava baixo lugar na escala de prioridades na política externa global dos EUA. Como foi mencionado, os EUA consideravam o problema do desenvolvimento latino-americano como um problema que deveria ser resolvido através de políticas econômicas “responsáveis” e da criação de um ambiente favorável ao investimento privado, nacional e estrangeiro. Segundo Mello Silva (s/d, p. 3), a revisão radical da política de ‘negligência benigna’ preconizava medidas detalhadas e concretas de desenvolvimento econômico e social.

dependia dessa instituição. Os militares eram uma força social organizada nacionalmente e com acesso direto ao aparelho do Estado, controlando os meios de coerção legal. Poderiam, portanto, garantir a ordem pública (tranquilidade social e disciplina militar) e a ordem política (manutenção do regime, do sistema, pelo combate à subversão), indispensáveis para a implementação de qualquer plano de desenvolvimento. Tais considerações demonstram que as Forças Armadas, especificamente o Exército, representavam a estabilidade do Governo JK, uma vez que manteriam a ordem interna e a disciplina militar, assegurando a implementação da política desenvolvimentista.

Mas, com a OPA, como já vimos, o conceito de segurança foi ampliado e a questão da luta contra o subdesenvolvimento não se limitava mais só ao Brasil, mas implicava na segurança da América Latina, do continente, do Ocidente. Esse contexto acarretaria ligação política com os Estados Unidos para um programa de defesa do hemisfério e também de cooperação econômica. O resultado foi uma aparente divisão nas Forças Armadas entre “entreguistas” e “nacionalistas”.

De acordo com Benevides (1979, p. 172-174), os “nacionalistas” (com maior presença no Exército) denominavam de “entreguistas” os militares que aderiam com mais facilidade à entrada do capital estrangeiro. Os nacionalistas também não permitiam que alguns interesses se tornassem negociáveis, como, por exemplo, a Petrobrás e a presença de oficiais brasileiros em bases ocupadas pelos americanos em território nacional⁴⁸. Mas o nacionalismo mais exaltado em relação aos EUA acabava sendo “contido” pelo governo, pois, como os demais militares, os integrantes desse grupo também possuíam interesses relativos à cooperação técnica e financeira para maior produção de matérias-primas e equipamentos estratégicos, devendo o Brasil isentar de impostos os bens de importação e exportação ligados à “defesa comum” dos dois países.

Em 17 de junho de 1958, logo que a idéia da OPA foi lançada, JK expôs às Forças Armadas a sua iniciativa.

⁴⁸ Segundo Benevides (1979, p. 174), JK consentiu, durante o seu Governo, que americanos ocupassem a Ilha de Fernando de Noronha como base para rastreamento de foguetes (sob a alegação de ‘defesa do hemisfério contra a subversão comunista’). Os militares exigiram – e conseguiram – a permanência de oficiais brasileiros em todos os setores da base.

Encontra-se o Brasil empenhado, como todos o sabeis, em uma ação internacional, que reputo da maior relevância e à qual tenho dedicado o maior de meus esforços. Os primeiros resultados dessa cruzada constituem prenúncios encorajadores e não há como negar que conseguimos colocar na ordem do dia dos mesmos problemas internacionais o debate sobre a revisão da política continental nos quadros de uma Operação Pan-Americana. (JK - Discurso, 17 junho 1958, p. 110)⁴⁹.

Ao se dirigir às Forças Armadas, sabe-se que JK lida com um Aparelho que tem por objetivo primeiro a repressão, mas que também é ideológico e, ao modo de Althusser (1983, p. 70-75), reproduz a ideologia “recrutando” sujeitos, levando-os a receber como evidente o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem. As Forças Armadas constituem o *cimento da unidade nacional* e o seu esforço, nas próprias palavras de JK:

[...] Dirige-se, também, aos estudos dos nossos grandes problemas e à valorização do homem brasileiro, mercê de uma ação formadora e educativa que se difunde proveitosamente por todo o nosso território. Eis por que me parece oportuno dar-vos conhecimento pleno da obra continental que estamos encetando, no sentido de fazer confluírem as energias da América para uma revitalização do pan-americanismo, em face das exigências da presente conjuntura mundial (p. 110).

A necessidade do presidente em tornar conhecida, para as Forças Armadas, a obra continental (OPA) que estava *encetando* indicava a preocupação que ele tinha em dar continuidade ao comprometimento dos militares com o desenvolvimento econômico. Indica, portanto, que, devido à importância da Instituição, era necessário fazer convergir os interesses do governo e dos militares, pois, mesmo que as providências em relação à OPA estivessem sendo tomadas de forma adequada, ficaria melhor com o apoio e com as sugestões das Forças Armadas, que podiam auxiliar a preparar melhor o terreno para o alcance do objetivo comum.

Aqui, vemos a habilidade política do presidente para jogar com o aparelho estatal como um todo. No tocante às Forças Armadas, mesmo com o Marechal Lott à frente, não permitindo a indisciplina militar, o perigo dos militares ocuparem o poder civil ainda era iminente. JK governou porque os cooptou para os cargos executivos na administração pública e para os setores mais importantes da economia nacional, ou seja, segundo Benevides (1979, p. 149), o mecanismo de cooptação se deu em termos de tutela militar moderada, mas

⁴⁹ Todas as citações contidas neste subitem fazem parte do discurso “Exposição do Presidente da República às Forças Armadas” de 17 junho 1958, p. 110-119.

consentida, no qual ficava explícito o papel supra político das Forças Armadas através da crescente participação dos militares no poder, não apenas um “poder moderador” ou de “árbitro”, mas poder efetivo: são os “generais políticos”, são os “generais executivos”.

Para Huntington (1975, p. 206-208), nas sociedades subdesenvolvidas a intervenção dos militares na política não ocorre apenas pela preocupação com soldos e promoções, mas porque os militares interessam-se pela distribuição de poder e *status* dentro do sistema político. Na essência, as causas da intervenção dos militares na política em países subdesenvolvidos, não são militares, mas políticas, e refletem não as características sociais e organizacionais das forças militares e, sim, a estrutura política e institucional da sociedade. As causas são as mesmas que fazem com que outros grupos sociais, como coronéis, líderes religiosos, estudantes, cafeicultores, etc. envolvam-se na política, isto é, a ausência ou fragilidade de instituições políticas efetivas da sociedade. Essa ausência significa que o poder é fragmentado, manifestando-se de muitas formas e em pequenas quantidades. A autoridade sobre o sistema em seu todo é transitória e a fraqueza das instituições políticas significa que a autoridade e o cargo são perdidos com a mesma facilidade com que foram adquiridos.

No Brasil, a intervenção militar na vida política foi constante até a década de 1980. Embora o comportamento militar, em termos de um “tipo ideal”, fosse marcado pelo respeito jurídico-formal à hierarquia, à legalidade e por um certo conservadorismo, comuns à maioria dos oficiais, o “legalismo militar” não parecia ser uma constante, pois não se pode falar em “defesa da legalidade” em relação ao golpe de estado preparado por Vargas e apoiado pelos Generais Góis Monteiro e Gaspar Dutra, em 1937. Em 1955, ano da posse de JK, podemos falar de um legalismo formal, no plano da retórica, pois, afinal, o Marechal Lott encarna a ilegalidade de meios para manter a legalidade de fins⁵⁰ (BENEVIDES, 1979, p. 152).

No caso de JK, os militares poderiam ter vetado a sua posse. Isso não ocorreu porque não tiveram líderes naturais, uma vez que Juarez Távora desinteressou-se de assumir qualquer liderança por ter sido candidato vencido. Para que os grupos conspiradores tivessem êxito seria necessário encontrar um líder ao mesmo tempo respeitado pelos majores

⁵⁰ De acordo com Oliveiros Ferreira (apud BENEVIDES, 1979, p. 153), a Constituição de 1946 é a Constituição da ilusão liberal, pois o seu conteúdo expressa que as Forças Armadas devem estar sujeitas à autoridade do Presidente da República dentro dos limites da lei. A ilegalidade de meios encarnada pelo Marechal Lott nos leva ao 11 de novembro de 1955, data do contra-golpe que permitiu a posse de JK e Goulart. Carlos Luz, que substituíra no período o presidente Café Filho, possuía estreitas ligações com a UDN e com os setores militares descontentes com a aliança PSD-PTB. Juntos prepararam um golpe para não permitir a posse de Juscelino e Goulart. Lott posicionou-se contra e contradizendo a Constituição de 1946, passou a chefiar o movimento de 11 de novembro. Este saiu vitorioso e Carlos Luz foi impedido pela câmara dos deputados de exercer a presidência (LAMARÃO, s/d, p. 01).

e capitães e com prestígio suficiente para conciliar os oficiais generais. Não havendo liderança, nas Forças Armadas predominou o princípio da chefia, e o chefe era o Ministro da Guerra (Marechal Lott), que persistia no “mito do legalismo”, devidamente incentivado pelas forças sociais situacionistas (inclusive pelo Partido Comunista). Daí a importância em fazer convergir os interesses entre governo e militares no período.

E quanto à OPA, mesmo reconhecendo a importância dos investimentos estrangeiros para o desenvolvimento, havia para as Forças Armadas a questão da soberania. A fala de JK em relação à soberania produziu efeitos ideológicos interessantes, demonstrando como a forma de dizer direciona os sentidos. Ele enunciou que o Brasil tinha de estar em condições de falar de igual para igual, sem nenhuma subserviência, sem nenhum receio, sem nenhum sentimento de inferioridade em relação à superpotência. Assim, o discurso de JK às Forças Armadas não trata de dependência, mas sim de interdependência. É interessante observar que o termo *soberania* no discurso para as Forças Armadas, cuja conotação relacionava-se à defesa nacional, podia ser explorado. Já nas falas dirigidas aos possíveis investidores, a probabilidade de aparecer o termo era muito menor, uma vez que este funcionava mais positivamente quanto menos estivesse presente. O enunciado abaixo demonstra como JK dirigia-se às Forças Armadas quando o assunto era soberania.

Nossa união no plano espiritual e político é reforçada pelos laços de natureza econômica. Temos, nos Estados Unidos, o nosso maior cliente, o escoadouro natural para a boa parte de nossa exportação, o grande mercado para os nossos produtos básicos. O vínculo não é de subordinação, mas de interdependência. Oscilações acentuadas na procura ou nos preços dos nossos principais produtos no mercado norte-americano tem reflexo imediato e desastroso sobre a economia brasileira. Os Estados Unidos, por seu lado, não podem prescindir daqueles produtos, como o demonstrou a experiência do último conflito mundial, quando se tornou necessário um planejamento de emergência para assegurar aos nossos aliados o prosseguimento e intensificação das exportações brasileiras (p. 116).

A concepção de dependência existente na teoria de Cardoso & Faletto (1970, p. 142) não é compatível com a ideia de JK quanto à possibilidade de um vínculo sem subordinação. Mas os autores destacam que é possível substituir a noção de dependência pela de interdependência, porém, consideram que a inserção subordinada da sociedade nacional no sistema capitalista internacional já é razoável para o desenvolvimento brasileiro; que as relações entre o interno e o externo são relações de interdependência, pois, nessa fase do capitalismo os países centrais não mais se opõem, como antes, à industrialização e ao

crescimento dos países dependentes. E mais, a superação ou manutenção das “barreiras estruturais” ao desenvolvimento e à dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, da ação coletiva motivada por vontades políticas que tornem factível o que estruturalmente é apenas possível.

Portanto, definir aquilo que pode e deve ser dito é uma estratégia do jogo político. As palavras, expressões, proposições recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas; as proibições não funcionam como elementos a serem afastados, mas sim formando o discurso para que ele possa funcionar otimamente. E mais, a escolha de um tema não provém apenas de uma visão de um sujeito, assim como os conceitos não provêm necessariamente de idéias inerentes somente ao sujeito, e sim dos elementos que uma dada formação discursiva provoca.

A preocupação de JK no discurso não era somente persuadir os militares quanto ao anticomunismo mas sim produzir efeitos de sentidos que persuadissem as Forças Armadas sobre a necessidade de *não se limitar aos objetivos próprios de defesa do país* (p. 110). E, nesse discurso em que a segurança é enfatizada, JK fala em algo que toca fundo os militares, o perigo de *enfraquecimento dos organismos nacionais*.

[...] Nas comunidades modernas, o isolamento cedeu lugar a intercâmbios intensos e multiformes com o mundo exterior, tornando-se permeáveis as barreiras entre os povos. Se isso veio multiplicar as possibilidades de compreensão entre os homens, trouxe igualmente um processo de nivelamento psicológico das coletividades diversas, uma tendência à criação de um denominador comum das aspirações sociais. Na era da técnica, a preocupação com o bem-estar social, a procura de formas de organização menos imperfeitas, o desejo de igualdade aos mais favorecidos, são constantes que aparecem em cada povo. Daí a facilidade da introdução de ideologias e da sua utilização com propósitos bem definidos de enfraquecimento dos organismos nacionais. Aprendemos na última guerra mundial que, graças a tais processos de infiltração, pode um país estar vencido antes de iniciar sua luta. Não preciso insistir convosco neste ponto, versados que sois na conceituação ampla da segurança nacional (p. 111, 112).

Para a AD, no político o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição. Aí se ligam as noções do *político*, do *histórico* e do *ideológico*, explicitando que, ao significar, o sujeito se significa, e que o gesto de interpretação, perceptível ou não para o sujeito e/ou para os seus interlocutores, determina a direção dos sentidos.

JK, como sujeito-do-discurso, antecipa-se aos seus interlocutores quanto aos sentidos produzidos por suas palavras no que se refere ao perigo que o continente corre e afirma que [...] *A unidade de ação política, em conjugação com o mais cuidadoso preparo da defesa militar, constituem fatores imprescindíveis, mas não bastam para eliminar o perigo* (p. 111), produzindo sentidos que deixam transparecer que o desenvolvimento não é somente assunto da esfera político/econômica, mas um problema de segurança.

Segundo Pêcheux (1995, p. 161), palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas nas quais essas posições inscrevem-se, ou seja, a posição que o sujeito ocupa na hierarquia sóciopolítica dá força e legitimidade a sua fala. Assim, ao expressar as exigências da presente conjuntura mundial, JK utiliza-se de um discurso polissêmico, do qual fazem parte tanto os problemas internos como os externos. O sujeito, que no caso é o presidente do país, ocupa o mais alto grau da hierarquia institucional e traduz as relações de poder, provocando efeitos de sentidos convincentes quanto às suas concepções sobre o desenvolvimento e a segurança.

Enunciações como *neste conturbado após-guerra, encontra-se o mundo sob o signo do gigantesco conflito ideológico, político e econômico* (p. 110); *somos talvez uma das poucas áreas do mundo em que se pode organizar uma resistência ativa à desordem que está procurando envolver a humanidade* (p. 117), de acordo com Cardoso (1978, p. 259), envolvem o modo de vida e as crenças cristãs e, nesse sentido, as ideologias opostas são uma ofensa a todos esses elementos. Portanto, se a fundamentação do esforço para o desenvolvimento é a segurança, cabe às Forças Armadas, como uma instituição do aparelho estatal, defender não somente a pátria, mas todo o Ocidente dessas ofensas.

No Brasil, os diplomatas, os técnicos e os estudiosos já se dedicam ao grande problema, em todos os seus aspectos, para que possamos, em tempo oportuno, exprimir pontos-de-vista e apresentar sugestões. No desenvolvimento dos temas ligados à Operação Pan-Americana, como em todos os assuntos que interessem à segurança nacional, dispendo da valiosa contribuição das Forças Armadas, através de seus órgãos especializados (p. 115, 116).

A *ameaça comunista*, a possibilidade de infiltração de *ideologias extremistas* são mecanismos usados por JK para chamar a atenção dos EUA e dos dirigentes da América Latina, inclusive das Forças Armadas brasileiras (instituição predominantemente anticomunista), para a questão do subdesenvolvimento. Assim, através desses efeitos de

sentidos, no Governo JK, o desenvolvimento passa a ser encarado como condição necessária para a segurança.

[...] Nações economicamente poderosas e subdesenvolvidas convivem no globo. Trata-se de um fenômeno que decorre de causas múltiplas e complexas, que demandam análise cuidadosa. Quero apenas deixar assinalado um aspecto dos mais importantes e que muito deve preocupar-nos: para os países do Ocidente, a solução do problema do subdesenvolvimento interessa vitalmente à segurança coletiva (p. 112). É preciso que nos compenetremos da idéia de que a luta contra o subdesenvolvimento na América Latina importa em promover a segurança do continente e, nessas condições, deve inserir-se no programa estratégico da defesa ocidental. Algo de concreto e positivo deve ser feito para minorar os sofrimentos de milhões de homens, para elevar o nível de vida de nossas populações e facultar ao maior número o acesso a uma existência material condigna, sem a qual ninguém encontrará alento para dedicar-se de corpo e alma às grandes causas morais e espirituais. O necessitado e o abandonado não podem resignar-se à injustiça de sua sorte, nem ligar-se fraternalmente ao que vive na fartura. As excessivas desigualdades econômicas são geradoras de ressentimento e inquietação. Incontentadas, as massas procuram explicação para seus males em raciocínios simplistas e tornam-se receptivas às propagandas ilusórias. A existência do subdesenvolvimento equivale à 'própria presença do adversário em nossa casa'. Não podemos por mais tempo permitir que se instale esse inimigo, sob pena de conseqüências irremediáveis (p. 115).

Considerando as condições de produção do discurso de JK, já não se pode deixar de constatar que elas implicam no que é material (a língua sujeita ao equívoco e à historicidade), no que é institucional e no mecanismo imaginário⁵¹. O discurso às Forças Armadas significou a busca de manutenção do apoio dessa instituição que foi cortejada por JK desde o início de sua gestão. A linguagem utilizada por ele quando se dirigia aos militares era sempre uma linguagem nacionalista e anticomunista, com a qual a maioria dos oficiais tendia a concordar. Para tranquilizá-los, enfatizava que o Brasil e os EUA eram *amigos leais*, que o interesse entre os dois países era *mútuo* e que, quando houvesse desacordo, deveríamos *apresentar as razões do desacordo; ou do aplauso à conduta norte-americana na causa que é igualmente nossa* (p. 116).

⁵¹ Para a AD, existe uma relação necessária e sempre presente entre o real e o imaginário e é por essa articulação que o discurso funciona. Portanto, sujeito e autor, discurso e texto devem ser distinguidos ao se fazer uma análise. Como o lugar da unidade é o texto, o sujeito se constitui como autor ao constituir o texto em sua unidade, com sua coerência e completude. A unidade está na instância do imaginário enquanto o que se tem de real no discurso é a dispersão, a incompletude, o equívoco. Assim, um discurso pode ser afetado por distintas formações discursivas, diferentes posições do sujeito, mas como ele é sempre regido pela força do imaginário da unidade, se estabelece uma relação de dominância de uma formação discursiva com as outras na sua constituição. É esse efeito discursivo regido pelo imaginário que dá uma direção ideológica ao discurso.

Enfim, o caráter ideológico que carregava o discurso de JK alterou o legalismo militar por influências externas em face dos rumos socializantes da revolução cubana, mas também pela efervescência da política interna. O que antes significava um legalismo constitucional militar, de respeito à Constituição e subordinação à lei, tornou-se um legalismo condicionado a uma postura basicamente anticomunista e que considerava subversiva toda e qualquer manifestação social. Foi nesse contexto que o termo *subversivo* passou a ser utilizado para designar qualquer manifestação, fosse aquela que se opunha de fato ao regime estabelecido, fosse aquela que não era contrária ao sistema como tal, mas contrária à adoção de políticas que não se adequavam aos interesses do grupo, como foi o caso dos integrantes da “Marcha da Produção”. Nesse sentido, toda ação que pudesse ameaçar o programa de desenvolvimento tinha de ser reprimida, uma vez que a desordem era contrária não somente ao governo, mas também à Nação como um todo, já que os benefícios do desenvolvimentismo não atingiriam apenas setores, grupos ou classes e sim toda a Nação.

Pensando que a ideologia desenvolvimentista transmitia para todos, fosse para os militares, civis ou políticos, a certeza de que o governo estava, mesmo à custa de sacrifícios, construindo um futuro melhor, podemos compreender a importância do papel da ideologia, ou melhor, podemos compreender que os sentidos são sempre determinados ideologicamente, tudo que é dito tem um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos, e isso não está na essência das palavras, mas na discursividade, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.

CAPÍTULO IV

5 O ACONTECIMENTO POLÍTICO. A “MARCHA DA PRODUÇÃO”: RESISTÊNCIA E RESIGNAÇÃO

A estabilidade alcançada no Governo JK transformou-se em tema de alguns trabalhos de reconhecido valor acadêmico⁵². Como fruto de uma conjuntura especial – na qual o Congresso, ou seja, a maioria representada na aliança PSD/PTB, garantia o apoio ao governo, e as Forças Armadas, especificamente o Exército, garantiam o apoio ao governo através da manutenção da ordem interna – a estabilidade alcançada no período obteve saldos positivos, pois as soluções encontradas, tanto no nível do Executivo como no nível da política partidária e da ação militar – foram as mais viáveis dentro da conjuntura e das forças políticas em confronto.

Porém, o grau de estabilidade alcançado no período deve-se mais à primeira metade do Governo JK, na qual a ideologia desenvolvimentista havia alocado recursos e valores tanto no plano interno como no externo, conseguindo, dessa forma, amenizar as tensões sociais e políticas. Assim, as crises que ocorreram até 1958 não chegaram a prejudicar a política de desenvolvimento acelerado, que obteve sucesso e proporcionou o que ficou denominado de “milagre” desenvolvimentista.

Mas, a partir de 1958, o primeiro impulso de industrialização do Governo JK começou a se desacelerar e as crises se acirraram devido ao aumento da inflação e do endividamento externo, agravados de forma preocupante por causa da queda das receitas das exportações brasileiras, comprometendo a concretização do Programa de Metas.

Embora o presidente insistisse no discurso desenvolvimentista e justificasse a crise como própria do crescimento, o mal-estar era crescente e a situação do projeto de desenvolvimento era precária (VIZENTINI, 2004, p. 100). Externamente, o capital estrangeiro só continuaria a entrar no país sob a condição de que se desenvolvesse uma política de austeridade fiscal, o que inviabilizaria a conclusão do Programa. Internamente, o governo enfrentava as pressões e críticas dos interesses contrários ao capital estrangeiro bem como dos sindicatos trabalhistas e era alvo dos redobrados ataques da UDN.

⁵² Como já vimos, Maria Victoria Benevides (1974) e Celso Lafer (2002) formulam a tese do grau de estabilidade alcançado no Governo JK. Para ambos, a estabilidade alcançada foi relativa. A crise econômica do final do mandato agravou as chances de instabilidade futura, pois, se a administração paralela, o recurso à inflação e ao capital estrangeiro foram as alternativas mais viáveis dentro do sistema político vigente, consolidando o desenvolvimento industrial, garantindo a estabilidade política, esses mesmos recursos esgotaram sua eficácia no final do Governo JK.

E ainda havia as pressões relacionadas ao café, que preocupavam demasiadamente o governo. Internamente os cafeicultores pressionavam pela estabilidade de preços no mercado mundial, contra o “confisco cambial”; externamente os EUA declaravam inútil qualquer auxílio ao café se o governo continuasse a financiar as safras acima das possibilidades (VIZENTINI, 2004, p. 99).

Na verdade, os problemas relacionados ao café já vinham ocorrendo antes de JK assumir a presidência da República. Porém, no seu governo, novas medidas que favoreciam somente ao desenvolvimento industrial foram adotadas⁵³ e a tensão entre a classe produtora e o governo foi se intensificando. A política econômica cafeeira foi fixada tendo em vista a necessidade de aumentar as receitas cambiais e a conveniência de minimizar o débito monetário interno resultante das operações do governo no setor cafeeiro. É por essa razão que dela participaram não apenas o Instituto Brasileiro do Café (IBC), mas, com predominância, o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil e a SUMOC (LAFER, 2002, p. 96).

Tais medidas demonstravam a incompatibilidade entre o projeto de desenvolvimento de JK e o projeto de desenvolvimento dos cafeicultores. JK, aderindo ao modelo de desenvolvimento ocidental, vinculava o progresso à industrialização e à urbanização. A cafeicultura, até então a principal atividade econômica do país, era, na sua concepção, fundamental para a concretização do projeto, uma vez que era o único setor capaz de obter divisas para a expansão industrial.

Para os cafeicultores norte-paranaenses o discurso do progresso possuía outro sentido, pois era vinculado ao discurso iniciado na década 1930, produzido pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)⁵⁴, empresa colonizadora de Londrina e região. Na sua ação colonizadora, a CTNP definiu a cafeicultura como a principal atividade

⁵³ De acordo com Benevides (1979, p. 202), a política de valorização ao café (os estoques invendáveis eram financiados pelo Governo) não foi eficiente (as “Marchas da Produção” organizadas pelos cafeicultores são exemplos de descontentamento da “classe”). Na verdade, o problema da exportação permaneceu praticamente o mesmo (“confisco cambial”), do fim da II Guerra Mundial até 1964. O que mudou radicalmente no período foi o comportamento das importações, favorecidas pela Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) assinada em 17/01/1955, que, segundo Lafer (2002, p.105), alcançou seu ponto ótimo de eficácia no Governo JK, pois favorecia a entrada em massa de capitais externos, sob forma de bens de equipamento, ao permitir licenças de importação sem cobertura cambial e pela Lei de Tarifas (Lei nº 3.244, de 14/09/1957). Tal lei criou o Conselho de Política Aduaneira, dando-lhe poderes para aplicar tarifas de flexibilidade, ou seja, o conselho podia reduzir para 50% os impostos aplicados sobre a maquinaria importada, se não existisse material equivalente no Brasil, como forma de encorajar as importações para o desenvolvimento da industrialização.

⁵⁴ A CTNP tratava-se de um empreendimento imobiliário que associava capitais ingleses e capitais nacionais (paulista e mineiro) que estabeleceu um *compliance* político com o Governo do Estado do Paraná, tornando-se responsável pela ocupação de mais de 500.000 alqueires de terras na região. Os colonos eram atraídos pela propaganda realizada pela Companhia no país e no exterior e os resultados obtidos pelo processo de ocupação (em 1959 foram produzidas na região 20 milhões e 600 mil sacas de café) firmaram Londrina, na época com 130 mil habitantes, como o principal núcleo urbano da região (CESÁRIO, 2005, p. 1).

econômica de uma frente de expansão capitalista, um tipo de ocupação racional com ações planejadas para o campo e para a criação de cidades (CESÁRIO, 2005, p. 1).

Mesmo antes do esgotamento do crescimento, em 1956, com o descontentamento dos cafeicultores em relação ao “confisco cambial”, a “Marcha da Produção” já se renunciava. Apesar de o movimento ter sido organizado em torno da Associação Rural de Marília-SP, os cafeicultores do norte do Paraná também participaram. O dia 21 de setembro de 1956 foi a primeira data marcada para uma marcha até o Palácio do Catete no Rio de Janeiro, numa caravana de carros e caminhões. No entanto, a data foi adiada para maio de 1957 e a “Marcha” só não ocorreu porque, pela pronta intervenção do Exército, o governo susteve o movimento (BENEVIDES, 1979, p. 169).

Em 1958, além da clara opção pelo desenvolvimento industrial, a superprodução brasileira e as divergências entre os produtores africanos e latino-americanos fizeram fracassar as tentativas de sustentação dos preços do café por parte do governo brasileiro.

Dessa forma, no primeiro semestre de 1958, em Londrina, os cafeicultores iniciaram um trabalho de mobilização – convocações, encontros preparatórios, organização – com o intuito de retomar o movimento iniciado em 1956, porém, nesse momento, os líderes do movimento eram os cafeicultores do norte do Paraná⁵⁵. Álvaro Godoy, um grande proprietário de terras, residente em Londrina, presidente da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP), que já havia defendido publicamente em 1956/1957 a necessidade da participação dos cafeicultores do norte do Paraná na “Marcha da Produção”, deu voz ao movimento.

Foram vários os discursos que prefiguraram a “Marcha da Produção” marcada para o dia 18 de outubro. A veiculação desses discursos ficava por conta do jornal Folha de Londrina, que se posicionava a favor dos cafeicultores, dando ampla cobertura ao acontecimento. As “palestras” de Godoy, proferidas na Rádio Londrina, eram transcritas em sua íntegra pelo jornal. Notícias sobre o acontecimento eram sistematicamente publicadas, dando forma e figura ao acontecimento, constituindo sujeitos produtores de falas e textos inscritos numa formação discursiva sobre a política cafeeira, da qual participavam não apenas a ALNP e a Associação Paranaense de Cafeicultores (APAC), mas também o governo, O

⁵⁵ Um período de aumento de preços que vai até 1954 estimulou o plantio de café em alta escala. O norte novo de Londrina constituiu-se entre 1950 e 1960 praticamente em uma floresta de cafezais, que foi se estendendo para o noroeste, até atingir uma fase de superprodução no final dos anos 1950 (CANCIAN, apud. BOLOGNESI, 2005, p. 97).

Instituto Brasileiro do Café (IBC) e a sua Junta Administrativa, órgão técnico-burocrático no qual os interesses locais e regionais⁵⁶ faziam-se representar e lugar de afirmação de alguns líderes paranaenses, como Nelson Maculan⁵⁷ (CESÁRIO, 2005, p.3).

O vínculo partidário dos líderes da associação dos cafeicultores (Álvaro Godoy e Hugo Cabral) com a UDN indicava, de acordo com Cesário (2005, p. 5), que se manifestou em Londrina a conhecida clivagem da política brasileira existente naquele momento entre “os de dentro e os de fora”, ou seja, a aliança de apoio a JK, formada pelo PSD e o PTB e a oposição da UDN. Por ser a UDN um partido fortemente organizado no município e por ser a cafeicultura o núcleo duro da economia nacional até aquele momento, o movimento tomou proporções de um acontecimento político de repercussão nacional, revelando uma força política até então inimaginável, criando instabilidade num momento em que o governo necessitava de credibilidade para dar continuidade ao plano de desenvolvimento.

Assim, inseridos em duas formações discursivas – a da política cafeeira/associação de classe e a da política partidária – os integrantes da “Marcha”, representados por Godoy, possuíam um discurso fortemente marcado por uma formação ideológica burguesa do tipo liberal capitalista, através do qual os cafeicultores e os que lhes davam apoio insurgiam-se contra o Estado intervencionista, clamando por liberdade de iniciativa econômica e, ao mesmo tempo, reivindicando protecionismo.

Os textos produzidos por Godoy expressavam a indignação dos exportadores (que se autodenominavam “lavradores”) com a política econômica cafeeira adotada pelo governo. Em 23 de agosto, Godoy enunciou em uma de suas palestras que: *A política oficial do café se resume em: “confisco cambial’ na exportação e ditadura dos preços na competição internacional.* E convocou os “lavradores” a lutarem por uma causa justa, pois as medidas a serem pleiteadas trariam *paz e progresso nos meios rurais com reflexos imediatos nos centros urbanos* (GODOY - Folha de Londrina., 23 agosto 1958, p. 4). Tais medidas, segundo Godoy, eram:

⁵⁶ Maringá, Nova Esperança, Assaí, Jacarezinho e outros centros produtores de café empenharam-se na coordenação da “Marcha”. Liderado por Renato Celidônio, o movimento em Maringá, também apoiado por várias instituições, era apresentado como o *impressionante movimento da lavoura* (BOLOGNESI, 2004, p. 217).

⁵⁷ Nelson Maculan era o presidente da Associação Rural de Londrina, alguém que, na preferência dos londrinenses, representaria a região na Junta Administrativa do IBC. Na década de 1960, ele se tornou Senador da República pelo Paraná, em decorrência da morte de Abilon de Souza Naves de quem era suplente (CESÁRIO, 2005, p. 4).

- 1º - Extinção do ‘confisco cambial’, extinção do IBC e extinção da Comissão Executiva de Assistência à cafeicultura;
- 2º - Defesa, compra e armazenamento de café no interior, como fiscalização, garantia de preço mínimo e assistência financeira do Banco do Brasil;
- 3º - Execução efetiva, pela Comissão de Financiamento da Produção, do preço mínimo dos cereais;
- 4º - Financiamento imediato do Serviço de Assistência ao Trabalhador Rural.

Mas JK não revelava disposição de focalizar o café como produto principal de sua política econômica. Para ele o café significava exportação e fazia parte de uma busca de novos mercados no bojo de uma política de diversificação da exportação.

Com referência à política de comércio exterior, cumpre destacar que os incentivos às exportações e o combate ao aviltamento das cotações no mercado internacional produziram salutaros efeitos. A despeito de notórios fatores conjunturais que prejudicava o escoamento normal dos nossos três principais produtos – café, algodão e cacau – foi diminuto o declínio na receita de câmbio, em parte por terem adquirido maior relêvo outras mercadorias, principalmente os minérios de manganês e de ferro, o pinho e o açúcar. Com o reforço da oferta de divisas nos leilões cambiais, mediante a utilização de saldos acumulados no exterior, promoveu-se maior afluxo de bens ao mercado interno (JK -Mensagem ao Congresso Nacional, 1958, p. 14).

Portanto, na concepção de JK, o que traria “paz e progresso” à Nação seria a diversificação de uma pauta de exportação e o desenvolvimento industrial. Aumentando a receita da exportação, o país estaria aumentando a sua capacidade para importar, ou seja, com as modificações da pauta de importação, o país passaria a importar menos bens de consumo e mais bens de capital – visando primordialmente equipar a indústria e permitir sua expansão (CARDOSO, 1978, p. 212).

A política do café, segundo Lafer, (2002, p. 95), ficava sob a responsabilidade do IBC, órgão do Ministério da Indústria e Comércio, que a propunha ao Conselho Monetário Nacional. Este deliberava sobre ela ao aprovar o plano financeiro da

safra cafeeira (Plano de Safra)⁵⁸.

Os cafeicultores, inclusive os do norte do Paraná, diante dessa conjuntura, viram a sua hegemonia ameaçada e se ressentiram mais ainda pelo fato da indústria estar crescendo, em grande medida, devido aos resultados da exportação. Assim, como JK alocava valores sustentando em seus discursos que a causa do desenvolvimento industrial era uma causa de toda a Nação, Godoy deu à causa dos cafeicultores o mesmo sentido, na intenção de ser convincente e chamar para participar da “Marcha” o maior número de pessoas possível:

Creio que ainda há alguma dúvida sobre a veracidade da espoliação que representa o “confisco cambial”, contra o qual me bato há muito tempo, essa dúvida se diluirá como neve ao sol. Evidentemente, meus amigos, para conseguir justiça, temos que lutar, e a luta tem sido árdua. Não será levando flores ao Presidente da República e ao ministro da Fazenda que conseguiremos frear o roubo, absolutamente não. Estamos dispostos a ir aos limites da luta pela nossa sobrevivência, e espero que meus colegas não se acovardem e respondam PRESENTE, no momento decisivo. Não há motivos para receio, iremos ao Rio exigir o que nos pertence de fato e de direito. Não é possível deixar que nos destruam sem um gesto de defesa. Levaremos como arma o direito inegável, e nada temos a temer, porque a nossa causa é a causa de toda a nação (GODOY - Folha de Londrina, 23 agosto 1958, p. 3, 4).

A discursividade revelada no conjunto de “palestras” proferidas por Godoy expressava duas formações discursivas que se opunham ao governo. A primeira continha elementos que davam ênfase à racionalidade, à competência técnica e administrativa, isto é, explicitavam o entendimento que Godoy possuía em relação a tudo que se referia ao café, desde a preparação da terra, o combate à geada até a melhor forma de armazenamento. Em um de seus pronunciamentos ele manifestou esse conhecimento ao fazer uma crítica ao Sr. Petrelli, diretor do IBC responsável pelo armazenamento do café em Paranaguá:

Não acredito no banquete que em Paranaguá ofereceram ao sr. Petrelli. Naturalmente foi por não ter o referido cidadão determinado medidas para o armazenamento de café na zona produtora à espera de liberação, onde são feitos joguetes nas mãos dos compradores e exportadores. Sr. Presidente, café em Paranaguá é como diz o sertanejo ‘galinha na mangueira’: vende-se às pressas ou perde-se.

⁵⁸ O Plano de Safra, de acordo com Lafer (2002, p. 95), constituía a principal peça da política cafeeira, envolvendo decisões sobre a venda de café pelo IBC no exterior, a compra de estoques, os redescontos e os créditos a essas operações, pois o Plano fixava os preços de garantia, os valores dos financiamentos das safras para efeito de refinanciamento pelo Banco Central, os valores das taxas cambiais dos exportadores de café, os preços mínimos de registro básico para exportação por portos, os valores em dólares da quota de contribuição, os tipos de café objetos de garantia de preços, os ágios por tipo de bebida de café, além de outras normas para escoamento da safra. Nesse sentido, a decisão sobre o esquema financeiro da safra era uma decisão que abrangia e afetava o plantio de café, a receita de divisas, a renda da cafeicultura, a renda agrícola, a demanda de produtos industriais, o emprego rural, a oferta de moeda e os gastos do Governo.

Paranaguá pode servir para tudo, menos para armazenar café. Depois de 90 dias ali, perde suas propriedades devido a umidade. A homenagem pode ter sido também aos artifícios das fraudes nas eleições para a Junta Administrativa do IBC, que reúne elementos que jamais poderão representar a lavoura (alguns, creio, nem lavoura possuem). Sr. Presidente, é preciso moralizar seu Governo, para que possa chegar ao fim do mandato (GODOY - Folha de Londrina, 30 maio 1958, p. 3).

A segunda formação discursiva possuía um tom mais claramente político, matizado por duas tendências: a legalista, própria do udenismo – partido ao qual pertencia – e a autoritária e denunciata, que resvalava para a ironia cáustica. Nos enunciados relacionados a essa segunda formação discursiva, Godoy exprimia, através de ataques virulentos à política governamental, a indignação de um grupo que se sentia traído em virtude dos rumos que a política econômica do governo tomava, definindo-a como de *lesa-pátria* e *marmaleda*. E ainda complementava dizendo que os dirigentes da Nação formavam uma equipe de incapazes, que o desenvolvimento proposto por JK não poderia deixar de lado a agricultura, destacando que o norte do Paraná dera exemplo de desenvolvimento econômico ao resto do país. No discurso de 5 de setembro, ao convocar os “lavradores” para a “Marcha”, Godoy enunciou:

Não é possível o Brasil sobreviver, tendo em seus postos administrativos homens bisonhos no assunto, só porque são formados e dizem sim a todos os absurdos dos chefes, e por permanecerem na mesma facção política. No Brasil os homens estão deslocados. O Presidente da República, por amizade, entregou a Pasta da Fazenda ao sr. Alkimin, que antes fora um diretor de penitenciária. O resultado foi levar-nos a beira da bancarrota. O atual ministro⁵⁹ é engenheiro ferroviário, portanto, não é financista, não se improvisa, lá vão as finanças do Brasil aos tombos e solavancos. O diretor do Paraná no IBC é um médico; o resultado estamos sentindo. Soube pela imprensa que êsse esteve há dias em Londrina, auscultando os meios cafeeiros, daqui iria a Curitiba e Paranaguá. Creio que deva ter recebido manifestações e banquetes nessas cidades, pois como já disse, a incapacidade no Brasil é premiada. Essa incapacidade nota-se em quase todos os setores. Vejamos que, depois de quase findo o inverno, foi aberto o crédito de 10 milhões de cruzeiros para o combate à geada; se tivesse havido geada, iríamos, com os 10 milhões do sr. Juscelino, proteger os cadáveres da lavoura (GODOY - Folha de Londrina, 05 setembro 1958, p. 03).

⁵⁹ O atual ministro, citado por Godoy, era Lucas Lopes, sucessor de José Maria Alkimin no Ministério da Fazenda e autor do polêmico Plano de Estabilização Monetária (PEM). Assumiu o cargo em 24/06/1958, permanecendo neste até 28/07/1959.

Outro aspecto a ser acentuado é que os efeitos de sentidos produzidos nos discursos de Godoy, que manifestavam os interesses da sua fração de classe, apareciam como interesses dos “lavradores”⁶⁰, termo de uso comum na época para denominar quem trabalhava com a lavoura, mas que servia a Godoy para homogeneizar, sob um mesmo vocábulo, categorias diferentes como fazendeiros, colonos, parceiros, arrendatários, peões, etc., numa mesma categoria. O objetivo era fazer com que os interesses de uma fração de classe burguesa (produtores de café) aparecessem como sendo os interesses de todos aqueles que trabalhavam com a terra⁶¹.

Em 1958, Godoy conclamou os “lavradores” a uma greve de produção. Como representante da burguesia cafeeira, “esqueceu-se” de sua posição (um grande proprietário de terras inserido numa lógica capitalista com a qual não intencionava romper) e englobou a todos, assumindo uma posição autoritária de capitalista que decide pelos que “lavram” efetivamente a terra e produzindo efeitos ideológicos que levavam a crer que ele jamais houvesse se posicionado contra movimentos de trabalhadores do campo⁶².

Não devemos entregar; é preferível não colher o produto. Fazemos a greve da produção; não entreguemos nosso café, pois o lavrador não é responsável pela incapacidade dos dirigentes da política cafeeira. O Presidente da República deve demitir imediatamente esses homens, que se mostram incapazes de gerir as finanças do Brasil, medida que deve ser extensiva a todos os diretores do IBC, porque o que não errou por incapacidade errou por omissão (GODOY - Folha de Londrina, 09 maio 1958, p. 3).

Esses efeitos de sentidos eram produzidos para buscar o máximo de adesão possível, não só de seus pares mas de outros segmentos da sociedade. O objetivo era fazer com que os interesses dos cafeicultores se transformassem no interesse de todos, pois, assim, o movimento iria adquirir mais força e a probabilidade das reivindicações serem atendidas seriam maiores. O poder de persuasão de Godoy encontrava-se nas palavras. Com uma retórica afiada, um discurso polissêmico com apelos patrióticos que colocava os cafeicultores

⁶⁰ Em outros momentos Godoy utilizava o termo “classe” para homogeneizar, dando a entender que proprietários de terra e trabalhadores rurais possuíam as mesmas condições materiais de existência, vivenciavam as mesmas dificuldades, compartilhavam dos mesmos sentimentos e lutavam pelos mesmos direitos.

⁶¹ Althusser (1983, p. 70-75) considera que a ideologia nunca é homogênea, portanto, comporta sempre posição de classe. Os sentidos que as palavras adquirem estão condicionados às posições ocupadas por aqueles que as empregam e referem-se às formações ideológicas nas quais essas posições inscrevem-se. A posição do sujeito condiciona a desigualdade de suas relações, direcionando as “práticas ideológicas” aos interesses da classe aos quais ele serve.

⁶² Godoy posicionou-se contra a campanha de sindicalização do trabalhador rural ocorrida em 1956. Nessa ocasião, proferiu vários discursos e assinou um documento que acusava os comunistas de estarem envolvidos na campanha de sindicalização dos trabalhadores do campo. Tais discursos serão analisados mais à frente.

à frente de uma causa que seria de todos, Godoy conclamava toda a população para aderir ao movimento:

Neste momento em que periga a estabilidade de nossas instituições, a lavoura, tendo em frente um punhado de abnegados, se dispõe a ser a vanguardeira na luta em defesa do que nos lavaram os maiores. Em nome dessa mesma lavoura, faço um apelo ao comércio, à indústria, aos operários, aos homens de profissões liberais, e em cujos ombros repousa a esperança de um Brasil forte e respeitado, para que nos apoiem moralmente, na certeza de que nossa causa é justa. Finalizo convidando mais uma vez a todos para a nossa concentração de domingo próximo (GODOY - Folha de Londrina, 05 setembro 1958, p. 5).

Até o momento, encontramos nas “palestras” de Godoy uma discursividade, que, apesar de ser polissêmica, possuía um único objetivo: fazer crescer o movimento para resistir de forma efetiva ao governo. Os ataques virulentos contra a política cafeeira, os efeitos ideológicos em torno do termo “lavrador”, os apelos patrióticos, faziam parte da construção de um discurso que visava conservar a hegemonia de uma fração de classe. Classe esta que até então não havia vivenciado nenhuma política econômica que não protegesse o setor, ou melhor, não havia se defrontado com uma ideologia fortemente marcada por uma discursividade relacionada ao desenvolvimento industrial. Portanto, podemos ressaltar que o movimento não era apenas uma luta por medidas que os beneficiasse economicamente, mas que havia também uma grande resistência ao plano de desenvolvimento proposto por JK.

Esse era realmente o ponto central da divergência. Afinal, guardadas as devidas proporções, os outros sentidos produzidos nos discursos de Godoy convergiam com os produzidos por JK, ou seja, ambos se inseriam numa lógica capitalista liberal, ambos eram apoiados por Aparelhos Ideológicos do Estado (igreja, mídia), ambos produziam discursividades marcadas por propostas que acreditavam beneficiar toda a Nação e ambos defendiam a ordem política e social, fosse para mudar (como no caso de JK, que precisava de ordem para transformar o Brasil agrícola em um país industrial), fosse para conservar (como no caso de Godoy, cuja intenção era conservar a hegemonia de sua classe).

Assim, enunciados relacionados à ordem eram constantes nos discursos de JK e de Godoy. A ordem era sempre associada às suas propostas de política econômica, enquanto o seu oposto, a desordem, era associada às propostas de caráter comunista. Para JK *as excessivas desigualdades econômicas são geradoras de ressentimento e inquietação* (Discurso, 17 junho 1958, p. 115), portanto, na sua concepção, fazia-se necessário organizar resistência ativa à desordem, deter o adversário antes que fosse tarde. Para Godoy, os

comunistas também eram os causadores da desordem, pois pretendiam transformar a relação entre colonos e patrões que ele e os integrantes da “Marcha” pretendiam conservar: *Desejamos, Sr. Delegado, encarecer, junto a vossa senhoria, a necessidade de tomar imediatas medidas, autorizadas por lei, para que a propaganda comunista tenha um paradeiro e se ponha cobro a tão desabusados ao prestígio da autoridade pública e das leis em vigor no país* (GODOY e outros - Folha de Londrina, 19 maio 1956, p. 2)⁶³.

Como podemos observar, tanto para JK como para Godoy os sentidos produzidos em seus discursos relacionados à ordem nunca deixavam de fora a desordem, estando esta sempre associada ao comunismo. Entretanto, a forma como o comunismo era concebido por cada um, como os afetava ou como lhes servia de instrumento ideológico possuíam peculiaridades. A apreensão dos sentidos produzidos na discursividade anticomunista desses dois atores políticos faz-se, assim, relevante, pois, estamos diante de uma conjuntura na qual as relações de força regulam a argumentação, segundo o efeito que os sujeitos pensam produzir em seus ouvintes, nos levando a buscar a compreensão dos processos de produção dos sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições.

Quanto a JK, é preciso apreender que os comunistas, inicialmente, apoiaram o seu governo, mas que esse apoio ocorreu mais em termos da convergência dos objetivos. Divorciado das massas trabalhadoras, com insuficiente e inadequada organização de base, estéril política de cúpula, eleitoral e sindical, os comunistas defendiam o capitalismo do período como um sistema “progressista”, cabendo a eles ampararem e promoverem esse sistema, o que resultaria no desenvolvimento. Daí o apoio ao desenvolvimentismo de JK.

Desse modo, o Partido Comunista (PC) precisava compor-se com o PTB não apenas no momento eleitoral, mas principalmente quanto à política sindical, pois o PTB dominava 90% da massa sindical, estando apenas os 10% restantes sob controle direto do PC. Houve, assim, um entendimento fechado entre o PTB – mais especificamente entre o vice-presidente João Goulart – e o PC. Uma política sindical de “conciliação”, de “legalidade” foi posta em prática, na qual a luta sindical dos comunistas consistia em deslocar os conflitos econômicos do âmbito sindical e das empresas para o da política, pretendendo influir sobre o Congresso para a aprovação de leis no interesse trabalhista.

⁶³ Este documento trata-se de uma denúncia dos produtores de café contra a articulação comunista em Londrina. O documento assinado por Juvenal Peitarróia, Dr. Romário Fernandes da Silva, Arlindo Codato, Luís Marcantônio, Álvaro Godoy, Altalísio Raimundo e Carpopáfio Joly de Lima, entregue ao delegado de polícia, Dr. João da Rocha Chueiri, e publicado na Folha de Londrina, exigia providências quanto à atuação de integrantes do PC no processo de sindicalização dos trabalhadores rurais.

Porém, apesar dessa política sindical de “conciliação”, percebemos recorrentes sentidos nos discursos de JK que a contradizem. Logo após tomar posse, na primeira Mensagem ao Congresso Nacional (1956, p. 66), enunciou que: *a solução dos problemas nacionais terá de ser encontrada dentro de uma organização político-jurídica adequada à nossa índole cristã, bastante eficiente para não se deter ante as dificuldades inerentes ao nosso subdesenvolvimento econômico e financeiro*, defendendo, dessa forma, princípios que, na sua concepção, eram inerentes à nossa civilização, ou seja, os imperativos econômicos e as tradições políticas, religiosas e culturais faziam com que o Brasil mantivesse laços indestrutíveis com os demais países do Ocidente. Ele manteve esse discurso durante todo o seu governo. Ao lançar a idéia da OPA, JK tratou de evidenciar mais ainda que a ordem político-jurídica adequada para o país era a liberal baseada nas leis naturais, uma vez que defendia os *princípios de liberdade e respeito às prerrogativas da pessoa humana e do direito de escolha e conservação, por parte de cada povo, do estilo de vida que desejar ou que lhes for mais natural* (JK - Discurso, 17 junho 1958, p. 116).

O próprio desenvolvimentismo apresentava a oposição entre dois modelos. Um deles, o modelo ocidental, já estava constituído e assentava-se sobre bases que, no fundo, eram também as da nossa sociedade. Poderia tornar-se facilmente o modelo padrão para o desenvolvimento do Brasil. O outro, o socialista, ainda em processo, era visto com desconfiança pela maioria dos brasileiros, pois apresentava valores contrários aos mais arraigados na nossa civilização. Tínhamos, assim, a oposição entre um modelo de “irmãos” e um modelo de “inimigos”. O caminho já estaria apontado, isto é, se a sociedade brasileira identificava-se com os valores ocidentais, o que restava era abraçar a causa democrática, que não significava outra coisa senão aderir ao modelo capitalista. No discurso às Forças Armadas sobre a OPA, JK produziu efeitos ideológicos relevantes sobre essa questão.

Nossa posição é de expectativa serena mas temos de convir que estamos vivendo num mundo interdependente, como também temos princípios e sentimentos em jogo e na dependência da decisão de uma luta que infelizmente pode travar-se de forma violenta e que já se está processando sob a forma denominada de guerra fria. Estamos numa posição nítida, embora extremamente delicada. Somos um país de formação cristã, e queremos viver livres de tutelas, no regime que escolhemos, que é o da liberdade e da democracia. Somos, outrossim, um país americano e isto tem implicações em que é preciso pensar com atenção conscienciosa (JK - Discurso, 17 junho 1958, p. 118).

Essa identificação ideológica ainda se somava a um outro fator, de natureza geográfica. Através da OPA, JK tentou fortificar a idéia de que os brasileiros, antes de latinos, são americanos, formam uma comunidade e devem se portar como tal. Havendo união, a eficácia da defesa de qualquer dos Estados americanos ficaria garantida, especialmente contra as de caráter político-ideológico:

Ninguém se iluda: é possível empenharem-se numa mesma campanha, integrarem-se no mesmo combate, povos de condições de vida tão díspares, e fazê-los adotar os mesmos valores, e experimentar as mesmas reações de certas ocorrências e doutrinas.

Esta é uma verdade que necessita ser reconhecida e proclamada enquanto é tempo. A união das Américas, além de um ideal, é imperativo da nossa sobrevivência (JK- Discurso, 20 junho 1958, p. 124).

Assim, no discurso, o comunismo era visto por JK como o inimigo consciente, que trabalhava às escuras, buscando, com objetivos políticos, solapar os fundamentos da sociedade, isto é, aquele que se opunha de fato ao regime estabelecido e aos valores morais cristãos, o combate do qual, no seu nível mais profundo, ainda que indireto, constituía o fundamento último do esforço pelo desenvolvimento.

O que representa o estado de miséria e de ausência de um mínimo de conforto para seres humanos não é um fenômeno apreciável somente em termos econômicos. Há uma definição política, e ética também, para o subdesenvolvimento. Difícil é difundir o ideal democrático e proclamar a excelência da iniciativa privada no mundo, quando em nosso hemisfério predominam condições econômico-sociais, reflexos de subdesenvolvimento, conducentes ao estadismo. E também não é justo nem concebível que nos intitulemos defensores e nos declaremos dispostos a lutar pela moral cristã, se não fizermos um esforço conjunto no sentido de erradicar o sofrimento que pesa sobre tantas vidas (JK - Discurso, 17 junho 1958, p. 122).

Aprender esses efeitos de sentidos produzidos por JK, significa compreender que o anticomunismo foi utilizado como instrumento político-ideológico de alocação de recursos e valores num momento de crises internas e externas. As manifestações contra Nixon podem ser consideradas como o acontecimento que fez surgir a idéia da OPA⁶⁴, dando início a uma política de barganha com os EUA, ou seja, os EUA liberariam mais

⁶⁴ De acordo com Vizentini (2004, p. 11-121), apesar de a OPA ter levantado novos problemas, de ter elevado o perfil de nossas relações exteriores ensaiando a multilateralização e de ter retomado, diante de um cenário interno em crise e transformação, o discurso do nacionalismo e do desenvolvimento, JK a utilizou mais como uma forma de barganha com os EUA do que como instrumento de integração latino-americana.

recursos para o Brasil e, em contrapartida, o governo brasileiro combateria à infiltração de ideologias extremistas. As manifestações também podem ser consideradas como o acontecimento que permitiu que JK sustentasse um discurso sobre a ordem vigente (capitalista, democrática), como um acontecimento que possibilitou que ele inserisse nos seus enunciados o par *desenvolvimento e segurança*, ou seja, que proporcionou o deslize de uma prática discursiva até então predominantemente democrática para uma discursividade também marcada por elementos de autoritarismo, resultando, na maioria das vezes, em repressão ideológica aos comunistas e, em grande medida, em repressão policial às manifestações sociais.

Quanto a Godoy, sua discursividade anticomunista também revelava princípios inerentes à civilização ocidental, à moral cristã e apoiava-se na formação discursiva jurídico-legal. Porém, ele não associava pobreza à subversão, desenvolvimento à segurança como JK fazia. Seus enunciados, geralmente conservadores, eram marcados por elementos que indicavam o desejo de manter a hegemonia dos agrários e expressavam indignação frente à livre ação de pessoas que eram publicamente filiadas ao PC junto aos trabalhadores rurais.

Silenciando que combater o comunismo significava assegurar a relação proprietário/trabalhador, naquele momento em forma de colonato, Godoy, apesar de possuir conhecimento sobre a divisão global em dois blocos (ocidental e socialista), centralizava a sua preocupação com o comunismo no município de Londrina e região. No documento em que denunciou com outros produtores de café a articulação do movimento comunista em Londrina, havia enunciados que explicitavam posição classista de defesa dos cafeicultores diante da iminência da sindicalização dos trabalhadores rurais:

Os cidadãos que este subscrevem, nomeados por um grupo de lavradores, na noite de ontem, dia 17, para promover medidas acauteladoras de seus interesses e da ordem pública, junto às autoridades competentes, tem a honra de passar as mãos de vossa senhoria os pontos que julgam necessários para que se detenha, sem perda de tempo, o vasto movimento comunista em plena articulação nessa zona, sob pretexto de sindicalização da lavoura e reclamando favores não previstos em lei ou contratos conhecidos. Intensifica sobre modo sem temor de erro ou engano, esse movimento de caráter sedicioso entre nós. E as pessoas que se acham frente a tais reuniões são notoriamente publicamente filiadas ao extinto partido comunista do Brasil. Por conseguinte, é intolerável a ação desses elementos que sob falso pretexto, continuam agindo em sua tarefa de fomentar cizânia e discórdia entre as classes trabalhadoras.

Insistir em tais comentários ou nos relatos de fatos que se verificam diariamente, creiam os abaixo assinados, será inútil, de vez que vossa senhoria em melhores condições para avaliar, em pormenores, o que se processa nas camadas menos favorecidas do município e da região (GODOY e outros - Folha de Londrina, 19 maio 1956, p. 1).

Como vimos, neste documento ainda não havia uma discursividade acerca dos problemas cafeeiros no norte do Paraná, porém a crise já estava instalada. Os cafeicultores do oeste paulista já haviam organizado um movimento em torno da Associação Rural de Marília que propunha, inclusive com a adesão dos cafeicultores do norte do Paraná, “marchar”, em 21 de setembro de 1956, até o Rio de Janeiro. Em 20 de setembro de 1956, Godoy discursava na Rádio Londrina opondo-se veementemente à política econômica cafeeira, porém, ainda demonstrando preocupação com a campanha de sindicalização dos trabalhadores rurais, movimento que, na sua avaliação, era incentivado por um grupo de pessoas filiadas ao PC.

Assim, o intradiscurso fazia-se presente nos enunciados que reivindicavam medidas que liberassem os “lavradores⁶⁵” da política de “confisco cambial”, posta em prática por Lucas Lopes, então Ministro da Fazenda, e nos enunciados que acusavam o governo de gastar o dinheiro do “confisco cambial” com luxo. Ao mesmo tempo, o interdiscurso fazia-se presente através dos enunciados anticomunistas. Tal discursividade produzia sentidos que indicavam que Godoy apoiava-se numa formação discursiva que partia da ordem, uma vez que os cafeicultores estavam entre dois fogos: a insolência da política administrativa, por estar tomando medidas que poderiam levar os cafeicultores a concretizar a “Marcha” e até à uma greve de produção, e a agitação comunista, cujo último objetivo era subverter a ordem, arruinar as relações de trabalho. Ao se dirigir aos produtores, ele enunciou que:

Mas, lembrem-se – para tudo há remédio! Diz a sabedoria cabocla, que só fogo de encontro cerca incêndio de mata. Ponhamos, pois, fogo de encontro ao incêndio de irresponsabilidade que vai pela política administrativa, paralisando a produção. Pois – senhores produtores – se de um lado temos esse grave problema, de outro se nos depara a agitação comunista, cuja finalidade é desorganizar, lançar a indisciplina nas fazendas. Não desejam defender nem melhorar os direitos dos colonos. A prova é que raramente aparecem nas audiências da justiça, os defensores dos colonos. Deixam-nos à própria sorte.

Neste momento, ao findar do ano agrícola, o que se dará nos últimos dias do mês, já existem centenas de famílias que foram despedidas das fazendas, que permanecem pelas estradas sem saber para onde ir. Os agitadores comunistas, esses homens sem Deus e inimigos de nossa terra, conseguiram o que queriam. O mal está feito. Mas não duvidem: eles serão responsabilizados por esse crime. [...] É preciso que o povo de Londrina saiba quem são os responsáveis pela desordem no meio rural!

Dizem que o Governo não pode sobreviver sem o “confisco cambial”. Se esse dinheiro fosse bem gasto, concordáramos de boa vontade em entregar

⁶⁵ Nos discursos de 1956 o termo “lavrador” era utilizado por Godoy apenas para denominar os produtores de café. Os trabalhadores rurais eram intitulados de colonos. O efeito ideológico de homogeneização de todas as classes que trabalhavam com a terra não existiu naquele momento.

uma parte ao Governo. [...] Mas, o que vemos é o nosso trabalho ser esbanjado em passeios ao estrangeiro, carros de luxo, aviões particulares, ostentação, enfim. (GODOY - Folha de Londrina, 20 setembro 1956, p. 2).

A “Marcha”, marcada para o dia 21 de setembro de 1956, não aconteceu. Mas o movimento não perdeu força. Ainda liderada pelos cafeicultores do oeste de São Paulo e com poucos pronunciamentos por parte dos cafeicultores do norte do Paraná, uma nova “Marcha” foi marcada para maio de 1957. Pela pronta intervenção do Exército, o governo susteve o movimento, passando por cima das autoridades e polícias estaduais (BENEVIDES, 1979, p. 169).

Em 1958, com o deslocamento da liderança do movimento para o norte do Paraná, os ataques contra a política econômica tornaram-se mais visíveis nos pronunciamentos de Godoy. Um interdiscurso que articulava dizeres presentes em diferentes formações discursivas, como, por exemplo, a religiosa e a jurídico-legal, insinuava-se, na forma de pré-construído, tornando possível que o dito anteriormente pelo sujeito (discurso anticomunista) sustentasse os sentidos de agora, ou seja, identificar os comunistas com a ilegalidade para afastar tal suspeita em relação aos protagonistas da “Marcha”.

Assim, nos discursos de Godoy e até no da igreja⁶⁶, enunciados com qualificativos positivos caracterizavam os “lavradores” como homens que *mourejam, produzem, são honestos e amam a terra onde nasceram* (GODOY - Folha de Londrina, 23 agosto 1958, p. 3); *um povo ordeiro, perseverante e destemido* (GODOY - Folha de Londrina, 05 setembro 1958, p. 3); *homens com esclarecido espírito patriótico; homens de bem, que, em primeiro lugar, queriam evitar a hipótese de aproveitamento da conjuntura por parte dos comunistas* (Nota do bispo diocesano D. Geraldo Fernandes - Folha de Londrina, 09 setembro 1958).

Tais enunciados buscavam legitimar o movimento, pois, se através da OPA, o anticomunismo foi construído enquanto ideologia nacional, adquirindo a função de legitimador da ideologia desenvolvimentista, poderia também funcionar por meio dos cafeicultores e da igreja como legitimador da “Marcha”. Para JK, o esforço da ideologia desenvolvimentista partia da ordem para se processar dentro dela e em seu nome; a pobreza tratava-se de um problema econômico que poderia resultar num problema político

⁶⁶ Para uma compreensão mais detalhada sobre o anticomunismo católico em Londrina ver GARCIA, Aline Loretto. *Sentidos vermelhos nos anos dourados: uma análise do anticomunismo católico em Londrina*. Trabalho de Conclusão do Curso de História, UEL, 2004.

(subversão); e a instabilidade era gerada pelo subdesenvolvimento e não pelo processo de mudança acelerada que a sua política efetivava e que resultava em manifestações por parte dos trabalhadores, dos militares, dos estudantes dos cafeicultores, cujas reivindicações o governo era incapaz de atender⁶⁷.

Os integrantes da “Marcha” explicitavam o quanto a ordem pública e política eram parte de seus interesses. Explicitavam também que não possuíam nenhuma intenção de subversão e nem pretendiam que os trabalhadores rurais aderissem a novas ideologias, tampouco fossem sindicalizados. Portanto, se o movimento primava pela ordem, se não tinha nenhuma finalidade subversiva, era anticomunista e sendo anticomunista era legítimo.

Assim, sentidos anticomunistas eram produzidos na maioria dos discursos de Godoy. Por um lado, a produção de efeitos ideológicos tinha como objetivo atemorizar colonos, trazendo-os para o movimento, fosse no sentido de demonstrar o quanto eles estavam sendo prejudicados com a política cafeeira, fosse no sentido de demonstrar como era perigoso se deixar seduzir pelos comunistas. Enfim, os sentidos produzidos por Godoy silenciavam que a posição e os interesses dos sujeitos (produtores de café e trabalhadores rurais) eram distintos, pois sustentava em sua discursividade o que interessava à sua fração de classe, produzindo uma idéia de que trabalhadores e proprietários lutavam pelos mesmos direitos.

O enunciado de Godoy, em 5 de setembro de 1958, é um exemplo de como suas palavras provocavam efeitos ideológicos que aparentavam a homogeneidade das duas classes:

Lavradores: tudo neste mundo tem limite que é perigoso ser ultrapassado; o pacifismo dos homens da roça chega agora a seu fim: temos que organizar um movimento enérgico para não sermos esmagados pela incapacidade governamental. Estamos dispostos a dizer: basta de experiências com o nosso trabalho e com o nosso suor material, para estudos econômicos, por um pequeno grupo de incompetentes (GODOY - Folha de Londrina, 05 setembro 1958, p. 2).

Esses efeitos ideológicos tinham, ainda, como objetivo legitimar o movimento perante os Aparelhos Ideológicos de Estado (igreja, imprensa, escola); outros

⁶⁷ Vale lembrar que, para Huntington (1975, p. 49-62), a instabilidade é gerada pela modernização. As mudanças sociais e econômicas desagregam necessariamente agrupamentos sociais e políticos tradicionais, provocando conflitos entre os velhos e os novos valores. O próprio desenvolvimento econômico é considerado por Huntington como um processo altamente desestabilizador, uma vez que eleva a capacidade de organização de grupos e, conseqüentemente, a força das demandas dos grupos ao governo, sendo este incapaz de satisfazê-las.

setores da sociedade, como comércio, indústria e profissionais liberais; e, especialmente, perante o governo e seu Aparelho Repressivo, as Forças Armadas. Quanto ao último a tentativa era a de não ver o movimento reprimido. Tanto é que Godoy em seus discursos produzia sentidos que sinalizavam a “Marcha da Produção” como uma mobilização civil não oriunda das camadas populares, mas sim de proprietários rurais que compartilhavam do fundamento da ideologia legitimadora da OPA: o anticomunismo.

Num telegrama enviado ao Ministro da Agricultura, Mário Meneghetti, pela Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP), em 26 de setembro de 1958, os integrantes da “Marcha” – denominados de subversivos pelo Ministro –, negam veementemente tal denominação e propõem uma sindicância sobre a vida dos líderes do movimento.

[...] o movimento significa um grito de revolta dos cafeicultores espoliados, embora mantenha a estabilidade de nossa terra, abandonada à própria sorte, pelo que nos assiste o direito de protestar contra a calamitosa situação provocada pela má administração do país. O Ministério da Agricultura, sempre ausente, só tomou conhecimento da existência da cafeicultura brasileira através das reivindicações mínimas da classe. Peço licença para avisar a V. Exa.: não podemos produzir por falta de estradas e a assistência rural nunca funcionou. Repelimos, energicamente, os termos demagogia subversiva. Somos lavradores e tão patriotas como a V. Exa. Solicitamos, ainda, que V. Exa. mande sindicatar sobre quem são os organizadores. (GODOY - Folha de Londrina, coluna Ronda pela Cidade, 26 setembro 1958).

E outros enunciados, que afirmavam serem os integrantes do movimento cidadãos contrários à *baderna*, faziam parte da discursividade legitimadora da “Marcha”:

[...] nosso único lema é ser honesto e trabalhar, manter a estabilidade econômica de nossa Pátria, embora em estado de depauperamento, não por culpa dos lavradores, mas por culpa de homens que deviam acanhar-se de pleitear cargos administrativos, por incapacidade funcional. Essa, meus amigos, desprotegida, achacada, roubada e mentida. Urge reagir, creio que vamos tarde, mais ainda é tempo de dizermos ‘basta de injustiças’! Iremos dizer ao Presidente da República que a cafeicultura vai à guerra, mas que ele cairá conosco. Este é o objetivo da “Marcha da Produção”, não vamos fazer arruaças nem desordens, levaremos como arma o direito, que ninguém nos nega. Precisamos nos defender antes de sermos esmagados, e, conosco a independência do Brasil. (GODOY - Folha de Londrina, 05 setembro 1958, p. 4).

Assim, podemos indicar que a discursividade anticomunista construída por Godoy expressava valores análogos aos de JK. O comunismo era visto por ambos como a alteridade, como uma ideologia antinacional e, especialmente, anticristã, portanto, dotado de valores que, na concepção de JK e de Godoy, eram contrários aos princípios que sustentam a ordem.

Porém, os diferentes interesses de cada um dos sujeitos resultavam em efeitos de sentidos diversos. Como vimos, para JK, a discursividade anticomunista era, no âmbito da política externa, uma forma não apenas de trazer mais capitais estrangeiros para o país, mas também de tornar o Brasil líder da América Latina, na questão do desenvolvimento, e de manter as boas relações com os países de primeiro mundo; e, no âmbito da política interna, uma forma de garantir a ordem, um meio de inserir elementos anticrises, que acabava por produzir sentidos autoritários em seu discurso.

Já Godoy, a forma e o conteúdo de suas “palestras” revelavam a defesa da manutenção da hegemonia de sua fração de classe, estando aqui incluído o processo discursivo de persuasão ideológica voltado para a mão-de-obra. E também revelavam a predominância de um discurso autoritário que recobria a resistência à uma ideologia que sustentava um ritmo de desenvolvimento acelerado pautado basicamente na industrialização do país.

Assim, concebendo o discurso com suas condições de apropriação e de realização, como um bem que, de acordo com Foucault (2002, p. 158), é por natureza objeto de um luta política, já que põe, a partir da sua existência, a questão do poder, torna-se relevante compreender como os elementos de autoritarismo, presentes no discurso de JK, fizeram-se valer na prática mais do que aqueles presentes no discurso de Godoy.

Para a ideologia desenvolvimentista, colocar-se contra o sentido de modernidade, baseada na industrialização, atribuído por JK, significava colocar-se como “inimigo” da Nação. Como vimos, a segurança do Ocidente, do regime democrático, tema central da OPA, fundamentava-se no desenvolvimento. Portanto, toda e qualquer ação que ameaçasse o Plano de Metas – base do nacional-desenvolvimentismo – era considerada como uma ação contra o desenvolvimento, uma vez que os benefícios não atingiriam apenas setores, grupos ou classes e sim toda a Nação e até mesmo todo o Ocidente. Na Mensagem ao Congresso Nacional de 1957, JK produziu sentidos sobre essa questão:

E o trabalhador nacional, atendido em suas justas reivindicações, cômico de seus deveres e convicto de que a prosperidade do País significa vida melhor para todos, acha-se admiravelmente integrado no esforço pelo desenvolvimento (JK - Mensagem ao Congresso Nacional, 1957, p. 26).

As interpretações desenvolvidas até o momento indicam que, mesmo tentando legitimar o movimento através do anticomunismo, mesmo compartilhando da formação discursiva da ordem, dos valores morais e cristãos, os integrantes da “Marcha” não conseguiram concretizá-la. Considerados pelo governo como inimigos, como aqueles que não se opõem ao sistema como tal, mas sim às medidas adotadas por não se adequarem inteiramente às necessidades do grupo, os integrantes do movimento passaram a ser vistos por JK como contrários ao desenvolvimento, tornando-se vulneráveis à repressão.

Nesse sentido, os elementos de autoritarismo presentes no discurso de JK perdem sua opacidade, pois, mesmo explicitando o comunismo como o único adversário a ser combatido, ficava implícito que não compactuar com o seu modelo de desenvolvimento industrial significava ser “inimigo” não somente do seu governo, mas da Nação como um todo, uma vez que ele acreditava que a sua proposta de modernização era a certa e que ninguém deteria o Brasil no seu avanço (CARDOSO, 1978, p. 234).

Isso justifica a ênfase dada à ordem durante o Governo JK. As inquietações sociais não eram apenas um perigo para o regime, mas também afetavam, na concepção de JK, negativamente o próprio processo do desenvolvimento.

De acordo com Stoppino (1986, p. 95-98), as idéias autoritárias consideram a ordem como bem supremo. O pensamento autoritário não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade política, mas faz dessa organização o princípio político para alcançar a ordem. Assim, a ordem ocupa todo o espectro dos valores políticos e torna-se uma preocupação obsessiva com validade perene, já que o objetivo é preservar uma organização de hierarquias consolidadas pelo tempo e pela tradição. Para ele, o autoritarismo é uma categoria muito geral que compreende grande parte dos regimes políticos, inclusive as oligarquias modernizantes ou tradicionais dos países em desenvolvimento.

Os militares nos cargos administrativos; o tripé de segurança⁶⁸; o papel preponderante do Ministro da Guerra, Marechal Lott, um dos únicos Ministros a permanecer no cargo do começo ao fim do período; o atendimento às reivindicações militares (salários,

⁶⁸ Como já vimos, o tripé de segurança do Governo JK era formado pelo Ministério da Guerra, chefiado pelo Marechal Lott; pelo comando do I Exército, exercido pelo Marechal Odílio Denys; e pela chefia de Polícia do Distrito Federal.

equipamento, promoções) afirmam que a inserção da instituição militar no sistema político global poderia ser considerada como uma premissa básica⁶⁹ e, nesse sentido, concordamos com Huntington (1975, p. 177), para quem *as causas mais importantes da intervenção militar na política não são militares, mas políticas; refletem a estrutura política e institucional da sociedade, e não as características sociais e organizacionais da instituição militar.*

Mas, mesmo considerando como uma condição básica a inserção das Forças Armadas na política durante o Governo JK⁷⁰, temos de constatar que elas foram o instrumento de apoio ao governo através da manutenção da ordem interna e da disciplina militar, o que assegurava, sobretudo, a implementação da política desenvolvimentista. Como já foi discutido neste trabalho, JK manteve operante a “moeda” de coerção durante todo o seu governo, ou seja, manteve organizado o seu Aparelho Repressivo. E mais, conseguiu o comprometimento da instituição com o desenvolvimento econômico, o que lhe deu a condição de utilizá-la também como Aparelho Ideológico de Estado que reproduzia sentidos autoritários legitimadores do modelo de desenvolvimento adotado. Portanto, o padrão de poder moderador⁷¹ não parece ser a única interpretação para a constante intervenção militar na política brasileira. De acordo com Benevides (1979, p. 154), *A participação dos militares no Governo Kubitschek assumiu gradativamente um novo sentido, obrigando a uma nova interpretação da política brasileira em conjunto e do significado da relativa estabilidade política do período.*

Entretanto, a luta pela conservação da ordem no Governo JK não partia apenas do Executivo em conjunto com as Forças Armadas. Partidos como PSD e UDN ainda eram coronelistas e clientelistas. O PSD tinha o que faltava ao getulismo: o enquadramento da massa eleitoral, controlada pelos chefes locais. Desde sua fundação, o poder do partido baseava-se na dominação socioeconômica local, com uma extensa rede de células locais e

⁶⁹ Segundo Oliveiros Ferreira (apud. BENEVIDES, 1979, p. 153), de 1824 a 1964, as Forças Armadas mudaram de natureza e constituíram-se, de fato e de direito, em uma instituição nacional permanente (*uma organização nacional*), assumindo funções, que não são do instrumento do Estado, mas do próprio Estado. Em suma, elas se transformaram no Estado.

⁷⁰ Vale ressaltar que na Constituição de 1946, logo após a redemocratização do sistema político brasileiro, os Artigos 176 e 177 definem o papel das Forças Armadas. Ao analisar os Artigos é possível deduzir dois pontos básicos sobre o papel dessa instituição. O primeiro refere-se ao fato de as Forças Armadas terem por função a manutenção da ordem interna e a garantia do funcionamento dos poderes executivo, legislativo e judiciário. O segundo refere-se à obediência ao executivo (no caso o Presidente da República, o comandante supremo das Forças Armadas), porém, essa obediência só é admitida “dentro dos limites da lei” (BENEVIDES, 1979, p. 152).

⁷¹ Até a eclosão do movimento de março de 1964, o papel exercido pelos militares brasileiros era de “poder moderador”, uma alternativa republicana à função similar desempenhada pelo Imperador ao tempo da Monarquia. Admitidas como árbitros dos conflitos político-partidários, as Forças Armadas intervinham no processo e retomavam em seguida as suas funções profissionais, deixando para os grupos civis o restabelecimento da normalidade constitucional que se havia rompido. Enquanto instituído profissionalmente, os militares estavam imbuídos de um espírito de guardiões da Constituição, a favor da qual supunham agir – respaldados num consentimento social implícito – ante qualquer ameaça que julgassem danosa à sociedade e à ordem legal (DIAS, 1984, p. 06)

diretórios municipais, dividindo com a UDN as dissidências municipais. Esses dois partidos “conservadores” disputavam eleições em quase todos os Estados, o que caracterizava o domínio absoluto de deputados do PSD e da UDN eleitos por Estados “rurais” justificando o caráter “conservador” do Legislativo.

Segundo Linz (apud. STOPPINO, 1986, p. 102, 103), a democracia de um sistema político nem sempre reflete nas instituições sociais. Para ele, seria lícito dizer que uma instituição é tanto mais autoritária quanto mais as relações de poder que a distinguem são confiadas a comandos apodícticos, e ameaças de punição tendem a excluir ou a reduzir ao mínimo a participação da sociedade civil na tomada de decisões. Quando frações de classe importantes (como a dos cafeicultores) tentam manter a sua autonomia através de resistência e reivindicações, o governo desenvolve, ao menos em parte, uma função de árbitro e encontra nas frações de classes um limite para o próprio poder. Porém, quando se trata de alcançar os próprios objetivos, o governo recorre aos instrumentos tradicionais do poder político, como a burocracia, a polícia e o exército.

No que se refere à repressão à “Marcha da Produção”, foi exatamente aos instrumentos tradicionais (especificamente o Exército) que JK recorreu. No dia 14 de outubro de 1958, quatro dias antes da saída da caravana (18 de outubro de 1958), as pressões do governo faziam-se representar através de seu Ministro de Guerra, Marechal Lott. Uma nota assinada pelo prefeito de Londrina, Fernandes Sobrinho foi distribuída às últimas horas da noite⁷². Na nota intitulada “Manifesta-se o Ministro da Guerra” havia um enunciado ameaçador:

A respeito da “Marcha da Produção”, recomendamos prudência ao povo que temos a subida (sic) honra de governar e o alto dever, patriótico e sagrado, de orientar, lembrando que os homens, até certo ponto, dirigem os acontecimentos: de determinado ponto em diante passam a ser governados pelos mesmos acontecimentos.

Prudência e calma que tudo há-de se conseguir em benefício de todos (FERNANDES SOBRINHO - Folha de Londrina, 15 outubro 1958).

Desse modo, obedecendo à ordem do Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, a “Marcha” foi reprimida. Para impedir a passagem da caravana, o Marechal Lott deslocou efetivos militares para todas as saídas da cidade de Londrina e, também, de Maringá,

⁷² Tanto o prefeito de Londrina, Fernandes Sobrinho, como o governador do Paraná, Moisés Lupion, opunham-se à manifestação, pois ambos eram do PSD, partido do presidente. Já os integrantes da “Marcha” mantinham estreitos laços com a UDN, partido que no período fazia oposição a JK.

Paranavaí, Assaí, São Jerônimo da Serra, Jacarezinho e de outros centros produtores empenhados na coordenação da “Marcha”. De acordo com a Folha de Londrina (18 outubro 1958), *o trânsito de aviões militares na região era intenso, supõe-se que tenham desembarcado em todo o norte do Estado perto de mil soldados, com os respectivos apetrechos bélicos, inclusive metralhadoras.*

Os cafeicultores de Londrina desistiram do movimento e os de Maringá insinuaram persistir. A quatro quilômetros de Maringá a “coluna da lavoura” encontrou-se com a tropa do Exército. O líder da “Marcha” daquele município, Renato Celidônio, apresentou-se ao comando das forças do Exército e anunciou que a manifestação não mais ocorreria.

O jornal Folha de Londrina veiculou no dia 18 de outubro uma nota oficial emitida na noite anterior pelo Comitê Central da “Marcha” (ANLP). A nota estampava a imagem de uma bandeira negra com um homem amordaçado no centro que havia sido hasteada em plena praça pública, como forma de protesto contra a supressão da “Marcha” pela força e enunciava o seguinte:

A Associação Paranaense dos Cafeicultores e o Comitê Central da “Marcha da Produção”, reunidos em sessão permanente, cumprem o dever de comunicar à lavoura e ao povo do Paraná e do Brasil que a “Marcha da Produção”, movimento ordeiro, pacífico e reivindicatório da lavoura do Paraná, com o apoio de todas as zonas produtoras de São Paulo, Minas e Espírito Santo, deveria partir dia 18 de outubro de todos os municípios do Paraná.

Entretanto, apesar do caráter absolutamente ordeiro e pacífico do movimento, como o testemunharam os três bispos da região, a força de direito da lavoura foi truculentamente violentada pelo direito da força do Governo Federal, representado pelas tropas federais que ocuparam as saídas das cidades do norte do Paraná e de São Paulo, cumprindo ordens superiores. Diante da situação de fato atual, não podemos lutar, não por nós, mas face a responsabilidade que nos pesa no ombro, em relação à segurança pessoal dos lavradores e suas famílias. Decidindo transferir a partida da “Marcha” para data que será oportunamente divulgada, tão logo as estradas se encontrem novamente desimpedidas.

[...] O aparato militar com que o Governo impede, no momento a partida da “Marcha”, é uma demonstração insofismável de fraqueza. E isso foi obtido com a união da lavoura nesta situação. Portanto, é imprescindível que seja cimentado esse espírito de Classe, levando em consideração também o apelo dos incansáveis bispos da região que, desde o início, foram solidários conosco, dando-nos todo o apoio moral e espiritual. (Folha de Londrina, 18 outubro 1958).

Porém, apesar do Comitê Central haver anunciado a transferência da “Marcha”, a nova data nunca foi marcada. O Exército permaneceu na região até o dia 31 de outubro, momento em que os líderes manifestaram desinteresse em dar continuidade ao movimento. Um comunicado assinado pelo comandante do III Exército agradecia, ironicamente (pelo menos do ponto de vista dos cafeicultores), às populações norteparanenses pela “acolhida” dispensada aos chefes militares enviados à região e também ao espírito de compreensão e ao bom senso dos líderes da “Marcha”, reconhecendo-os como honestos e bem intencionados.

O jornal ainda veiculou fotos e notas sobre a repressão ao movimento e sobre a presença do Exército na região. Entre as notas divulgadas, o pronunciamento do bispo D. Jaime Luis Coelho continha alguns detalhes do diálogo de Renato Celidônio com o comando do Exército:

À ordem do Major, o líder da coluna, sr. Renato Celidônio, presidente da Associação Rural de Maringá, compareceu à presença do oficial e disse-lhe: ‘Confirmamos perante as forças armadas sob comando de v. s., o nosso protesto e a certeza de que realizamos movimento justo e pacífico. Somos irmãos e assim continuaremos’.

Após breve e significativo diálogo, Celidônio e o Major cumprimentaram-se. O último a seguir, solicitou que os lavradores voltassem aos lares, a fim de evitar qualquer perturbação da ordem. O pedido foi atendido e os manifestantes fizeram meia volta, para concentrar-se, em seguida, na praça principal de Maringá (D. COELHO - Folha de Londrina, 19 outubro 1958).

Os cafeicultores do norte do Paraná ainda tomaram medidas como: promover uma corrida aos bancos; reter tanto quanto possível a distribuição dos produtos da lavoura, evitando a compra de máquinas, veículos e utensílios agrícolas; depositando as quantias destinadas aos impostos a fim de forçar a cobrança judicial. Mas foi uma luta em vão, pois, apesar de terem sido encaminhadas algumas das medidas reivindicadas⁷³, o

⁷³ Em 11 de novembro de 1958, Godoy deu uma entrevista para a Folha de Londrina informando que acabara de retornar de uma reunião de líderes rurais do Paraná em São Paulo. A finalidade da reunião era adotar diretrizes para a lavoura no que se referia às reivindicações levadas ao conhecimento do presidente e que, para esse fim, encontravam-se no Rio de Janeiro uma comissão de diretores da APAC e membros do Comitê Central da “Marcha da Produção”, já com um protocolo de resultados que incluía a assinatura da regulamentação da lei 3393, liberando as safras cafeeiras de compromissos com o Banco do Brasil; a transferência integral do Serviço Social Rural para as associações rurais; o desenvolvimento acelerado de cooperativas de cafeicultores, com a possibilidade de exportar diretamente o produto dos associados; trabalho intenso junto ao Congresso Nacional e às autoridades administrativas, no sentido de ser modificado o “Plano de Estabilização Monetária”, principalmente no que se referia a cédula “G” de imposto de renda, frontalmente lesiva aos interesses da lavoura; e a intensificação dos trabalhos junto às autoridades administrativas da República (GODOY - Folha de Londrina, 11 novembro 1958).

“confisco cambial” – transação econômica que simbolizava o desenvolvimento industrial em detrimento da agricultura – vigorou até 1990 e o que restou foi a resignação de uma fração de classe que se viu diante da impossibilidade de manter sua hegemonia.

Portanto, finalizamos constatando que os dizeres de JK prevaleceram sobre os de Godoy, pois, se a ideologia desenvolvimentista após a OPA, através do discurso que relacionava o desenvolvimento à segurança, não alocou valores suficientes para evitar a crise, alocou valores suficientes para fazer deslizar os sentidos autoritários presentes no discurso para a prática, levando o Aparelho Repressivo de Estado a agir prontamente assim que a ordem foi ameaçada.

Assim, a “Marcha da Produção” é o acontecimento político que exemplifica que quando elementos de autoritarismo presentes no discurso de JK extravasavam para a ação, a autoridade era colocada em suspenso, sendo substituída pela coerção e pela violência.

Podemos ainda constatar a fragilidade da prática democrática durante o Governo JK. É certo que o presidente reprimia os movimentos nos marcos da legalidade, mas, de acordo com Maranhão (1981, p. 273), foi sempre objetivamente antidemocrática a participação direta do Exército na repressão a manifestações políticas, inclusive como a que se fez para reprimir a “Marcha da Produção”.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho, através da análise de alguns discursos do presidente Juscelino Kubitschek, proferidos durante a segunda metade do seu governo, identificou elementos de autoritarismo em suas falas, traços até então pouco acentuados pelos analistas do período e do político JK.

O trabalho de análise adequou instrumentos teórico-metodológicos da Análise de Discurso e concepções da Ciência Política à compreensão do objeto, através de alguns pontos de inflexão teórica.

O primeiro deles decorreu da escolha da *teoria da dependência* como referencial para a busca dos sentidos produzidos pelo presidente sobre o desenvolvimentismo.

A escolha nos mostrou uma forte coincidência entre a teoria e os sentidos produzidos por JK quando tratava da defesa do modelo nacional-desenvolvimentista por ele proposto. Tanto a teoria como o discurso analisado apontam para um vínculo de interdependência do país subdesenvolvido com os países centrais do capitalismo. Uma idéia de desenvolvimento que relaciona o crescimento econômico aos arranjos políticos.

O sentido de desenvolvimento emerge nas falas de JK fazendo convergir as atenções do receptor para os aspectos econômicos, buscando estabelecer arranjos políticos internos e externos, contudo esmaecendo a dimensão social.

Um discurso que, por não querer ou não poder explicitar o efetivo papel dos países hegemônicos quando - através do investimento de capitais, “associam”-se a países subdesenvolvidos -, acaba formulando um projeto de desenvolvimento para o país que não se cumpre na sua plenitude e que se traduz, na prática, por uma modernidade não realizada.

O segundo ponto diz respeito à propriedade demonstrada pela contradição existente entre *ordem e sociedades em mudança* para a compreensão do Governo JK e a interpretação de seus discursos, muitos deles, marcados pelo par *desenvolvimento e segurança*. Situações conflituosas, apontadas pela teoria política, que, via de regra, acompanham as sociedades em mudança como a instabilidade política, a fragilidade das instituições e a participação dos militares no governo, são temas das falas do presidente, embora abordados nem sempre de modo explícito, mas através do implícito, do silêncio e do efeito ideológico.

O terceiro ponto, refere-se ao trabalho de revisão de algumas teorias de amplo alcance como *os tipos de dominação/autoridade* e da *teoria sobre o autoritarismo*, nas

quais procuramos referenciais teóricos que nos permitiram buscar, no campo da discursividade, lugar de embate político, elementos de autoridade e de autoritarismo.

Sobre o conjunto de textos analisados, a OPA emerge como o tema que produziu a viragem discursiva de JK, acentuando a *segurança, a ordem e o anticomunismo*, em detrimento da *democracia, da liberdade e da independência*, temas até então ressaltados em suas falas. No explícito desse discurso, a defesa enfática e intransigente da ideologia desenvolvimentista, revela um presidente falando (e agindo) nos limites da autoridade e do autoritarismo, produzindo sentidos que se não degeneravam a autoridade, no mínimo revelavam-se antidemocráticos.

A análise do acontecimento político “Marcha da Produção” fez com que nos detivéssemos sobre uma das crises que abalaram o Governo JK e que não havia sido ainda suficientemente analisada.

O confronto do discurso de JK com o de Álvaro Godoy, principal líder da “Marcha”, revelou a convergência de alguns sentidos produzidos por ambos, mas mostrou também que os dizeres do presidente prevaleceram sobre os de Godoy. Uma discursividade que, impondo a ideologia desenvolvimentista como única e verdadeira para a Nação, tentava assujeitar os que se insurgissem contra ela. Quando o discurso e a ideologia mostraram-se incapazes de assegurar a ordem, coube às Forças Armadas reprimir os descontentes.

Se o caminho percorrido por esta análise mostrou um JK pouco conhecido – autoritário e contrário aos interesses de uma fração de produtores rurais –, o caminho inverso pode ser feito se tomarmos como texto outras fontes documentais.

Em dezembro de 1960, ao final de seu mandato, JK, em carta enviada a seu amigo Gustavo Capanema, em tom prometéico⁷⁴ e, sem se referir explicitamente ao café, anuncia sua intenção de voltar à presidência e *dar solução ao problema da agricultura com o mesmo espírito empreendedor que me permitiu criar e implantar as indústrias que transformaram a vida nacional*.

Na mesma carta tenta recompor sua imagem associada à defesa da democracia e da liberdade, revelando - se ainda anticomunista, sem, contudo, associar

⁷⁴ Prometeu, personagem da mitologia grega, representa o amigo da humanidade, pois ensinou aos homens a civilização e as artes. Só que para tal realização, furtou o fogo do céu, fornecendo à humanidade o meio de construir armas e ferramentas para sua sobrevivência. Contudo, ao assim fazer, desobedeceu à vontade de Júpiter e tornou-se ele próprio alvo da ira do rei dos deuses e dos homens. Júpiter mandou acorrentá-lo num rochedo de Cáucaso, onde um abutre lhe arrancava o fígado, que se renovava, à medida que era devorado (BULFINCH, 2000, p. 20-26).

desenvolvimento à ordem e segurança, mas paz à democracia e ao “trabalho construtivo de que depende a Nação”.

Anuncia ao amigo que em breve apresentaria o novo Programa de Metas, associando-o à soberania agora traduzida por “emancipação nacional”.

O espectro do comunismo torna-se menos amedrontador quando se refere a um futuro sem ameaças (*apreensões*), substituindo *segurança* por *paz, liberdade e democracia*.

Como se sabe, JK não apenas deixou de concorrer às eleições previstas para 1965 - que não ocorreram -, como teve seus direitos políticos cassados por dez anos.

Em abril de 1974, quando se comemorava o fim da cassação dos direitos dos primeiros políticos afastados da vida pública, JK recebeu a cientista política, Maria Victoria Benevides, para uma entrevista, durante a qual se mostrou indignado com o fato de que os ex-cassados pudessem apenas votar e não se candidatar.

Servindo-se da memória discursiva e do interdiscurso – fase da infância e adolescência em Diamantina, juventude em Belo Horizonte e período da campanha para presidente –, JK produziu sentidos carregados de uma força imagética sem precedentes.

Os sentidos da independência e da liberdade atribuídos às Minas Gerais, bem como as qualidades de um menino pobre – morador de uma região distante dos centros mais desenvolvidos do país – e acostumado a vencer as adversidades, são pré-construídos que servem para sustentar a fala do ex-presidente. Num momento de regime autoritário, busca produzir, uma vez mais, sentidos favoráveis à sua figura de político vocacionado e orientado por valores democráticos e modernizantes.

Mas essa é *uma outra história...*, uma memória discursiva que, por sua relevância, poderá ser objeto de outras análises.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de, FLAKSMAN, Dora. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro 1930-1983*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Forense-Universitária Ltda, 1984, p. 1617-1619.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Nacionalismo e dependência nos anos dourados: bem mais do que espetáculo de crescimento; muito aquém da emancipação nacional. In: *Ciências Sociais na atualidade: Resistência e invenção*. São Paulo: Paulus, 2004, p.65-105.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BATISTA, Dom José Newton de Almeida. Nunca falei à imprensa sobre política – 01/09/1955. In: *Os anos JK*. CPDOC/FGV. Arquivo Ernani do Amaral Peixoto/eap bem 1955.01.27 I-d12. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1979.

_____. O Governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2002, p. 21-38.

BOJUNGA, Cláudio. *JK o artista do impossível*. Rio de Janeiro: 2001.

BOLOGNESI, Roselaine. *Anos Dourados: cotidiano e modernidade na cidade de Londrina*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais, UEL, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4ª ed., 2001.

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: história de deuses e heróis*. Rio de Janeiro: Ediouro. 12ª ed., 2000.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise de Discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2ª ed., 1993.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O conceito do ISEB rediscutido*. Trabalho apresentado ao IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, 8 a 11 de junho de 2004. Aprovado para publicação em *Dados*. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br>.

CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. Trad. João Carlos Rocha Campos. s/d. Disponível em: <http://www.geocities.com>.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora S.A., 7ª ed., 1970.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1978.

CASTRO, V. Marcha da Produção. In: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro 1930-1983*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Forense-Universitária Ltda, 1984, p.2080.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti et al. *Os sentidos da Marcha da Produção: o acontecimento no texto do jornal (Projeto de Pesquisa)*. Londrina: UEL, 2002.

_____. *A Marcha da Produção no norte do Paraná*. Trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Caxambu-MG, 2005.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. *Weber e o Estado: relação coerção/consentimento*. Londrina: UEL, s/d.

COELHO, D. Jaime Luis. *Renato Celidônio: "Prossigamos"*. Folha de Londrina, 18 outubro 1958, cad. 01.

D'ARAÚJO, Maria Celina. O Brasil que Vargas deixou. In: *Os anos JK*. CPDOC / FGV. s/d. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

DIAS, Maurício. Revolução de 1964. In: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro 1930-1983*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Forense-Universitária Ltda, 1984. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

EISENHOWER, Dwight. Carta de Dwight Eisenhower a Juscelino Kubitschek (5 junho 1958). Extraído de *Operação Pan-Americana*. Documentário I. Rio de Janeiro. Presidência da República, 1958, p. 15-16. *Textos políticos da História do Brasil*, compilados por Paulo Bonavides e Roberto Amaral, 3ª ed. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2002, p. 108-109. Disponível em: <http://www.cebela.org.br>.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1985.

FARO, Clovis de, SILVA, Salomão L. Quadros. *A década de 1950 e o Programa de Metas*. In: GOMES, Ângela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2002, p. 70-105.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES SOBRINHO, Antonio. *Do prefeito ao povo*. Folha de Londrina, 18 outubro 1958, cad. 01.

FOLHA DE LONDRINA. In: *Coleção do Jornal Folha de Londrina de 1956 e 1958*. CDPH, UEL.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 6ª ed., 2002.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nacional, 1974.

GARCIA, Aline Loretto. *Sentidos vermelhos nos anos dourados: uma análise do anticomunismo católico em Londrina*. Trabalho de Conclusão do Curso. Departamento de História, UEL, 2004.

GODOY, Álvaro et al. *Denúncia da lavoura contra a articulação comunista em Londrina*. Folha de Londrina, 19 maio 1956, cad. 01.

GODOY, Álvaro. *Unidos seremos invencíveis e não haverá força que nos dobre*. Folha de Londrina, 20 setembro 1956, cad. 01, p. 03.

_____. *Líder da lavoura fala sobre a última reunião da junta do IBC e sobre o esquema Paraná*. Folha de Londrina, 09 maio 1958, cad. 01, p. 04.

_____. *Seria preferível que o ministro não usasse paletó e gravata, mas que não se precisasse esmolar no exterior*. Folha de Londrina, 30 maio 1958, cad. 01, p. 07.

_____. *Álvaro Godoy proclama que não se envolverá com a politicalha*. Folha de Londrina, 23 agosto 1958, cad. 01, p. 07.

_____. *Fala novamente sobre a “Marcha da Produção” o presidente da ALNP*. Folha de Londrina, 05 setembro 1958, cad. 01, p. 05.

_____. *Reunião de líderes rurais do Paraná na capital de São Paulo*. Folha de Londrina, n. 2127, 11 novembro 1958.

GOMES, Ângela de Castro (org.); Clovis de Faro et al. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2002.

_____. Qual a cor dos anos dourados? In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2002, p. 9-19.

HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Trad. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

JAGUARIBE, Hélio. Comentário da tese de doutoramento de Celso Lafer. In: LAFER, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Trad. Maria Victoria Benevides. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, contracapa.

KUBITSCHKEK, Juscelino. Discurso de Juscelino Kubitschek na diplomação do TSE (27 janeiro 1956). In: *Discursos*. Rio de Janeiro, 1958. Textos políticos da História do Brasil, compilados por Paulo Bonavides e Roberto Amaral, 3ª ed. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2002. Disponível em: <http://www.cebela.org.br>.

_____. Discurso de Juscelino Kubitschek no Palácio do Catete, ao receber a faixa presidencial (31 janeiro 1956). In: *Discursos*. Rio de Janeiro, 1958. Textos políticos da História do Brasil, compilados por Paulo Bonavides e Roberto Amaral, 3ª ed. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2002. Disponível em: <http://www.cebela.org.br>.

_____. Mensagem de Anápolis – Criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) (18 abril 1956). In: *Diário de Brasília – 1956-1957*. Coleção Brasília IV. Rio de Janeiro. Presidência da República, 1960. Textos políticos da História do Brasil, compilados por Paulo Bonavides e Roberto Amaral, 3ª ed. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2002. Disponível em: <http://www.cebela.org.br>.

_____. Saudação de Juscelino Kubitschek ao Presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower (28 maio 1958). Extraído de *Operação Pan-Americana*. Documentário I. Rio de Janeiro. Presidência da República, 1958. Textos políticos da História do Brasil, compilados por Paulo Bonavides e Roberto Amaral, 3ª ed. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2002. Disponível em: <http://www.cebela.org.br>.

_____. Exposição do Presidente da República às Forças Armadas (17 junho 1958). Extraído de *Resenha do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. Tomo I. Presidência da República. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro, 1960. Textos políticos da História do Brasil, compilados por Paulo Bonavides e Roberto Amaral, 3ª ed. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2002. Disponível em: <http://www.cebela.org.br>.

_____. Discurso de Juscelino Kubitschek à Nação e aos representantes dos Estados Americanos (10 junho 1958). Extraído de *Operação Pan-Americana*. Ministério das Relações Exteriores. Seção de Publicações. Rio de Janeiro. 1958. Textos políticos da História do Brasil, compilados por Paulo Bonavides e Roberto Amaral, 3ª ed. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2002. Disponível em: <http://www.cebela.org.br>.

_____. Inauguração de Brasília. Discursos de Juscelino Kubitschek (20 e 21 abril 1960). Extraído de *Diário de Brasília – 1960*. Presidência da República. Serviço de Documentação. Coleção Brasília VII. Rio de Janeiro. Textos políticos da História do Brasil, compilados por Paulo Bonavides e Roberto Amaral, 3ª ed. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2002. Disponível em: <http://www.cebela.org.br>.

_____. Entrevista do Presidente ao New York Times em 6 de julho de 1958. In: *Os anos JK*. CPDOC/FGV Arquivo Ernani do Amaral Peixoto/eap bem 1958.05.27 I-d12. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

_____. Carta de Juscelino Kubitschek a Gustavo Capanema (dezembro 1958). In: *O Brasil de JK*. CPDOC / FGV / arquivo Gustavo Capanema / gc / 1956.07.10 ii-13. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

_____. Entrevista particular com o ex-presidente Juscelino Kubitschek (concedida à Maria Victoria Benevides). In: *Os anos JK*. CPDOC/FGV, 1974. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957.

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.

LAFER, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-61): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Trad. Maria Victoria Benevides. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LAMARÃO, Sérgio. Movimento de 11 de novembro. In: *Os anos JK*. CPDOC / FGV. s/d. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

LAMOUNIER, Bolívar, MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso do Brasil*. São Paulo: IDESP, 1986.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do Governo JK (1956-60). In: GOMES, Ângela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2002, p. 107-142.

MAQUIAVEL, Niccoló. *O Príncipe*. São Paulo: Atena Editora, 1994.

MARAN, Sheldon. Juscelino Kubitschek e a política presidencial. In: GOMES, Ângela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2002, p.143-170.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964). In: FAUSTO, Boris (direção). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III.. O Brasil republicano. 3º vol. Sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981, p. 259-294.

MARIANI, Bethânia S. C. *Imaginário lingüístico: análise do discurso e psicanálise*”. Artigo publicado na revista Correio da Associação Psicanalítica. Porto Alegre, RS. (APPOA), n. 132, 2005.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12ª ed., 1998.

MOURA, Gerson. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2002, p. 39-66.

NOLLI, Joana D'Arc Moreira, CESÁRIO, Ana Cleide C. Os sentidos do discurso político de JK. In: *Mediações*: revista de Ciências Sociais. Londrina: Edições Humanidade. Vol. 9, n. 2, 2004, p. 199-213.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2000.

_____. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 4ª ed., 1997.

_____. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Do atraso ao subdesenvolvimento. In: *Os anos JK*. CPDOC/FGV. s/d. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

PANTOJA, Sílvia, FLAKSMAN, Dora. Kubitschek, Juscelino. In: BELOCH, Israel, ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro 1930-1983*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Forense-Universitária Ltda, 1984, p. 1698-1717.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas-SP: Unicamp, 1999.

_____. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2ª ed., 1997.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Getúlio a Castelo Branco. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SILVA, Suely Braga da. 50 anos em 5: a odisséia desenvolvimentista do Plano de Metas. In: *Os anos JK*. CPDOC / FGV. s/d. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

SILVA, Alexandra de Mello. A política externa no cenário da Guerra Fria. In: *Os anos JK*. CPDOC / FGV. s/d. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

SOTO, William Hector Gómez. A análise do discurso nas Ciências Sociais. In: *Pesquisa social empírica: métodos e técnicas*. Caderno de Sociologia. V. 9. Porto Alegre. s/d, p. 161-187.

STOPPINO, Mario. O autoritarismo. In: BOBBIO, Noberto et al (org.). *Dicionário de política*. Trad. de João Ferreira, Carmem C. Varriale e outros. Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 94-104.

TOLEDO, Caio Navarro. A experiência isebiana. In: *Folha de São Paulo*. Cad. Tendências e Debates, 14/07/2005.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. Trad. José Medina Echavarría et. al. México: Fondo de Cultura Económica, 2ª ed. en español, 1964.

_____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.